

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**THALES AUGUSTO ZAMBERLAN PEREIRA**

**INSTITUIÇÕES E SEGREGAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1850-1914)**

**PORTO ALEGRE  
2012**

**THALES AUGUSTO ZAMBERLAN PEREIRA**

**INSTITUIÇÕES E SEGREGAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1850-1914)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**PORTO ALEGRE  
2012**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

P436i Pereira, Thales Augusto Zamberlan  
Instituições e segregação econômica no Brasil (1850-1914) / Thales Augusto  
Zamberlan Pereira. – Porto Alegre, 2012.  
135 f. : il.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.

1. Economia institucional : Brasil. 2. Desenvolvimento econômico. 3. História econômica : Brasil. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 33:94(81)

**THALES AUGUSTO ZAMBERLAN PEREIRA**

**INSTITUIÇÕES E SEGREGAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1850-1914)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de julho de 2012.

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Orientador)  
UFRGS

---

Prof. Dr. Renato Perim Colistete  
USP

---

Prof. Dr. Luis Bértola  
Universidad de la República, Uruguai.

---

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol  
UNB

## **AGRADECIMENTOS**

Tenho a sorte de ter muitos a quem agradecer pela realização dessa dissertação. Primeiro a meus pais e irmãos e a Bianca Doeler. Ao meu orientador Pedro C. D. Fonseca, a quem admiro como um modelo de professor e a Sérgio Monteiro, que me auxiliou em momentos importantes e o qual também considero como orientador.

Agradeço aos amigos Thomas Kang, Felipe Loureiro, Michel Marson, Tomáz Gusman, Sabrina Siniscalchi e Stefano Panucci, que leram partes desse trabalho e fizeram inúmeras críticas e sugestões, contribuindo muito para meu conhecimento. Também aos amigos que tiveram participação indireta no desenvolvimento desse trabalho, mesmo que tenha sido omissos em notificá-los: Fabio Pesavento, Ildo Lautharte, Mauricio Hoffmann, Ronald Jung, Guilherme Schneider, Luara Mayer, Roberto Silveira, Cristine Zanella, Sebastián Fleitas, Gaston Diaz, Juan Luis Martirén, Luiza Peruffo, Giliad de Souza, Thiago Rios e Rafael Rochemback. Além desses, aos colegas da escola de verão de história econômica em Montevideú, em 2010, e do workshop de análise institucional em Chicago, em 2011.

Sou grato aos professores que me auxiliaram de várias formas durante o período do mestrado e contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico, entre eles Renato Colistete, Luis Bértola, Alfonso Herranz, Flávio Comim, Jeffrey Williamson, Robert Fogel, Dain Borges, Jorge Gelman, Raquel Pollero, Leonardo Monasterio, Luiz Paulo Noguéról, Alejandra Irigoin e Colin Lewis. Também agradeço ao Instituto Ronald Coase pela importante contribuição para a minha formação acadêmica, especialmente Mary Shirley, John Nye, Alexandra e Lee Benthon.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar como o acesso desigual ao poder político no Brasil afetou a distribuição de recursos econômicos para diferentes grupos sociais. A partir da Lei de Terras e do fim do tráfico de escravos, em 1850, até o término da chamada primeira globalização, em 1914, imigrantes europeus e a população negra foram o centro do debate sobre quem seriam os trabalhadores brasileiros. Como instituições políticas afetam a distribuição de recursos econômicos, este trabalho busca identificar, através da Nova Economia Institucional, quais grupos foram beneficiados ou prejudicados pela estrutura institucional brasileira. A evidência qualitativa demonstra que o governo brasileiro teve um importante papel na discriminação de grupos sociais, limitando acesso a direitos políticos e oportunidades econômicas. A evidência quantitativa demonstra que instituições econômicas tiveram um impacto de longo prazo na disparidade de renda no Brasil que perdurou ao longo do século XX.

**Palavras chave:** Imigração. Escravidão. Instituições. Desigualdade. Brasil.

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to analyze how an unequal access to political power affected the distribution of economic resources to different social groups. From the land law and the end of slave trade, in 1850, until the conclusion of the first globalization, in 1914, European immigrants and the black population were at the center of the debate regarding who would be the Brazilian workforce. As political institutions impacts economic resources' distribution, this work aims to identify, using the New Institutions Economics, which groups had advantages and disadvantages regarding the Brazilian's institutional structure. Qualitative evidence demonstrates that Brazilian government had an important role on the discrimination of social groups, limiting access to political rights and economic opportunities. Quantitative evidence shows that economic institutions had a long run impact on Brazilian income inequality that persisted through the 20<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Immigration. Slavery. Institutions. Inequality. Brazil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 INSTITUIÇÕES E HISTÓRIA</b> .....	<b>13</b>
2.1 História Econômica e a Nova Economia Institucional.....	15
2.2 Quais Instituições Persistem Entre o Passado e o Presente? .....	21
2.3 Os Limites Institucionais.....	25
<b>3 SOBRE LEIS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: O FIM DA ESCRAVIDÃO</b> .....	<b>29</b>
3.1 O Declínio da Escravidão.....	31
3.2 Os Abolicionistas .....	47
3.3 O Término da Escravidão .....	51
<b>4 INSTITUIÇÕES INFORMAIS: IDEIAS E DISCRIMINAÇÃO</b> .....	<b>53</b>
4.1 Teorias Estrangeiras e Adaptações Nacionais.....	54
4.2 Poligenismo e Evolucionismo Social .....	57
4.3 Evolucionismo e Imigração .....	64
<b>5 IMIGRAÇÃO E PODER POLÍTICO</b> .....	<b>69</b>
5.1 Leis, Poder Político e Imigrantes .....	72
5.2 O Custo das Colônias no Sul do Brasil .....	84
5.3 Estrangeiros e o Início da República .....	93
<b>6 DESIGUALDADE NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX</b> .....	<b>97</b>
6.1 Doenças, Nutrição e Desenvolvimento.....	98
6.2 Mortalidade e Reformas Urbanas .....	101
6.3 Desigualdade e Mortalidade .....	107
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>118</b>
<b>ANEXO A – O Efeito Mills-Reincke</b> .....	<b>132</b>
<b>ANEXO B – Séries de Mortalidade no Rio De Janeiro</b> .....	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não existe possibilidade de se ignorar uma ideia cujo tempo chegou.<sup>1</sup> Para o Brasil da segunda metade do século XIX, a obsessão com a questão da mão de obra resultava do horizonte limitado da instituição que estruturou a sociedade brasileira por séculos: a escravidão. A preocupação acerca da oferta de trabalhadores é evidenciada por ter sido a questão mais referida nas Falas do Trono: 34 menções em 56 Falas (CARVALHO, 2010, p.347).

Contudo, a forma proposta para solucionar esta preocupação, a imigração, dependia de fatores que iam muito além dos portos nacionais. Na segunda metade do século XIX, o Brasil estava imerso em um processo de integração de mercados na economia do atlântico, período conhecido como a primeira globalização (O'ROURKE; WILLIAMSON, 1999). Com o fim do tráfico de escravos, começava outra era de grandes migrações, onde aproximadamente 55 milhões de europeus, entre 1850 e 1914, cruzaram o atlântico em direção ao chamado Novo Mundo (HATTON; WILLIAMSON, 1998, p.3). O movimento massivo de pessoas gerou uma convergência não somente nos preços dos fatores como também de ideias. As mudanças que ocorreram no Brasil neste período tiveram forte componente exógeno, que impactaram na distribuição de recursos da sociedade.

Segundo O'Rourke e James (2011), é natural para o historiador econômico culpar políticas equivocadas ou fraquezas institucionais específicas para explicar o fracasso de desenvolvimento de uma nação. No entanto, quando se observa um contexto internacional mais abrangente, percebem-se em outros lugares comportamentos e estruturas semelhantes, sugerindo que, ao menos parcialmente, fracassos ou sucessos em termos de desenvolvimento compõem uma história mais ampla. No Brasil, durante o longo século XIX, não foi diferente. As mudanças institucionais que ocorreram, como as relacionadas ao mercado de trabalho, estavam inseridas em uma dinâmica em que o país fazia parte, mas não era seu protagonista.

O fio condutor entre os pontos temporais deste trabalho refere-se à desigualdade. A partir do fim do tráfico de escravos, em 1850, a entrada de imigrantes se intensificou até o aparecimento de barreiras internacionais, em 1914, devido à primeira Guerra Mundial. Busca-se a compreensão de porque alguns grupos se beneficiaram mais que outros neste período de

---

<sup>1</sup> Tradução livre de “*On résiste à l'invasion des armées; on ne résiste pas à l'invasion des idées.*”, Victor Hugo (1877), *Histoire d'un crime, Quatrième journée. La victoire*, ch. II: Les Faits de la nuit. Quartier des Halles.

formação do Estado brasileiro. Os grupos analisados representam dois subconjuntos bem distintos da população: os imigrantes europeus e a população negra, especialmente aqueles que foram escravizados.

O objetivo desta dissertação é verificar a hipótese de que o governo, respondendo a diferenças de poder político, teve um importante papel no melhor desempenho econômico dos imigrantes em relação à média nacional. Busca-se também compreender quais os fatores que barraram a ascensão econômica da população negra. Utilizando a Nova Economia Institucional (NEI), o melhor desempenho econômico vincula-se a instituições formais específicas, principalmente o acesso ao direito de propriedade.

Também resultante da matriz teórica, o presente trabalho não incorpora análises culturais para explicar diferenças na trajetória econômica entre grupos. Tem-se como pressuposto que etnias não possuem características fundamentalmente distintas, e que estruturas de incentivos, que são coordenadas através de instituições, possuem maior poder explicativo em relação ao desenvolvimento econômico. Claude Lévi-Strauss (1973, p.9) advertiu sobre o esforço vão em discutir a contribuição das “raças” para a civilização; onde existe a ilusão de que é possível demonstrar que “[...] grandes grupos étnicos que compõem a humanidade trouxeram, enquanto tais, contribuições específicas para o patrimônio comum.”

Apesar da utilização do conceito de instituições informais de North (1990), muitas vezes caracterizado como uma interpretação cultural, o capítulo 4 argumentará que estas instituições não se perpetuam no longo prazo na ausência de um sistema formal de incentivos. Com isso, a definição de “limites informais” busca compreender como ideologias e ideias influenciam escolhas individuais.<sup>2</sup> A inexistência de regras formais não inibe a existência de padrões de comportamento, no entanto, o que se advoga é que instituições formais estruturam e limitam o conjunto de ideias que podem se desenvolver dentro de uma sociedade no longo prazo. A variável temporal é necessária porque instituições formais e informais não respondem a mudanças de forma sincronizada. Quando a defesa de ideias consideradas anteriormente como não aceitáveis deixa de possuir um alto preço, essas ideias persistem e gradativamente se expandem, virando normas de comportamento. O debate sobre a escravidão serve como exemplo: enquanto no início do século XIX pessoas eram reprimidas de todas as formas por defenderem a abolição, ao final deste, organizavam-se bailes em defesa do

---

<sup>2</sup> Do original, “*informal constraints*”, que representa normas sociais, convenções e códigos de conduta (North, 1990).

processo civilizatório que seria libertar os escravos. A assimetria temporal entre instituições formais e informais resulta em frequentes conflitos entre grupos com diferentes ideologias, onde a mudança é combatida por aqueles que se beneficiam da estrutura institucional vigente.

Este trabalho também busca relacionar como alterações nos preços relativos impactam na estrutura de incentivos da sociedade. O término da escravidão, assunto do terceiro capítulo, relaciona o aumento do preço dos escravos e sua concentração geográfica com a diminuição do apoio populacional a esta instituição. Quando a escravidão diminuiu sua presença significativamente em áreas urbanas e limitou-se aos fazendeiros que conseguiam sustentar seu alto custo, a crítica tornou-se possível pela ausência de consequências negativas. Com o aumento do fluxo de imigrantes a partir de 1880, a escravidão não era mais necessária.

O fim da escravidão, em 1888, foi uma importante mudança institucional. No entanto, a persistência da pobreza como característica da população negra perpetuou sua discriminação. Assim como outros elementos analisados durante o período, políticas discriminatórias não se limitavam ao Brasil e, em 1947, 68% da população australiana ainda queria bloquear a imigração de qualquer população negra (WALKER, 1987). O mercado de trabalho internacional durante o século XIX não se relacionou diretamente à escravidão, mas sim a mão de obra de baixo custo. A demanda em diversos países por trabalhadores asiáticos entre 1850 e 1913 (BÉRTOLA; WILLIAMSON, 2008), submetidos a contratos de vínculos por débito, era somente outra forma de substituir a escravidão da população negra: “[...] the enterprise of indentured labor continued to be driven by the same economic forces as slavery: the need for cheap foreign labor on European-held enterprises around the world” (GOLDIN; CAMERON, 2011, p.75).

Segundo Hall e Stolcke (1983) mesmo nos anos anteriores à primeira Guerra Mundial, quando a imigração europeia subsidiada tomou-se impraticável, não se tentou aproveitar as duas fontes alternativas de mão de obra, os libertos e os trabalhadores nacionais. A busca por trabalhadores de baixo custo, entretanto, limita a utilização do preconceito étnico como forma apropriada para se compreender a desigualdade de oportunidades no Brasil durante o período aqui analisado. Como demonstra Higgs (1971, p.427) para os Estados Unidos, “[...] evidence is quite convincing that at least some American employers preferred wealth to the pleasures of discrimination.”

A resposta apresentada no quinto capítulo deste trabalho não reduz as oportunidades econômicas a uma questão de preconceitos, mas sim a distribuição de poder político na sociedade brasileira. A partir dos trabalhos apresentados no segundo capítulo, que trata da NEI, pretende-se demonstrar que não importa o quão disfuncional é a situação dada, a razão para que ela se perpetue vincula-se à compreensão de quais grupos de interesse são beneficiados pela estrutura institucional vigente. Dentro deste pressuposto, o papel do Estado está intrinsecamente relacionado à distribuição de recursos e, portanto, quais grupos possuem acesso a instituições políticas e econômicas.

Segundo Shirley (2008), especialização e investimento em capital físico e humano serão limitados quando o governo não cria expectativas de honrar contratos, estabelecer a ordem e proteger pessoas e propriedade. A existência de incertezas e custos de transação criam desincentivos para investimentos de longo prazo e, portanto, instituições podem ser caracterizadas como soluções para problemas de ação coletiva (DELLEPIANE-AVELLANEDA, 2012). Este trabalho apresenta evidências para a relação entre diferenças de poder político e soluções para o problema de ação coletiva. Esta relação é necessária porque ganhos de poder político não decorrem de preferências das elites por determinados grupos. Seguindo Acemoglu et al. (2005), o desenvolvimento institucional não resulta de um desenho ótimo ou intencional, mas de um conflito no qual as massas – os membros da sociedade com menor poder político – obtêm ou não sucesso em resistir ao arcabouço institucional das elites:

For example, setting up a society based on principles of equality, governed by the people through general assemblies and investing in their education through a mass schooling system, could not have been further from the plans of the leading members of the Virginia Company when they set about colonizing Jamestown. It was only when their strategy of capturing and enslaving locals and their next best alternative, putting the lower strata of the settlers brought in as indentured servants to work in gangs for the benefit of the elites and the Company, failed and was met with fierce resistance, that the beginning of U.S. institutions as we recognize them today started taking shape (ACEMOGLU; AUTOR, 2012b, p.4-5).

O quinto capítulo demonstra como os europeus que vieram ao Brasil conseguiram escapar do arcabouço institucional das elites. Enquanto trabalhadores nacionais estavam em um mercado de trabalho com oferta limitada, os trabalhadores europeus ofertavam seu trabalho em um mercado competitivo, onde países como os Estados Unidos, Austrália e Argentina eram competidores diretos do Brasil. A necessidade de criação de incentivos para atrair trabalhadores, principalmente em relação ao poder de atração dos Estados Unidos (SANCHEZ-ALONSO, 2008), foi o mecanismo que possibilitou o ganho de poder político.

No entanto, imigrantes não vieram ao país apenas como trabalhadores rurais em grandes plantações. A existência de colônias desde o início do Império gerou uma estrutura de incentivos que favoreceu os estrangeiros. O objetivo inicial das colônias era povoar áreas com baixa densidade populacional e aumentar a exportação de produtos agrícolas e seus respectivos impostos. Apesar da ausência de estimativas sobre a renda média dos trabalhadores livres durante o Império, pode-se assumir que eles não possuíam renda suficiente para adquirir propriedades que possibilitassem investimentos de longo prazo. A população nacional se encontrava em uma armadilha da pobreza próxima à situação daqueles que residiam em regiões da Europa onde a baixa renda não os possibilitava emigrar (HATTON; WILLIAMSON, 1998).

A disponibilidade de terras não era condição suficiente para a produção agrícola. Mesmo com a possibilidade de o trabalhador nacional adquirir um terreno, terras de baixo valor situavam-se em áreas isoladas, com altos custos de transporte. O investimento governamental em infraestrutura básica e no transporte de grupos de colonos possibilitou o crescimento das colônias em seus anos iniciais. Outra importante condição foi o comprometimento do governo brasileiro em respeitar os direitos de propriedade, o que gerou incentivos para investimentos de longo prazo, como educação e diversificação das culturas agrícolas. Dificilmente o transporte do colono para uma área deserta e sem auxílios governamentais resultaria em sucesso.

Após esta introdução, o segundo capítulo descreve como a Nova Economia Institucional é utilizada como arcabouço teórico para o estudo de história econômica. O capítulo apresenta o desenvolvimento da NEI ao longo das décadas e quais são suas limitações. Define-se também qual conjunto de variáveis será utilizado ao longo do trabalho.

O terceiro capítulo refere-se ao caminho rumo ao fim da escravidão no Brasil. Como a utilização da mão de obra escrava era rentável na primeira metade do século XIX, não existiam incentivos para a utilização de trabalhadores livres em larga escala. Entretanto, o aumento nos preços dos cativos decorrente do término do tráfico abalou uma instituição que, segundo Zephyr Frank (2004), era o pilar da “classe média” brasileira. Antes de 1850, o maior número de escravos encontrava-se em posse de pequenos proprietários, os quais detinham cinco escravos ou menos (MARCONDES, 2009). Com o aumento nos preços, os pequenos proprietários foram desaparecendo e, com a diminuição do número absoluto de cativos ao longo das décadas, ocorreu também sua concentração geográfica. A diminuição dos donos de

escravos como parte da população resultou na redução de seu poder político, o que abriu a possibilidade para a mais importante mudança institucional do século XIX.

O quarto capítulo discorre sobre instituições informais, que representam uma importante manifestação da estrutura de incentivos formais da sociedade. Defende-se neste trabalho que ideias que permeiam a sociedade são antes resultado do que causa de instituições políticas e econômicas. Elas reforçam a estrutura existente, mas não a transformam. O capítulo, portanto, demonstra como teorias científicas do século XIX reforçavam e legitimavam a escravidão, ao mesmo tempo em que exaltavam a “superioridade” do povo europeu. Criando um sistema no qual parte da população era considerada inferior, a repressão à população negra poderia ser justificava por aqueles que se beneficiavam da escravidão.

O quinto capítulo trata sobre como os imigrantes europeus conseguiram resistir ao desenho institucional das elites e se beneficiaram das instituições econômicas. Através do sistema de incentivos que o governo brasileiro ofereceu para poder competir com outros países que apresentavam mais oportunidades, os imigrantes receberam transferências sociais que possibilitaram seu acesso à propriedade privada. Com o objetivo inicial de substituir a mão de obra escrava da lavoura por “escravos europeus”, o projeto do chamado sistema de parceria falhou com a intervenção de governos estrangeiros.

O sexto capítulo apresenta um estudo sobre a condição da população negra após a abolição. Utilizando dados sobre mortalidade na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, busca-se construir uma medida de desigualdade entre a população negra e o cidadão médio brasileiro. A diferença entre taxas de mortalidade de doenças decorrentes da falta de infraestrutura sanitária, é utilizada como *proxy* de desigualdade de renda. Apesar da limitação de se utilizar microdados para se construir um retrato brasileiro, o caso do Rio de Janeiro serve como uma interpretação inicial da desigualdade de oportunidades no início da República.

Os capítulos desta dissertação não formam uma história linear sobre a desigualdade no Brasil durante o longo século XIX. São antes fragmentos, análises de diferentes ângulos com dados regionais que tentam descrever uma história nacional. A heterogeneidade regional brasileira apresenta dificuldades para tais inferências, no entanto, defende-se que a estrutura de incentivos para os imigrantes e trabalhadores nacionais pode ser analisada pelo estudo de diferenças de poder político através do território brasileiro.

## 2 INSTITUIÇÕES E HISTÓRIA

Alexander Gerschenkron, em um texto de 1969, analisando a aplicação das ferramentas que a teoria econômica oferecia para o estudo da história econômica afirmou: “I am convinced that such an application, known now as New Economic History, is far and away the best thing that has happened to the discipline for a long time” (GERSCHENKRON, 1969, p.2). Segundo Fogel (1966, p.651), “[...] the methodological hallmarks of the New Economic History are its emphasis on measurement and its recognition of the intimate relationship between measurement and theory.” Portanto, sua importância advinha da possibilidade da recombinação de dados primários, o que permitia novas análises quantitativas, além de desenvolver métodos para avaliar fenômenos econômicos que não poderiam ser medidos diretamente (FOGEL, 1965).

A Nova História Econômica, também chamada de Cliometria, foi objeto de grande debate durante a década de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e teve como marco dois artigos de Conrad e Meyer, especialmente o texto “Economic Theory, Statistical Inference, and Economic History” de 1957.<sup>3</sup> De acordo com os autores, historiadores não se preocupam apenas em coletar fatos ou declarações sobre o passado, mas sim encontrar relações causais entre eventos. Para isso, era necessário esclarecer alguns dos problemas relacionados com o conceito de causalidade histórica e a utilização de ferramentas analíticas, como inferência estatística, para a utilização na historiografia econômica (CONRAD; MEYER, 1957).

Essa metodologia gerou uma série de críticas por parte da historiografia tradicional, que taxou os novos métodos de “antiempiristas” e “antipositivistas”, além de considerar os modelos teóricos inverificáveis na prática (FOGEL, 1966). O foco das críticas residia no uso explícito de contrafactuais, tido como especulações intrusivas e fictícias dentro de uma disciplina empírica. No entanto, os defensores da Nova História Econômica argumentavam que posicionamentos contrafactuais eram de uso frequente por parte da historiografia tradicional:

Should we advocate that historians give up the practice of making judgments about mistakes? Do we mean to exclude from history such statements as: "Woodrow Wilson miscalculated the consequences of his failure to appoint a prominent Republican to the delegation that represented America at the Paris peace conference". [...] In Branding actual behavior as an error, one presumes knowledge of the course of events in situations that never occurred (FOGEL, 1970, p.256).

---

<sup>3</sup> O outro artigo foi *The Economies of Slavery in the Ante-Bellum South*, de 1958.

Segundo Cochran, o debate sobre as hipóteses contrafactuais era mais uma questão de forma que de método: “Every historical statement regarding the effect of a change must be implicitly measured against an assumed counterfactual continuity” (COCHRAN, 1969, p.1568). Também para Fogel, o uso de julgamentos como “o que poderia ter ocorrido”, implicava o uso de uma hipótese contrafactual implícita na análise da historiografia tradicional: “[...] the real issue regarding counterfactual conditional statements is not whether we should make them, but how to establish criteria which enable one to determine the validity of such statements” (FOGEL, 1970, p.257).<sup>4</sup>

O critério seria a utilização explícita de hipóteses teóricas para que fosse possível uma estrutura causal conforme proposto por Conrad e Meyer. Segundo os autores, “[...] causal ordering implies that a particular intervention [...] can be specifically associated with subsequent changes in the values of some variables in the system” (CONRAD; MEYER, 1957, p.528).<sup>5</sup> Assim como o uso de contrafactuais, o uso de teorias também não era algo novo, sendo utilizada de forma implícita nos estudos históricos: “[...] there exists a large and important category of evidence the members of which are called and accepted as ‘facts’ but which are actually theories or involve theory in an essential way” (FOGEL, 1967, p.289).<sup>6</sup>

Portanto, o método era uma diferença central entre as escolas de história econômica. A historiografia tradicional estabelecia que modelos realistas devessem ser muito genéricos ou de inatingível complexidade para receber alguma formatação matemática, enquanto cliometristas preocupavam-se em aplicar modelos operacionalizáveis com os dados disponíveis. Era um debate entre método dedutivo e indutivo para o estudo da história econômica (COCHRAN, 1969), e como afirma Davis (1966, p.658): “In terms of general method the ‘new’ history is hardly new, except perhaps to historians”.<sup>7</sup>

O sucesso da Cliometria para a reinterpretação da história norte-americana no período eclipsou parcialmente o debate sobre método, com o reconhecimento dos mais severos

---

<sup>4</sup> Murphy (1969) oferece um resumo do debate acerca de contrafactuais: “Unfortunately, it will so turn out that we shall deprive ourselves of asking some of the really important questions in economic history if we do not use counterfactuals” (p.17-18).

<sup>5</sup> Os autores definem “ordem de causalidade” como a identificação de variáveis endógenas e exógenas.

<sup>6</sup> Fogel elabora mais esse argumento ao longo do artigo: “Economic historians have long been critical of economic theorists for constructing over simplified models based on the assumption of firms that produce only a single product all of the units of which are homogeneous. Yet in practice historians have adopted the same assumption”. (FOGEL, 1967, p.291).

<sup>7</sup> Tal crítica persistiu ao longo do tempo: “Historians are usually not good at modeling. They may use a model, but they don’t articulate it very well. They don’t state their hypotheses clearly. [...]The root of the problem seems to me to be that historians are very naïve about methodology. Historians do have a methodology, but they seem unaware of it”. (KLEIN; STOCKLEY p.51, 2009).

críticos as importantes contribuições e revitalização do debate da disciplina.<sup>8</sup> Contudo, contemporâneos ao debate reconheceram que “[...] in the case of the 'new' economic history there is a strong tendency to assume that it is only necessary to apply economic theory and quantitative techniques to history to reveal new truths” (DAVIS, 1966, p.662). Essas críticas começaram a surgir porque os trabalhos cliométricos focavam em relações econômicas, não reconhecendo plenamente o impacto de aspectos políticos para o desenvolvimento econômico, peça central na historiografia tradicional. Sob a hipótese de mercados perfeitos, as relações econômicas eram caracterizadas por trocas sem custos de transação, informação completa e sem externalidades. Entretanto, o mercado político, diferente do mercado de bens, é caracterizado por transações infrequentes e custosas, poucas informações e muitas externalidades (REID, 1977).

Dada à importância de estruturas políticas, a teoria econômica utilizada seria insuficiente para a progressão da Nova História Econômica. Mesmo expoentes da nova área de pesquisa não deixavam de reconhecer a importância da historiografia original:

While partly mathematical propositions tend to emphasize quantifiable processes more than institutional settings, the older type of history often fails to integrate quantitative measurement of processes with qualitative institutional change. The new approach is, of course, in danger of the reverse weakness: failure to explore the modifications made in quantitative series by institutional pressures (COCHRAN, 1969, P.1567).

## 2.1 História Econômica e a Nova Economia Institucional

Após os textos de Conrad e Meyer e importantes estudos sobre a importância das ferrovias (FOGEL 1960), dos atos de navegação e sua relação com os custos de transporte (NORTH, 1968) e a lucratividade da escravidão (FOGEL; ENGERMAN, 1989), Douglass North (1974) questionou o motivo desses estudos não terem se expandido em maior velocidade, não realizando toda sua potencialidade. North considerava que o uso da teoria econômica, apesar da sua importante contribuição, também era um fator que limitava o surgimento de novos estudos: “It is the systematic use of standard neoclassical economic theory which both has provided the incisive new insights into man's economic past and also serves to limit the range of enquiry” (NORTH, 1974, p.1). Entre as limitações, destacava-se a ausência do papel do Estado, exceto quando era utilizado de um modo *ad hoc*. Além disso, a inexistência de custos de transação e a inaptidão da teoria em explicar a dinâmica econômica

---

<sup>8</sup> Uma excelente compilação dos trabalhos realizados nesse período se encontra em “The Reinterpretation of American Economic History” (FOGEL; ENGERMAN, 1971).

de longo prazo também eram fatores que limitavam o estudo da história econômica através da utilização da teoria neoclássica.

A existência de custos de transação era importante para North porque “devising and enforcing a set of rules of the game is hardly ever costless and the nature of these costs is at the very roots of all economic system's problems” (NORTH, 1974, p.2). Uma análise sobre mudanças nas regras do jogo deveria ser o foco dos estudos de história econômica, pois as regras determinavam a eficiência e a distribuição da renda em qualquer sociedade. Portanto, o autor propõe aumentar a matriz teórica da teoria neoclássica para que fosse possível incorporar questões institucionais.<sup>9</sup> Esta mudança teórica deveria manter alguns dos axiomas neoclássicos, como o individualismo metodológico e seus pressupostos resultantes, como o conceito de escassez, o qual é a base para a teoria da escolha e competição microeconômica. North não explícita qual teoria incorporaria esses axiomas, mas afirma que a conexão seria através dos custos de transação. Além disso, pontua questões que futuramente seriam essenciais no seu trabalho, onde novamente estariam configuradas as relações entre variáveis econômicas e políticas: “The growth or decline of economic systems is clearly a function of increasing or decreasing productivity of the two sectors; goods and services and protection and justice” (NORTH, 1974, p.6).

A abordagem estava propondo o estudo da história econômica e sua relação com variáveis políticas, que viria a ser chamado de Nova Economia Institucional (NEI).<sup>10</sup> Em trabalho posterior, ele apresenta de forma mais clara essa relação quando afirma que: “[...] building a theory of institutions [...] is a step toward reconciling differences between economics and the other social sciences” (NORTH, 1990, p.5). Essas ideias permearam o trabalho de North até obterem a definição mais conhecida do que são instituições:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. (NORTH, 1991, p.98).

Uma importante mudança entre o trabalho de 1974 e de 1991 ocorreu com uma das principais instituições da NEI, o direito de propriedade. Em seu trabalho *Structure and*

---

<sup>9</sup> É evidente que North tinha pleno conhecimento das limitações da teoria e finaliza o artigo salientando que: “I have too much respect for the complexity and contrariness of human behavior to believe that we can do much more than unravel a little more of an endless skein - but then, that's enough to make it the most satisfying profession I know” (NORTH, 1974, p.8).

<sup>10</sup> Segundo Mary Shirley, o primeiro uso do termo Nova Economia Institucional foi em 1973. (Palestra no Ronald Coase Institute, 16 de maio de 2011, Chicago, Illinois).

*Change in Economic History* de 1981, North abandonou a ideia de eficiência institucional. Antes visto como uma regra estritamente positiva, o autor, aceitando o fato que direitos de propriedade existiram largamente através da história sem produzir crescimento econômico, ressaltou que “[...] rulers devised property rights in their own interests and transaction costs resulted in typically inefficient property rights prevailing” (NORTH, 1990, p.7).

A possibilidade de ineficiência institucional levou a estudos que demonstraram a existência de instituições extrativas, onde as regras do jogo criam incentivos de caráter não cooperativo. Quando não existem direitos de propriedade bem definidos e as pessoas podem ser expropriadas a qualquer momento, inclusive pelo uso da violência, não existem incentivos para investimentos de longo prazo: “[...] where the government is too weak to support contracts, establish order, and protect people and property, exchange, specialization, investment in physical and human capital—and therefore growth—will be limited” (SHIRLEY, 2008, p.615-616).<sup>11</sup> A importância de um governo forte o suficiente para defender direitos de propriedade gera, no entanto, um paradoxo: qualquer Estado forte o suficiente para proteger seus cidadãos e assegurar direitos de propriedade também possui força suficiente para expropriá-los e subjugar-los (NORTH et al. 2006).

Devido a tais questionamentos, o foco recente de estudo da NEI voltou-se para a análise de como o Estado e grupos que detêm poder (elites) usam seu monopólio sobre a violência. De acordo com Acemoglu e Robinson (2011, p.30):

The state is thus inexorably intertwined with economic institutions. Inclusive institutions need and use the supporting role of the state, while extractive institutions exploit the coercive power of the state to expropriate property, create entry barriers and prevent the functioning of markets.

O papel do Estado está, portanto, intrinsecamente relacionado à distribuição de recursos em uma sociedade. Como instituições políticas influenciam instituições econômicas, grupos com maior poder, principalmente em situações de extrema desigualdade, conseguem capturar o Estado e implantar instituições econômicas consideradas extrativas, isto é, perpetuam a situação de desigualdade, pois tendem a fortalecer a estrutura de incentivos que os favorecem e limitam as possibilidades econômicas de grande parte da população. Onde o Estado não oferta proteção e justiça de forma simétrica, grupos que não possuem poder político podem ser vítimas de ações arbitrárias. De acordo com North, Summerhill e Weingast

---

<sup>11</sup> Harris et al (1995, p.8) apresenta uma crítica recorrente à NEI: “In some respects NIE would seem to historians evidence that economists are at long last ‘discovering’ what historians have always known: namely that institutions play a significant role in the growth and change of economies.”

(2000, p.10): “The key to the consensual basis of political order is the establishment of credible bounds on the behavior of political officials. [...] citizen rights and the implied bounds on government must be self-enforcing for political officials.” Portanto, sob o ponto de vista histórico, o primeiro passo para a formação de uma sociedade moderna é o monopólio da violência através de um contrato social, com a formação de alguma estrutura de governo.

A partir do estabelecimento do governo, existem duas formas predominantes de organização social. Segundo North (1995, p.21), “cooperative solutions in game theory are most likely when the play is repeated, when the players have complete information about the other players’ past performance, and when there are small numbers of players.” Por outro lado, quando existem divisões sociais significativas, sociedades apresentam sistematicamente privilégios e *rent-creation*:

Limited access orders solve the problem of containing violence by political manipulation of the economic system to generate rents by limiting entry to provide social stability and order. [...] violence jeopardizes the rents, so individuals who receive rents have an incentive to suppress violence and to support the current regime (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2006, p. 4).

A não exclusividade da análise econômica advém do fato que o desenvolvimento das sociedades não resulta simplesmente do crescimento econômico, mas no desenvolvimento de instituições políticas, onde “[...] o passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regras” (PRZEWORSKI, 1994, p.31). Nessa forma de sociedade, caracterizada como de acesso aberto, o desenvolvimento de instituições inclusivas não permite que grupos encontrem privilégios devido ao seu posicionamento político. Contudo, Acemoglu et al. (2008) demonstram que não existem evidências de um efeito causal entre renda e democracia no longo prazo, mesmo existindo forte associação entre essas variáveis nos dias atuais: “Beyond the impact of income on democracy or the impact of democracy on income, we may want to think of political and economic development taking place jointly” (ACEMOGLU et al., 2008, p.829).

O surgimento de instituições mais democráticas traz a questão: porque grupos privilegiados teriam algum incentivo para democratizar o acesso institucional? Não somente isso, mas em uma sociedade de acesso limitado, onde apenas uma fração da população tem poder político, qual é o canal para o surgimento de uma ordem mais democrática? Acemoglu e Robinson (2006) argumentam que, longe de ações benevolentes, concessões de poder político ocorrem quando grupos que possuem alguma representação política forçam elites a conceder direitos. Dentre as possibilidades, algumas mais extremas como o uso da força

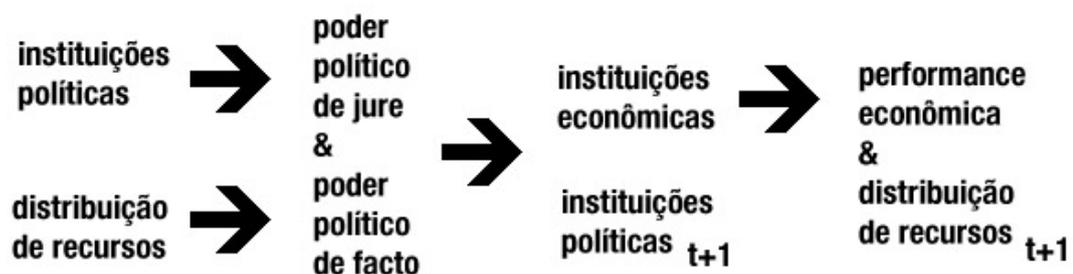
através de rebeliões e revoluções são as que geram maior custo para as elites. Quando demandas são efetuadas de forma violenta “[...] rare windows of opportunity to effect broad reform are thereby opened. Such ‘defining moments’ are nevertheless the exception rather than the rule” (WILLIAMSON, 2000, p.528). North (1990, p.90) também defende que mudanças institucionais são majoritariamente incrementais e coalizões essenciais para o sucesso de revoluções possuem curta duração: “The glue of ideological alienation and a common opponent is replaced by the dissolving solvents of ideological differences and conflicting payoff demands.” Grupos que normalmente não seriam aliados conseguem resolver problemas de ação coletiva quando enfrentam um opressor comum, mas após seu desaparecimento, na inexistência de um controle externo que possa estabilizar a sociedade, a escalada de violência é facilmente retomada. O uso da força para obter mudanças institucionais provavelmente resultará na substituição de uma ordem de acesso limitado por outra.

A diferença nos custos de repressão por aqueles que detêm maior parcela de poder político é o principal fator que determina qual será a resposta às demandas por maiores direitos políticos. Com baixos custos, a maior probabilidade é através da repressão de forma violenta. Se os custos forem altos, o governo pode barganhar o aumento da esfera de poder político. Porém, o aumento de direitos políticos normalmente ocorre quando o fator trabalho é escasso e grupos que possuem poder político, na ausência de formas de coerção como a escravidão, precisam oferecer incentivos para atrair trabalhadores (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2008, p.656). Esse ganho inicial de poder político por parte dos trabalhadores também aumentará o poder de barganha na estruturação de futuros arranjos. A distribuição de poder político em uma sociedade é o fator que explica o porquê do desenvolvimento institucional ser primordialmente endógeno (ACEMOGLU et al., 2005).

Para Acemoglu et al. (2005), a importância de instituições políticas ocorre em dois níveis. Primeiramente, poder político *de jure* refere-se ao poder que se origina de instituições políticas da sociedade, como leis e outras regras estabelecidas. No entanto, como demonstrado anteriormente, grupos podem efetuar demandas através da esfera política, quando possuem poder político ou pela possibilidade do uso da violência. O poder de coerção é largamente dependente dos recursos dos demandantes e “on the ability of the group in question to solve its collective action problem, i.e., to ensure that people act together, even when any individual may have an incentive to free ride” (ACEMOGLU et al., 2005, p.391).

A dificuldade de resolver o problema de ação coletiva vem justamente do fato que “[...] changes in formal rules and/or enforcement will usually require substantial resources or to the very least overcoming the free-rider problem” (NORTH, 1990, p.87).<sup>12</sup> Com isso, North (1990) estabelece que mudanças institucionais sejam largamente resultado de alterações nos preços relativos, assim como Acemoglu et al. (2005) advogam que poder político *de facto* decorre do acesso à recursos econômicos que possibilitam resolver o seu problema de ação coletiva.

### Quadro 2.1: Esquema de determinação institucional endógena



Fonte: Acemoglu et al. (2005)

Portanto, a estrutura de incentivos decorrente da distribuição de recursos é o vetor que condiciona a mudança institucional: “[...] relative price changes alter the incentives of individuals in human interaction, [they alter the price] we pay for our convictions, make ideas, dogmas, fads, and ideologies” (NORTH, 1990, p.84-86). A Nova Economia Institucional mudou seu foco ao longo do tempo, partindo do papel dos direitos de propriedade e sua importância para a redução dos custos de transação à análise da relação entre poder político e distribuição de renda. Contudo, a vertente institucional de North, demonstrou que a “história importa”, uma vez que o presente está intrinsecamente conectado ao passado devido à continuidade institucional das sociedades.<sup>13</sup> Essa situação de *path dependence* tornou-se o foco dos chamados estudos de segunda geração da NEI. Estes, além de avaliar como instituições são importantes para o crescimento, também focaram em como o passado das sociedades influencia o seu desempenho atual.

<sup>12</sup> “This limited access might be due to the laws explicitly favoring the dominant groups, even if the property rights allowed the “outsiders” were enforceable. A *de facto* limited access might, however, arise if the outside group lacked the financial or other resources necessary to take advantage of an opportunity they had a *de jure* legal right too. Thus, even though all citizens might be entitled to bring civil suits to enforce contracts, the poor may find themselves less able to act on this right” (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2008, p.648).

<sup>13</sup> Segundo Harris et al (1995, p.10): “To that extent NIE is not, at least not yet, a new theory of economic history. Rather, [...] it is a device that assists historians to reframe the questions they can ask of their material”.

## 2.2 Quais Instituições Persistem Entre o Passado e o Presente?

Assim como outras teorias econômicas, a NEI se propõe a explicar a questão central do desenvolvimento econômico: por que alguns países se desenvolvem e outros não? A principal crítica a outras teorias que tentam esclarecer questão semelhante é, segundo North e Thomas (1973, p.2): "[...] the factors we have listed (innovation, economies of scale, education, capital accumulation, etc.) are not causes of growth; they are growth. Factor accumulation and innovation are only proximate causes of growth."

No entanto, a abrangência da NEI é também uma de suas fraquezas. Segundo Nye (2010), "Institutions are popular not just because the idea is valuable but in some sense because the idea is easily abused". A abrangência do termo instituições levou a críticas que pontuam que "[...] the historical record, therefore, does not seem to support the notion that any particular institution, narrowly defined, is indispensable for growth" (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2008, p.641). Engerman e Sokoloff reconhecem que instituições importam, mas como elas estão profundamente relacionadas com o ambiente político e econômico, a mudança institucional, ao contrário de instituições específicas, torna-se o fator crucial de análise para o crescimento econômico, onde existem maiores evidências para análises comparativas:

A perhaps more serious issue is that among the feasible set of institutional solutions to a general problem, different approaches may have different implications for different segments of the population. Depending upon the manner in which institutions evolve, or are designed, in a society, they may develop to favor the interests of more powerful groups at the expense of others, or even of the population at large (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2008, p. 648).

Devido à importância de se analisar como diferentes instituições se desenvolveram ao longo da história, os importantes estudos de Engerman e Sokoloff (1997, 2002) e Acemoglu et al. (2001, 2002), demonstram a importância de dotações iniciais de fatores no Novo Mundo, como produtividade agrícola e taxas de mortalidades dos colonizadores, para a formação de diferentes estruturas institucionais no longo prazo.<sup>14</sup> Apesar da correlação entre questões geográficas e desenvolvimento econômico, para os autores o mecanismo causal se dá através dos diferentes arranjos institucionais resultantes do tipo de colonização. Ou seja, a geografia não seria um fator determinante para o desenvolvimento econômico, como advoga a chamada "hipótese geográfica". Na versão mais simples dessa hipótese, variáveis geográficas

---

<sup>14</sup> Nunn (2009) cita também dentre as principais contribuições do período os estudos sobre instituições legais transplantadas para as colônias, além do subsequente debate sobre *Common Law* e *Civil Law* e seu impacto para o desenvolvimento econômico. No entanto, esse debate não é o foco do presente trabalho.

como clima e doenças afetaram diretamente a capacidade de trabalho e produtividade das populações e explicam a divergência econômica contemporânea entre as sociedades. Contrários a essa visão, Acemoglu et al (2002) demonstram que algumas regiões da América do Sul, antes de serem colonizadas a partir do século XVI, possuíam renda superior a outras partes do continente, e a abundância de recursos naturais após a chegada dos europeus resultou no desenvolvimento de instituições extrativas que levaram a uma série de desincentivos ao investimento e desenvolvimento econômico no longo prazo:<sup>15</sup>

European colonialism led to the development of institutions of private property in previously poor areas, while introducing extractive institutions or maintaining existing extractive institutions in previously prosperous places. The main reason for the institutional reversal is that relatively poor regions were sparsely populated, and this enabled or induced Europeans to settle in large numbers and develop institutions encouraging investment. In contrast, a large population and relative prosperity made extractive institutions more profitable for the colonizers (ACEMOGLU et al., 2002, p. 1235).

A menor desigualdade econômica resultante de algumas formas de colonização possibilitou o desenvolvimento de instituições mais igualitárias em regiões mais atrasadas durante o século XVI, como a América do Norte, que viabilizaram a industrialização durante o século XIX, resultando na chamada “*reversal of fortune.*” Para Engerman e Sokoloff (2002) a limitação de analisar o desenvolvimento institucional e sua relação com fatores geográficos reside na dificuldade de se determinar quais variáveis são endógenas e quais são exógenas. Fatores geográficos podem delimitar quais instituições se desenvolverão ao longo do tempo e com isso afetar indiretamente o desenvolvimento econômico. Por outro lado, essa relação pode ter um sentido reverso, onde fatores geográficos podem ter um efeito direto no desempenho econômico, o que por sua vez impactaria na qualidade institucional de uma sociedade. A forma que os autores encontram para responder essa questão é analisar qual foi o impacto nas regras do jogo a partir da colonização europeia no século XVI: “The experience of a limited number of European countries coming to the Americas to establish colonies in quite dissimilar environments, within a relatively short span of time, makes for an extremely interesting natural experiment” (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2002, p.2).

Refutando teorias que atestam uma suposta superioridade institucional advinda da colonização anglo-saxônica em contraste à ibérica, os autores defendem a hipótese que o grau de desigualdade na distribuição de riqueza, capital humano e poder político, que inicialmente foram influenciados indiretamente pelas dotações geográficas e densidade populacional

---

<sup>15</sup> Uma crítica a essa hipótese é de Allen et al (2011), segundo os quais os salários reais na América do Norte eram superiores aos da América do Sul desde o início do período colonial.

nativa, seriam o principal mecanismo para explicar os diferentes padrões de desenvolvimento nas Américas. A herança institucional britânica não se apresenta como uma hipótese válida quando outras sociedades do Novo Mundo que foram colonizadas pela Inglaterra são analisadas. Guiana, Belize (anteriormente Honduras Britânicas) e Jamaica, que receberam instituições extrativas devido às possibilidades de oferta agrícola, servem de exemplo contra essa forma de “herança institucional.” Mais elucidativo talvez seja o exemplo de duas colônias que foram estabelecidas simultaneamente pelos Puritanos Ingleses no século XVII:

Providence Island (off the coast of Nicaragua and now part of Colombia) and the more famous Massachusetts Bay Colony. [...] Karen Kupperman’s comparative study demonstrates that the paths of the two Puritan colonies diverged radically right from the beginning. While we are all familiar with the intense work ethic of the Puritans that settled in the cold harsh New England environment, the Puritans that located on Providence Island quickly determined that manual labor was for Native Americans, slaves, and indentured servants—not them (Engerman; Sokoloff, 2002, p.16).

Países como o Brasil, com solos e clima propícios para o cultivo de produtos que eram altamente valorizados na época, como o açúcar, possuía uma série de incentivos para alta concentração de terras e uso de mão de obra escrava. Em contraste, as colônias da América do Norte possuíam uma distribuição de terras menos desigual, em lotes menores, resultante de condições climáticas que não possibilitavam o plantio de culturas extensivas que eram altamente lucrativas no período inicial da colonização. Essa limitação nas economias de escala da produção agrícola não oferecia incentivos para o uso de escravos, sendo mais rentável a utilização de membros da família e trabalhadores assalariados.

Entretanto, a utilização de escravos não resume a diferença no desempenho entre países, mas sim como a extensão da escravidão afetou a distribuição de poder político. Apesar de a escravidão perdurar na América do Norte até a segunda metade do século XIX, sua presença na economia foi consideravelmente menor que em países como Cuba e Brasil. De acordo com os dados de Maddison (2001), entre 1500 e 1870, aproximadamente quatrocentos mil escravos cruzaram o atlântico em direção a América do Norte, em contraponto a 1,5 milhão para a América espanhola e 3,5 milhões para o Brasil. Esses dados estão de acordo com a teoria de Engerman e Sokoloff, em que uma maior igualdade econômica e homogeneidade da população permitiram o desenvolvimento de instituições políticas mais democráticas, que resultaram em maior oferta de bens públicos como educação e a um acesso mais abrangente às oportunidades econômicas. Portanto, o mecanismo institucional que permeia essa literatura se apresenta na formação e desenvolvimento dos governos no Novo Mundo, uma vez que o Estado era o reflexo dos grupos que possuíam poder dentro dessas

sociedades. A desigualdade econômica, que determina a distribuição de capital humano e influência política seria o principal fator para o desenvolvimento de uma estrutura institucional inclusiva ou extrativa.

Contudo, o efeito da desigualdade sobre o desenvolvimento econômico é um tema controverso, principalmente após o trabalho de Kuznets (1955), o qual demonstrou que um aumento da desigualdade era um resultado esperado e tolerado em fases iniciais do crescimento econômico na era industrial. A literatura empírica recente, no entanto, não chegou a um consenso sobre essa relação. De acordo com Banerjee e Duflo (2003, p.268):

While the OLS regressions using one cross-section typically found a negative relationship between inequality and subsequent growth, the fixed effect approach yields a positive relationship between changes in inequality and changes in the growth rate, which has been interpreted as saying that as long as one looks within the same country, increases in inequality promote growth. Barro, by contrast, finds no relationship between inequality and growth.

Os autores reconhecem que o problema de variáveis omitidas é a provável causa desses resultados. No entanto, o estudo de Barro (2000), apesar de não encontrar uma relação entre crescimento e desigualdade, oferece um resultado interessante quando os países são divididos por grupos: países de baixa renda possuem uma relação negativa entre desigualdade e crescimento enquanto países de alta renda possuem uma relação positiva.

Esse é um resultado que pode ser analisado acerca da hipótese institucional de Engerman e Sokoloff. A história possui vários exemplos demonstrando que o crescimento econômico pode ocorrer por períodos consideráveis de tempo sem resultar em estruturas mais democráticas, sendo a Rússia comunista é um exemplo dessa relação. Porém, segundo a Nova Economia Institucional, sociedades como essa, consideradas sociedades de acesso limitado, não conseguem sustentar crescimento no longo prazo. A razão é que na existência de alta concentração de renda, o crescimento econômico reforça o poder político dos grupos que se encontram em posição privilegiada, impossibilitando o surgimento de uma sociedade mais democrática.

A NEI oferece formas de se compreender os limites para resolver a equação entre desigualdade e desenvolvimento econômico. Com o conceito de poder político e sociedades de acesso limitado e aberto é possível uma melhor compreensão da curva de Kuznets no longo prazo. A queda de desigualdade na curva de Kuznets só é possível em uma sociedade de acesso aberto, caso contrário grupos que detêm poder político não possuem incentivos para aumentar a esfera de poder político. Esse é o conceito de inércia institucional: “Path

dependence emphasizes the increasing returns to institutions, which tend to ‘lock in’ particular institutional arrangements that have emerged in various places for unique historical reasons” (BOETTKE et al., 2008, p.332). O crescimento econômico em sociedades de acesso restrito, onde atividades de *rent-seeking* predominam, tendem a uma situação de inércia institucional, onde atividades mais lucrativas que possibilitam o crescimento econômico são aquelas que perpetuam a desigualdade política e institucional, criando entraves para a diminuição da desigualdade. Estudos que incorporam variáveis políticas, como de Alesina e Rodrik (1994), demonstram que a desigualdade de recursos, principalmente a posse de terras, pode levar a conflitos políticos que afetam o crescimento de longo prazo. Como demonstrado anteriormente, a resposta às demandas por maior equidade será através de uma maior abertura política quanto maior for o custo de repressão através do uso da força. Essas relações são elucidativas quando se percebe que respostas a demandas políticas não pacíficas ocorrem em sociedades de extrema desigualdade, onde uma maior assimetria de poder político resulta em baixos custos de repressão, favorecendo o conflito.

No entanto, apesar desses fatores não resolverem a questão de quais instituições são fundamentais para o desenvolvimento econômico, eles apresentam perguntas importantes para se compreender o desenvolvimento das sociedades. Banerjee e Duflo (2003) sugerem que análises de microdados podem gerar evidências mais claras sobre qual o impacto da desigualdade sobre o crescimento. Não somente para o crescimento macroeconômico, mas para se compreender qual o impacto da desigualdade para a formação de sociedades mais democráticas.

### **2.3 Os Limites Institucionais**

Os estudos sobre desigualdade de longo prazo e seus efeitos sobre o desenvolvimento ofereceram algumas respostas sobre como a história importa. Os efeitos das instituições e como elas afetam a estrutura de incentivos na sociedade geraram respostas mais coerentes que teorias que defendem que diferentes culturas, religiões ou etnicidade dos colonizadores poderiam explicar caminhos divergentes do desenvolvimento econômico.<sup>16</sup> No entanto, a dificuldade de se estabelecer relações causais entre instituições específicas e desenvolvimento resultou em uma série de críticas, inclusive por defensores da NEI. Segundo Engerman e

---

<sup>16</sup> Segundo Engerman e Sokoloff (2008, p.643): “[...] economic effects of cultural factors, if not the cultural beliefs themselves, are often greatly influenced by the relative costs of different patterns of behavior and the amounts of income that people are willing to forgo to obtain chosen ends.”

Sokoloff, economistas ainda não possuem um bom entendimento de como instituições são formadas e qual é seu verdadeiro papel para o processo de desenvolvimento, o que sugere cautela em determinar relações de causalidade:

Institutions obviously matter for growth, but the way we understand how they matter will be somewhat different if the agents and other forces shaping institutions are responsive to the conditions they face than if institutions develop independently of (or could be imposed in any) context (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2008, p.661).

Para os críticos, a NEI é um instrumento insuficiente para a análise empírica dos “mercados reais” aos quais se propõe a estudar, onde existem custos de transação. As críticas não recaem apenas sobre os problemas de consistência teórica e a derivação da metodologia empírica, mas também à tendência da teoria a tautologia: “[...] existing institutions minimise transaction costs because transaction cost minimisation is their function” (HARRIS et al., 1995, p.7). Esses questionamentos levaram ao ressurgimento de estudos onde o desenvolvimento institucional seria resultado e não causa do crescimento. Instituições que favorecem o desenvolvimento seriam resultantes do aumento da renda e do capital humano. No entanto, apesar do debate sobre causalidade, ambas as visões compartilham a visão que direitos de propriedade bem definidos para assegurar um maior investimento em capital humano e físico e a necessidade do controle da violência pelo Estado importam (GLAESER et al., 2004).

O estudo de Glaeser et al. (2004) parte da definição de medidas para instituições como forma de possibilitar um estudo empírico. Risco de expropriação pelo governo, eficiência governamental e restrições ao executivo são utilizadas como medidas institucionais. Segundo os autores, os dois primeiros conceitos, utilizados na literatura institucional, não são variáveis representativas para descrever instituições políticas:

Since these measures confound constraints on government with dictatorial choices, they do not proxy for institutions, which in their essence are constraints. Moreover, these are both subjective measures which rise sharply with the level of economic development, raising severe doubts that the causality runs from them to growth rather than the other way around. (GLAESER et al., 2004, p.273).

Sendo o nível educacional uma variável mais estável ao longo do tempo que as variáveis utilizadas como *proxy* para instituições, os autores defendem a hipótese que o capital humano seria o fator mais importante para o crescimento econômico. Também criticam trabalhos como Acemoglu et al. (2001, 2002), onde a relação entre mortalidade e densidade populacional no período inicial da colonização não estabeleceria um papel para as instituições, uma vez que “Europeans who settled in the New World may have brought with

them not so much their institutions, but themselves, that is, their human capital” (GLAESER et al., 2004, p.274). Os efeitos da colonização foram disseminados através de vários canais, não somente institucionais. Contudo, o foco no capital humano não permite a compreensão da dinâmica do desenvolvimento de longo prazo proposto por Engerman e Sokoloff (2002). Na impossibilidade de se determinar relações causais, é necessário estabelecer pontos de contato entre as teorias. Em sociedades de acesso restrito, capital humano será um privilégio, o que resulta em mais um mecanismo que acentua o problema da desigualdade (MARISCAL; SOKOLOFF, 2000).

O acesso a educação no período colonial está intrinsecamente relacionado a diferenças na distribuição de poder político e a resultante estrutura institucional. Segundo Engerman e Sokoloff (2000), a maioria das colônias do Novo Mundo tinha condições no início do século XIX para estabelecer uma rede de ensino básico. No entanto, somente sociedades mais igualitárias, como na América do Norte onde já existia no século XVIII o “*commom school movement*”, ofereceram educação em larga escala, com o ensino frequentemente organizado e financiado a nível local.<sup>17</sup> Nessas sociedades, onde o poder político é distribuído de forma mais homogênea entre a população, existem incentivos para que haja acesso à educação de uma forma pública, pois o financiamento educacional através da tributação resulta em um custo individual menor que o financiamento privado. A estrutura fiscal descentralizada nos países da América do Norte também contribuiu para um maior investimento a nível local. Nos países latino-americanos, grande parte da população não participava do sistema tributário, o que criava um sistema de incentivos diverso. A pequena parcela da população que teria condições para financiar a educação pública através de impostos preferia investir diretamente no ensino básico, contratando tutores ou pagando escolas particulares de melhor qualidade, uma vez que o ensino público carecia de financiamento.<sup>18</sup>

Apesar da importância das ferramentas que a NEI oferece para se analisar o desenvolvimento de longo prazo, a teoria possui limitações importantes. Além das questões discutidas, uma das principais deficiências se relaciona a interação entre ambientes institucionais e estruturas governamentais. Segundo Menard (2001), não se compreendem

---

<sup>17</sup> “Between 1825 and 1850, nearly every state in the American west or north that had not already done so enacted a law strongly encouraging localities to establish “free schools” open to all children and supported by general taxes”. (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2000, p.228).

<sup>18</sup> Segundo Mariscal e Sokoloff (2000, p.163): “greater inequality may also have exacerbated the collective action problems associated with the establishment and funding of universal public schools because the distribution of benefits across the population would be quite different from the incidence of taxes and other costs.”

ainda quais são os mecanismos pelos quais as regras estabelecidas pelo ambiente institucional afetam as estruturas governamentais. Ou seja, não se tem muito conhecimento sobre os custos comparativos entre diferentes esquemas institucionais. Mesmo com limitações, teorias são necessárias para delimitar análises e direcionar a interpretação de dados e fatos:

Concepts are plans for action; they are programs for research. They are created freely, but once created their use is constrained by the requirements of consistency and the rules of historical evidence; and they will be known by their fruits, that is to say, their usefulness in organizing empirical data in such a fashion as to obtain meaningful, and interesting, though not necessarily positive and final, results (GERSCHENKRON, 1962 p.208).

### 3 SOBRE LEIS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: O FIM DA ESCRAVIDÃO

“O que deve ele ao senhor de seus pais? Noções de moral? Ele foi criado na senzala. Noções de bondade? Negaram-lhe até o leite materno. Noções de civilização? Ele é analfabeto. Noções de sociologia? Ele encontra os seus progenitores no eito, seviciados, famintos, como recompensa de haverem formado o patrimônio de um povo” (MANIFESTO..., 1883, p.20).

O sujeito a que se refere o texto de 1883, do Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, foi objeto responsável pelo grande debate da segunda metade do século XIX no Brasil. Com o fim do tráfico de africanos em 1850, que segundo os abolicionistas fora estabelecido “ao clarão dos morrões da esquadra inglesa”, emergia a inevitável pergunta: como suprir a decadência da mão de obra escrava?

Sob a ótica da década de 1880, quando o discurso abolicionista atentava para o “remorso do povo, a vergonha da nação”, em um país que possuía uma instituição que, em outros países, “encontrava-se extinta inclusive da memória de seu povo”, o fim da escravidão era inevitável. Segundo o manifesto, “[...] a escravidão e a pena de morte já estão condenadas pela ciência” (MANIFESTO..., 1883, p.21) e, portanto, bastaria um simples movimento da legislação para retirar do presente nacional as “misérias do passado”.

Dada tamanha obviedade, questiona-se o porquê de uma instituição, rotulada de “vergonha da nação”, ter perdurado durante quase todo o século XIX, quando o Brasil possuía uma constituição liberal (1824), a qual “ignorava” a existência da escravidão. Existem muitas interpretações sobre as causas que levaram ao término da escravidão no Brasil, cada qual atribuindo importância diferenciada a determinado conjunto de variáveis.<sup>19</sup> A hipótese central desse capítulo é que o término da escravidão ocorreu porque a utilização da mão de obra cativa deixou de ser um traço característico da sociedade brasileira e tornou-se privilégio de poucos. O aumento no preço dos escravos após 1850 inviabilizou a posse de cativos para grande parte da população, incluindo parte dos proprietários de terra, que tiveram incentivos à utilização de outras formas de trabalho.

Portanto, esse capítulo tem como objetivo demonstrar como ocorreu a mudança para o trabalho livre no país sob uma ótica de mudança nos preços relativos entre o trabalho assalariado e o escravo. Seguindo North (1990), preços relativos aparentam ser a principal causa das mudanças institucionais brasileiras relacionadas à escravidão, tanto formais quanto informais. Estas mudanças possibilitaram o surgimento de novos grupos com poder político

---

<sup>19</sup> Para um resumo das principais interpretações historiográficas sobre a abolição, ver Needell (2010).

que não tinham incentivos para apoiar a escravidão. Ao longo da década de 1880, devido ao custo crescente do trabalho escravo, mesmo proeminentes defensores da escravidão, como o republicano Campos Sales e o ministro Antonio Prado, mudaram para o campo emancipacionista (TOPLIN, 1969).

Em relação à mudança em instituições formais, busca-se não apenas enumerar leis que foram se acumulando ao longo do tempo, mas esclarecer por que algumas leis terem permanecido letra morta durante décadas, como a lei Barbacena de novembro de 1831. Analisando o custo de utilização da mão de obra escrava, é possível compreender como uma instituição que, segundo os abolicionistas, produzia tamanhos “descalabros” ao Brasil perdurou por tanto tempo.<sup>20</sup>

As mudanças institucionais que ocorreram no Brasil após 1850 eram reflexo de um mundo em transformação. A primeira globalização havia reduzido a distância entre países e possibilitou o aumento na oferta de trabalhadores mediante a migração intercontinental (BÉRTOLA; WILLAMSON, 2008). Com isso, a diminuição na distância entre nações também possibilitou a convergência entre formas de trabalho. O Brasil não era indiferente a estas questões e não estava imune ao que ocorria em outras partes do globo. Com o fim da escravidão em todos os países da América do Sul até a década de 1870, e principalmente com a abolição nos Estados Unidos ao fim da Guerra Civil, somente Brasil e Cuba mantinham a escravidão institucionalizada no mundo ocidental.

Analisando as possibilidades da abolição dos escravos nos Estados Unidos na ausência da Guerra Civil, Robert Fogel demonstrou que “[...] a peaceful end to slavery could only have been achieved if economic forces made slaves worthless” (FOGEL, 1989, p.412). De acordo com o autor, o colapso do sistema escravista norte-americano, que se encontrava no auge de sua produtividade durante a década de 1850, resultou de uma sociedade fragmentada com interesses econômicos conflitantes, que não incluía o bem estar dos escravizados entre suas preocupações. A fragmentação geopolítica entre Norte e Sul dos Estados Unidos era utilizada pelas bancadas nacionais do século XIX como exemplo temerário contra desequilíbrios populacionais dos cativos no Brasil, fato que resultou na taxaço do comércio interprovincial de escravos.

---

<sup>20</sup> O que segundo North (1990), é a grande questão da NEI: "why institutions that produce poor economic (and political) performance can [emerge and] persist."

A frase de Fogel é, no entanto, epígrafe para a história do fim da escravidão no Brasil, pois a bravura nas palavras dos abolicionistas veio em um momento onde a escravidão já estava ruindo.<sup>21</sup> Apesar da existência de fugas em massa e confrontos políticos em seus últimos anos, o término da escravidão ocorreu sem grandes traumas para a sociedade brasileira, pois durante a década de 1880 a utilização da mão de obra cativa não era mais disseminada em todas as regiões do país. Autores como Frank (2004) e Marcondes (2009) demonstram que a posse de escravos durante a maior parte do século XIX estava presente nos mais variados setores da sociedade, e que houve uma concentração na propriedade de cativos com o aumento de seus preços ao fim do tráfico negreiro em 1850. O aumento nos preços também resultou em uma concentração geográfica na posse de escravos, com o movimento destes trabalhadores das áreas urbanas para o campo e para regiões de maior produtividade (LUNA, KLEIN, 2010).

Em relação à racionalidade na utilização de escravos, tema recorrente na literatura, estudos como de Versiani (1994) e Monasterio (2005) demonstraram que a utilização de escravos possuía um custo menor que a mão de obra livre assalariada. Quando a mão de obra escrava em determinada região deixava de ser rentável, ocorria o deslocamento dos cativos para regiões de maior produtividade, como o café. Com o passar do século XIX menos pessoas dependiam de escravos para seu sustento, especialmente devido ao desaparecimento progressivo de escravos em regiões urbanas, e o apoio a essa instituição foi se reduzindo.

Quando os “formadores do patrimônio de um povo” se transformaram em um custo para a nação, o grilhão foi retirado, e estes abandonados à própria sorte. Dessa representação compreende-se que o fim da escravidão não se transformou em poder político para os libertos.

### 3.1 O Declínio da Escravidão

Marco inicial da abolição da escravatura no Brasil, a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que considerava a importação de escravos ato de pirataria (COSTA, 2008), foi o desenlace de um longo litígio entre Brasil e Inglaterra. Tal conflito emanou do término, em 1844, do acordo comercial de 1817 que permitia a Grã-Bretanha o direito de atracar barcos brasileiros em alto mar para verificar o seu conteúdo (*Right of Search*).<sup>22</sup> Este acordo, em conjunto com a Convenção assinada em 1827, a qual definia a necessidade do Brasil estabelecer o período

<sup>21</sup> Autores como Pedro Carvalho de Mello oferecem um contraponto à interpretação do papel apenas residual dos abolicionistas em relação ao término da escravidão. Ver mais em Mello (1977), “The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888.”

<sup>22</sup> Para uma descrição pormenorizada das convenções entre Brasil e Inglaterra acerca do tráfico, ver Tavares (1967).

de total abolição do tráfico, possibilitava um controle britânico não somente envolvendo o tráfico de escravos como também do comércio brasileiro. Segundo Bethell (1970), com o término iminente dos tratados – especialmente o vencimento do direito de apreensão em 1846 – existia o temor que o Brasil intensificaria o tráfico de escravos, o que levou a uma ação unilateral britânica através da lei Bill Aberdeen (1845). A lei estabeleceu que naus da rainha pudessem atracar navios brasileiros mesmo sem o consentimento do governo de Dom Pedro II. A escalada de ameaças levou a captura de navios brasileiros dentro do limite de águas nacionais pelos britânicos, o que gerou protestos governamentais defendendo a soberania nacional, sendo cogitado por parte da Câmara dos Deputados declaração de guerra aos ingleses. Após 1845, em um período de cinco anos, aproximadamente 400 navios envolvidos com o tráfico brasileiro de escravos foram capturados (BETHELL, 1970). Apesar do número expressivo, o tráfico persistiu. O forte crescimento das exportações de café mantinha o aumento no número de escravos transportados para o país. Além do café, as exportações de açúcar também cresceram na segunda metade da década de 1840, em parte devido ao término de barreiras alfandegárias que favoreciam colônias britânicas (EINSENBERG, 1977).

A revogação de uma lei protecionista de comércio e atitudes mais rígidas em relação ao tráfico pontua o clima político que ocorria na Inglaterra no período. Uma ação mais agressiva por parte dos britânicos era limitada pelo receio de parte do governo, não ligado ao movimento abolicionista (*Anti-Slavery Society*), sobre possíveis efeitos que determinadas políticas teriam nas relações comerciais entre os países:

'How long', Milner Gibson demanded, 'were the great manufacturing interests of this country to be jeopardised, how long were the property and the lives of British subjects to be endangered, in order to carry out the peculiar views of a small section of the anti-slavery party in this country?' (BETHELL, 1970, p.262).

O estreitamento nas relações comerciais entre Brasil e Inglaterra se encontrava reforçado no início da década de 1850 devido às rendas do café. No entanto, justamente o aumento das exportações da principal *commodity* brasileira criava incentivos para a entrada massiva de mão de obra, a revelia do bloqueio inglês, o que resultou na entrada de 60.000 escravos em 1848 e 54.000 no ano seguinte. A resistência contra esse afluxo populacional não era, contudo, somente britânico. Alguns setores da sociedade se preocupavam com o aumento do número de cativos e a possível ameaça aos interesses econômicos de longo prazo da nação. O “desequilíbrio racial” era tido como um fator de desestabilização interna (BETHELL, 1970). Desde a revolução haitiana, que teve o seu término em 1804, os temores acerca de sublevações aumentavam a cada novo desembarque do tráfico de escravos. Em 1820, o Brasil

possuía uma população de aproximadamente 4.500.000 pessoas, número reduzido se comparado aos Estados Unidos, com 9.600.000 habitantes (MADDISON, 2003). Esta pequena população, aliada ao grande número de escravos, que chegava a metade dos habitantes na cidade de Salvador (SCHWARTZ, 1982), levantava questionamentos sobre a segurança da população branca no longo prazo.<sup>23</sup> O alerta ressurgiu em 1835 com o levante dos Malês em Salvador. Após o conflito, leis mais rígidas de coerção aos escravos foram estabelecidas, não somente na Bahia como em outras províncias. Com a notícia do levante, em São Paulo uma diretriz presidencial da província enrijeceu o tratamento com pessoas não brancas: foi permitida a captura de qualquer pessoa negra que fosse encontrada reunida em grupo (DONALD, 1976). A preocupação com novas insurreições levou setores do governo a novamente advertirem sobre o temeroso “número de negros” existentes no país (TAVARES, 1967).<sup>24</sup>

Aparte os temores, os escravos continuavam a entrar no país e muitos eram escravizados mesmo com leis que estabeleciam a improbidade do ato. A convenção de 1817 havia organizado uma comissão mista no Rio de Janeiro onde, sob o acordo da Inglaterra e de Portugal, uma corte poderia julgar traficantes ilegais de escravos e teria poder para libertar pessoas traficadas. Estes seriam empregados como “serventes” até o seu transporte de retorno ao porto de saída registrado, dentro de um prazo máximo de catorze anos (CONRAD, 1973). Sendo delegados aos supostos cuidados de pessoas de “conhecida integridade”, ou seja, pessoas com influência política, os africanos que deveriam ser emancipados foram escravizados sob outra legislação. Segundo Conrad (1973), alguns eram simplesmente registrados como falecidos após a chegada ao Brasil e transferidos como escravos para as plantações.

Tendo somente o governo britânico e algumas vozes brasileiras favoráveis a causa dos africanos, mesmo após a Lei Eusébio de Queiroz a libertação dos emancipados adentrou a década de 1860 como questão ainda não resolvida pelo governo brasileiro. O custo do transporte transatlântico aliado à dificuldade de localizar os passageiros após o desembarque retirava qualquer possibilidade do governo britânico de adotar a única solução efetiva para a

---

<sup>23</sup> Uma série de revoltas contemporâneas à revolução haitiana ocorreu no Brasil em 1807 na região do Recôncavo Baiano, que obteve um aumento na entrada de escravos devido à expansão nas exportações de açúcar decorrente do colapso das plantações em São Domingo (SCHWARTZ, 1982, p.57).

<sup>24</sup> A título de comparação, segundo Schwartz (1982, p.83), nos Estados Unidos: “In the Upper South, people of color were never more than 6 percent of the total free population prior to 1850, and, in the Lower South, the percentage was about one-half that figure. [...] in 1820 only 3.4 percent of the total population of the United States was composed of free people of color”.

questão: retirar pessoas escravizadas ilegalmente do Brasil (CONRAD, 1973). A lei de Sete de Novembro de 1831, que tornava livres “todos os escravos entrados no território ou portos do Brasil” (TAVARES, 1967, p.373), demonstrava a fragilidade de legislações que iam de encontro aos interesses econômicos dos grupos que detinham poder político. A diferença entre relações *de jure* e *de facto* estabelecia os limites das mudanças institucionais, onde uma sociedade que era estruturada no trabalho escravo só conheceria mudanças no mercado de trabalho com o aumento no custo de utilização dos cativos.

**Quadro 3.1: Leis e Procedimentos Relacionados à Escravidão**

Ano	Leis e Procedimentos
1813	Libertação dos escravos pertencentes aos jesuítas.
1818	Declara-se ilícito o comércio de escravos.
1821	Proibição do serviço de escravos em repartições e estabelecimentos públicos.
1828 e 1834	Câmaras municipais deveriam comunicar as assembleias provinciais os maus tratamentos e crueldades praticadas aos escravos.
1830	Decreto de pena de prisão e multa a quem reduzisse pessoa livre a escravidão.
1831-36	Liberdade aos que entrassem nos portos nacionais. Punição aos importadores de escravos com prisão de 3 a 9 anos, multa de 200\$000 por escravo importado, além das despesas com a reexportação.
1833	Extinção do imposto da meia siza sobre escravos libertos. <sup>25</sup>
1841	Estabelecimento da forma de julgamento do contrabando de escravos, o que implicava a proibição do comércio interprovincial.
1842	Incumbência de um curador especial para proteção legal dos africanos livres.
1843	Determinação das estações navais que combateriam o tráfico.
1845	Estabelecimento da competência das justiças ordinárias para processarem criminosos do tráfico ilícito.
1847	Investigação de ingleses e alemães em solo nacional que possuíam escravos.
1850	Lei Eusébio de Queiroz – Fim do tráfico
1850	Estabelecimento de competência as auditorias da Marinha, a perseguição do tráfico antes do desembarque em portos nacionais.

FONTE: Manifesto do Club Amazonia, 1884, p.14.

A imposição externa que resultou na abolição do tráfico de escravos em 1850 seria a semente de uma série de desequilíbrios geradores de mudanças. O resultado mais direto deveu-se ao esgotamento da oferta externa de trabalhadores, que agiu como estímulo à migração interna, deslocando escravos para as zonas mais produtivas. Com a elevação dos preços após 1850 e o resultante aumento do custo oportunidade para manter os escravos, as zonas cafeeiras se tornaram o destino do fluxo dos cativos, retirando paulatinamente os escravos das zonas urbanas, que possuíam em média um baixo retorno marginal em suas atividades (LUNA; KLEIN, 2010).

<sup>25</sup> Imposto de meia siza: Imposto de 5% sobre todas as transações mercantis envolvendo escravos ladinos, isto é, nascidos na América Portuguesa (Alvará de 3 de junho de 1809) (FERNANDES, 2005, p.103).

A concentração espacial dos escravos resultante do aumento nos preços tanto do café como dos próprios cativos foi o grande passo rumo ao fim da escravidão. Estudos recentes demonstram que a visão tradicional, de que a posse de cativos sempre se concentrou na grande propriedade escravista monocultora, não é uma representação adequada da história brasileira (MARCONDES, 2009). Claramente existiam grandes plantéis nos principais núcleos econômicos do Brasil, como a indústria açucareira, a zona cafeeira e as charqueadas rio-grandenses, mas estudos como o de Marcondes demonstram que estas não detinham o maior número absoluto de escravos. Luna e Klein (2010, p.130) são ainda mais enfáticos: “de 1700 em diante, em nenhum momento da história da escravidão brasileira os cativos dos engenhos, minas e cafezais compuseram a maioria dos escravos residentes no Brasil.” Portanto, antes do fim do tráfico, a escravidão permeava toda a sociedade brasileira e estudos como o de Bergad (2006) demonstram que para o período entre 1720 a 1888, 45,8% da população em Minas Gerais possuía cinco escravos ou menos.

Outras regiões do país apresentavam padrões semelhantes. Zephyr Frank (2004), em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, também demonstra que a posse de cativos, principalmente até 1860, era o ativo econômico melhor distribuído entre a população. Mesmo as pessoas mais humildes que conseguiam acumular algum capital investiam em escravos.<sup>26</sup> Schwartz (1982) também encontra uma distribuição bastante igualitária na propriedade de escravos em regiões urbanas para o início do XIX.<sup>27</sup> Este fato explicaria o porquê de o sentimento abolicionista ter sido tão restrito até a metade daquele século, quando os setores de renda média, diferente da visão de autores que viam a campanha abolicionista como uma “expressão da luta de classes que se travava no país” (COSTA, 2008, p.129), estavam diretamente envolvidos com a escravidão. A propriedade de pessoas até a década de 1850 era uma forma de investimento comum e acessível à grande parte da população, incluindo escravos alforriados:<sup>28</sup>

If slaves were relatively equally distributed in Brazil’s metropolitan Center, and if the returns to slave ownership rose over the period 1815-60, we can predict, at least in economic terms, that the political will to abrogate or abolish the institution will be lacking (FRANK, 2004, p.75).

---

<sup>26</sup> Segundo Needell (2010, p.232): “before the end of the Atlantic slave trade in 1850, given that people were cheap and owning them was a critical factor in status and mobility, one can also assume that most free people of colour either owned other people of colour or hoped to do so”.

<sup>27</sup> A região açucareira da Bahia, objeto do estudo de Schwartz, possuía a maior concentração de escravos na colônia durante o período do estudo.

<sup>28</sup> Existiram casos extremos onde escravos eram donos de outros escravos (SCHWARTZ, 1974).

O movimento abolicionista estava ausente até a metade do século XIX não porque os demais setores da sociedade eram cooptados pela elite e não tinham poder político, mas porque a sociedade estava unida através dessa instituição. Contudo, com a redução da oferta e aumento dos preços a partir da década de 1870, a propriedade de escravos começou a ficar mais concentrada no estrato populacional com maior renda, diferentemente do que ocorria em décadas anteriores. A posse de escravos decresceu consideravelmente como parte da composição da riqueza na cidade do Rio de Janeiro após 1850 (FRANK, 2004). Esse fenômeno de concentração na propriedade de escravos não ficou restrito à capital brasileira, onde estudos como o de Vargas (2012) demonstram que nas zonas charqueadoras do Rio Grande do Sul o plantel médio aumentou devido à redução de proprietários com pequeno número de cativos.

Com o término do tráfico de escravos ocorreram mudanças não somente econômicas como também demográficas. Em 1850 a população livre não branca já ultrapassava numericamente a população escrava (LUNA; KLEIN, 2010). O fechamento das portas do tráfico transatlântico somado ao desequilíbrio de gênero entre os escravos, onde os homens eram muito mais numerosos que as mulheres, geraram uma expectativa generalizada do declínio populacional cativo após a década de 1860.

Antes de 1860, contudo, ocorriam debates sobre o trabalho livre, como as políticas de núcleos coloniais evidenciaram. A abolição da escravidão em várias partes do globo, especialmente nos países latino americanos, aumentava a necessidade de se debater a questão da mão de obra no país, conforme demonstra a tabela 3.2.<sup>29</sup> Contudo, uma diferença importante para a abolição ter ocorrido antes nos demais países latino americanos, era que estes sempre tiveram uma população escrava reduzida. Até o final do século XVIII, entre os impérios que exploravam colônias no sistema de *plantations*, somente o Espanhol não possuía livre acesso à mão de obra africana (ELTIS, 1988). Portanto, a menor utilização de escravos devia-se ao acesso limitado aos mercados na costa do continente africano. O maior preço da mão de obra para os espanhóis facilitou movimentos abolicionistas após a onda de independências das colônias a partir de 1820.

---

<sup>29</sup> O imperador Dom Pedro II instruiu o jurista José Antônio Pimenta Bueno (1803 – 1878) a analisar leis precedentes em outros países sobre o ventre livre para preparar as opções legislativas no Brasil (NEEDEL, 2006, p.234).

**Quadro 3.2: Escravidão na América Latina**

	Tráfico	Lei do Ventre Livre	Abolição
República Dominicana	1822	-	1822
Chile	1811	1811	1823
América Central	1824	-	1824
México	1824	-	1829
Uruguai	1825 (1838)	1825	1842
Equador	1821	1821	1851
Colômbia	1821	1821	1852
Argentina	1813 (1838)	1813	1853
Peru	1821	1821	1854
Venezuela	1821	1821	1854
Bolívia	1840	1831	1861
Paraguai	1842	1842	1869
Porto Rico	1820, 1835 (1842)	1870	1873
Cuba	1820, 1835 (1866)	1870	1886
Brasil	1830, 1850 (1852)	1871	1888

Fonte: Bértola e Ocampo (2010, p.86), retirado de Andrews (2004).

O caso brasileiro era diferente das ex-colônias espanholas. A resistência ao fim da abolição até a década de 1870 não permite relegar que o sistema não era economicamente viável, ideia que perdurou na historiografia brasileira através de autores como Cardoso (2003) e Dean (1976).<sup>30</sup> O trabalho escravo não era menos eficiente que trabalho livre e sua utilização não devia-se a um “posicionamento senhorial” dos proprietários na sociedade. A principal crítica a diferença de produtividade entre as formas de trabalho vem do trabalho de Robert Fogel, que gerou vasta literatura subsequente, e pode ser resumido nas seguintes palavras:

Thus when slaveowners invested in slaves, it was not because they were doddering idiots wedded to an economically moribund institution. Nor was it because they were noble men who were sacrificing their personal economic interests to save the country from the threat of barbarism (FOGEL, p.248, 1970).

A utilização de escravos ocorria porque estes eram mais lucrativos do que as demais opções de trabalho disponíveis. Além disso, como demonstrado anteriormente com o trabalho de Zephyr Frank (2004), os escravos representavam grande parte dos ativos da população e existiam custos em substituí-los por trabalhadores livres. O gráfico 3.1 apresenta uma série de preços em mil-réis para escravos homens e saudáveis entre 20 e 29 anos, ou seja, os escravos com maior preço devido a sua maior produtividade. A partir do término do tráfico em 1850,

<sup>30</sup> Isto não diminui a importância do impacto que estes autores tiveram sobre o entendimento da escravidão no Brasil. Para uma discussão acerca da importância da chamada “escola de São Paulo”, que inclui nomes como o de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, teve para o melhor entendimento sobre a história da escravidão no Brasil, ver Graham (1970).

ocorreu um aumento acentuado nos preços, que durou até a metade da década de 1860 e se estabilizou por alguns anos. A queda dos preços a partir da década de 1880, período em que a abolição era iminente, associava-se o risco financeiro associado à propriedade escrava.

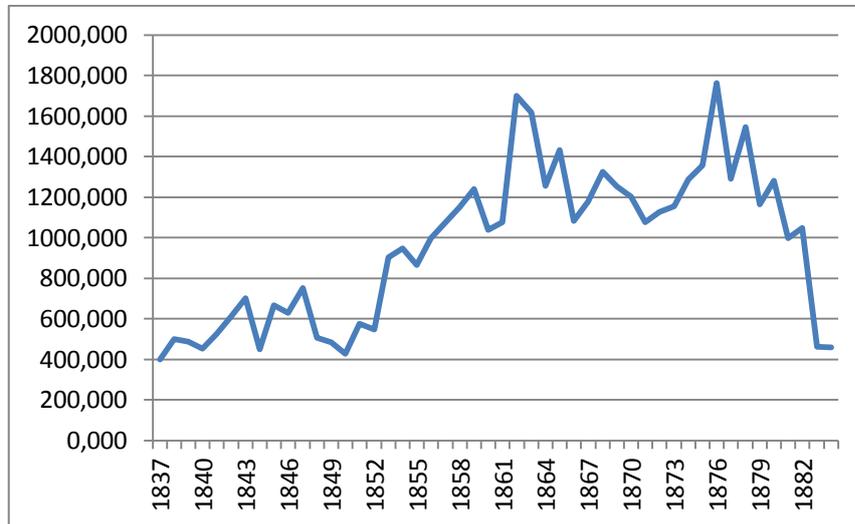


Gráfico 3.1: Preços dos escravos homens entre 20 e 29 anos, em Pelotas – 1837 a 1884.

Fonte: Inventários AHRs (Pereira; Lautharte, 2011).

Essa tendência nos preços dos escravos não reflete apenas uma realidade regional e estudos como o de Noguéról (2002) indicam que os mercados de escravos no país eram integrados e possuíam tendências de preços semelhantes, principalmente após 1850. O autor demonstra que o crescimento nos preços após 1850 não era simplesmente devido à redução de oferta da mão de obra resultante do fim do tráfico, mas ao aumento da rentabilidade dos complexos exportadores, principalmente o cafeeiro (NOGUERÓL, 2002). Apesar do imediatismo na compra de novos cativos, o período pós-fechamento do tráfico registrou casos impensáveis durante a abundante oferta da primeira metade do século XIX, quando recém-nascidos foram negociados, existindo oferta de crianças de seis meses em registros de anúncios de jornais (COSTA, 1997).

Essas mudanças nos preços não ficaram restritas ao Brasil que, junto a Cuba e Estados Unidos, possuía a maior população escrava das Américas. Nos três países ocorreram aumentos significativos nos preços dos escravos a partir da década de 1850, relacionados ao crescimento da rentabilidade nos setores exportadores. Além do café brasileiro, o algodão nos Estados Unidos e o açúcar em Cuba tiveram um crescimento na demanda externa, o que resultou em uma expansão territorial para regiões de fronteira e uma maior necessidade por mão de obra. O deslocamento nos três países da mão de obra para regiões mais dinâmicas da economia demonstra que apesar do aumento dos preços dos escravos, a sua utilização ainda

era racional. Para o caso de Cuba, estudos demonstram que o retorno dos investimentos em escravos cresceu consideravelmente com o surto exportador do açúcar, e que após 2.5 anos, mesmo os escravos mais caros eram mais vantajosos economicamente que o trabalho livre assalariado (BEGARD, 2004).

Eltis (1988) também demonstra que o aumento no preço dos escravos foi suplantado pelo crescimento da produtividade nos setores exportadores. A maior produtividade ocorreu com a utilização de novas terras, economias de escalas devido à maior demanda pelos produtos e melhorias na produtividade do trabalho. Para o autor, mesmo no caso do algodão nos Estados Unidos, que possuía uma tendência de queda nos preços de longo prazo, os ganhos de produtividade permitiram maiores lucros. No caso brasileiro, onde os preços dos escravos cresceram a taxas superiores aos do café e do açúcar, o aumento nas rendas desses setores contribuiu com a hipótese do aumento de produtividade do setor exportador.

Todas as formas de trabalho, livres ou não, tiveram maior produtividade durante o século XIX, decorrente da redução nos custos de transporte e estruturas mais integradas dos mercados globais de *commodities* (ELTIS, 1988). O crescimento da produção resultante da concentração de escravos nos setores com maior lucratividade contribuiu para a sobrevivência da escravidão nos anos subsequentes ao fim do tráfico negreiro. No entanto, as mudanças nos custos relativos dos fatores de produção intensificaram o passo da substituição de mão de obra. Com o maior custo do fator trabalho, novas terras e investimento em novas tecnologias transformaram-se em alternativas factíveis. O início da utilização de terras mais produtivas para o café na província de São Paulo, com a expansão para o oeste, é um exemplo do aumento na produtividade do trabalho (HOLLOWAY, 1980).

Contudo, apesar das mudanças de produtividade, outro impacto exógeno sinalizou a inviabilidade da permanência da escravidão no Brasil. Em 1863, ainda durante a Guerra Civil norte americana, o então presidente Abraham Lincoln emancipou os escravos. O conflito histórico entre norte e sul dos Estados Unidos exacerbou-se com a crise acerca da anexação das terras mexicanas, que iniciou com a incorporação do Texas em 1845. Com a guerra contra o México (1846 – 1848) e a expansão territorial para o oeste, a utilização de escravos ou trabalhadores livres era, antes de uma suposta discussão moral, uma disputa sobre quem controlaria os novos estados da Federação. Os governantes do norte do país insuflavam a população levantando temores sobre uma “nacionalização da escravidão”, com a escravização de todos os trabalhadores brancos nos territórios nortistas (FOGEL, 1989).

Entretanto, antes da guerra, tanto Lincoln como o partido Republicano não estavam comprometidos com a libertação dos escravos, quanto menos estabelecer direitos políticos aos mesmos. Quando eram acusados pelo partido Democrata de “defensores dos direitos dos negros”, os líderes Republicanos, Lincoln entre eles, enfatizavam o seu comprometimento em manter “a posição superior atribuída à raça branca” (FOGEL, 1989, p.386).

Interpretações como a de Fogel contrastam com visões tradicionais, como a de Costa (1998b, p.362), que atribuem a antecipação da abolição nos Estados Unidos à existência de um “capitalismo industrial”, cuja inexistência no Brasil gerava uma classe média reduzida, “dependente do paternalismo da elite, que fixava os limites de sua crítica social”.<sup>31</sup> Como demonstrado anteriormente, a escravidão permeava todos os estratos sociais, onde padres, militares e engenheiros, grupos utilizados como exemplo durante a década de 1880 como favoráveis à abolição, eram proprietários nas décadas anteriores tanto quanto o resto da sociedade (KRRAY, 1996). Atribuir a permanência da escravidão no Brasil a cooptação de uma “classe média esclarecida” e com valores morais diferentes do resto da população é abster à análise de fatores importantes, como a mudança nas fontes de renda da população ao longo do tempo.

De forma contrária à propaganda do Partido Republicano, o trabalho de Fogel demonstra que a abolição da escravidão ocorreu durante uma expansão econômica dos estados sulistas e só foi possível pela existência de grupos políticos com interesses econômicos conflitantes. Essa mudança institucional não ocorreu no Brasil durante a metade do século XIX porque o escravismo ainda era lucrativo e suas rendas atingiam grande parte da população. A percepção de um possível conflito político entre regiões resultante da concentração geográfica dos escravos resultou em medidas durante a década de 1880 contra o movimento interprovincial de escravos no império brasileiro.

Durante a década de 1860, com a crise do setor açucareiro, as províncias nortistas tornaram-se favoráveis à venda de escravos para outras regiões como forma de obter recursos. A venda de escravos era possível porque a maioria das províncias do nordeste do país tinha a sua disposição mão de obra livre e barata (EISENBERG, 1977). Estimativas indicam que em

---

<sup>31</sup> O próximo capítulo apresentará a visão de que a ideia de inferioridade da população negra permeava a sociedade como um todo, o que reforça a tese que a abolição não se relacionou diretamente com o surgimento de grupos que, segundo Graham (1966, p.127): “[...] impelled by their contact with urban society to adopt the new values of the city and the new ideas imported from Europe. They shared an interest in change and ‘progress’, a belief in a society characterized by social mobility and individualism, and an economy dominated by the profit motive”.

1871 a lavoura açucareira nortista, o setor com maior utilização de cativos, utilizava aproximadamente 50% de mão de obra livre (MELLO, 1999). Províncias mais pobres, como o Ceará e Amazonas, praticamente não utilizavam mais escravos ao final da década.

A redução do número de escravos no nordeste do país foi reforçada com a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), quando o governo estabeleceu alforria aos cativos que servissem como soldados a nação. A existência de escravos no exército não era incomum e era intensificada em momentos de conflitos armados.<sup>32</sup> Grande parte dos soldados eram pessoas pobres, que serviam o exército como pena por crimes julgados. A existência de pessoas livres de cor facilitava que muitos escravos aumentassem as fileiras do exército fugindo do seu cativeiro e declarando-se pessoas livres (KRRAY, 1996). Durante o conflito com o Paraguai, províncias com maior poder político, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, contribuíram menos que a devida parcela de combatentes, gerando grande afluxo de escravos das províncias nortistas para o fronte de batalha. Portanto, durante a guerra, o setor açucareiro aumentou sua utilização de braços livres, mesmo com a preferência dos contratantes pelos escravos: “the free workers they were able to hire refused to do 'heavy labour', and, worse still, they were 'irregular in their work', showing up some days, but not others” (BARICKMAN, 1996, p.607).

Assim como aconteceu nos EUA, a crescente quantidade de trabalhadores livres no nordeste do Brasil, aliado à propaganda abolicionista, alimentava a “falsa ilusão de que o norte escaparia à derrocada econômica que se antecipava para as províncias cafeeiras do sul, demasiado dependentes do elemento servil” (MELLO, 1999, p.34). Relacionar desempenho econômico em função do regime de trabalho era uma questão recorrente, e o discurso do Partido Republicano nos EUA demonstrou que não foi restrito ao movimento abolicionista nacional. Esta atribuição mascarava a importância de um mercado internacional para o desenvolvimento das regiões, algo que o setor açucareiro brasileiro carecia na década de 1870, devido às barreiras tarifárias europeias e sua produção de açúcar a partir da beterraba (EINSENBURG, 1977).

O temor entre a desproporção de escravos entre as regiões e a estabilidade do regime ficou latente com os resultados do censo de 1872. Os governantes brasileiros se preocupavam com a repetição do conflito regional que levou a Guerra da Secessão norte americana. A

---

<sup>32</sup> No entanto, dado que escravos não eram cidadãos, eles não poderiam servir legalmente ao exército. Em tempos de guerra, devido a maior demanda por combatentes, as incongruências da lei eram solenemente ignoradas (KRAAY, 1996, p.638).

percepção de que a escravidão começava a se desfazer no norte do país era intensificada com o princípio das “províncias livres” de 1868, que apregoava o término automático da escravidão com o fim da população cativa. Outro indício foi o grande apoio das bancadas nortistas a aprovação da Lei Rio Branco em 1871, sobre o ventre livre (MELLO, 1999).<sup>33</sup>

Os dados do censo de 1872, em conjunto com as matrículas de 1872 e 1873, evidenciam a baixa densidade populacional de cativos nas províncias do nordeste, das quais somente a região do Recôncavo Baiano ainda tinha forte presença de escravos (Barickman, 1996).<sup>34</sup> Pernambuco, segunda província da região em número de escravos, possuía quase 95% da população livre e evidenciava o término iminente do regime de trabalho não livre. O fim do tráfico tinha gerado mudanças consideráveis na composição e tamanho do plantel de cativos. A presença de africanos havia diminuído drasticamente e duas décadas após 1850, 92,4% dos escravos nos engenhos baianos haviam nascido no Brasil (BARICKMAN, 1996).

**Tabela 3.1: População do Brasil em 1872**

	Pessoas livres de cor	Escravos	Pessoas de cor - Total	Total de Brancos	Escravos na população
Minas Gerais	805.967	370.459	1.176.426	830.987	24.5%
Bahia	830.431	167.824	998.255	331.479	11.1
Pernambuco	449.547	89.028	538.575	291.159	5.9
Rio de Janeiro	252.271	341.576	593.847	455.074	22.6
Ceará	368.100	31.913	400.013	268.836	2.1
São Paulo	207.845	156.612	364.457	433.432	10.4
Alagoas	217.106	35.741	252.847	88.798	2.4
Maranhão	169.645	74.939	244.584	103.513	5.0
Paraíba	200.412	21.526	221.938	144.721	1.4
R.G. do Sul	82.938	67.791	150.729	258.367	4.5
Piauí	121.527	23.795	145.322	43.447	1.6
Pará	110.556	27.458	138.014	92.634	1.8
Sergipe	100.755	22.623	123.378	49.778	1.5
R.G. do Norte	107.455	13.020	120.475	102.465	0.9
Goiás	103.564	10.652	114.216	41.929	0.7
Esp. Santo	27.367	22.659	50.026	26.582	1.5

<sup>33</sup> Dos 54 representantes das províncias do Norte (do Amazonas à Bahia, uma vez que a região Nordeste só veio a existir como denominação durante o século XX), 45 votaram a favor da lei (COSTA, 2008, p.56).

<sup>34</sup> As matrículas, utilizadas na contagem dos escravos para a seção indenizatória da lei do ventre livre, evidenciam uma subestimação na contagem de escravos no censo de 1872.

Paraná	37.377	10.560	47.937	69.698	0.7
Mato Grosso	27.989	6.667	34.656	17.237	0.4
Santa Catarina	15.984	14.984	30.968	125.942	1.0
Amazonas	8.592	979	9.571	11.211	0.1
Total	4.425.428	1.510.806	5.756.234	3.787.289	

Fonte: Censo de 1872, em Luna e Klein (2010, p.93).

A Lei do Ventre Livre foi possível quando passou a existir no Brasil grupos com poder político que não se beneficiavam mais do trabalho escravo. Além da disputa regional, 1871 também marca o desfecho de quarenta anos de pressão Britânica contra a escravidão. Em 1864, o Imperador Dom Pedro II e alguns setores do senado demonstravam preocupação que, se o país não sinalizasse o fim da escravidão, o governo Britânico poderia tomar iniciativas semelhantes ao período do fim do tráfico.<sup>35</sup> O imperador demandava uma lei que libertasse os filhos de escravas, o que reduziria a probabilidade de revoltas dos cativos e intervenção estrangeira. A Fala do Trono de maio de 1867, a primeira em que o Imperador discutiu abertamente a questão da escravidão, demonstrava que os ventos estavam mudando em relação a essa instituição (GRAHAM, 1966).

A proclamação do Imperador não era, no entanto, um posicionamento surpreendente. Assim como seu pai, Dom Pedro II via a escravidão como uma instituição retrógrada, atroz e perigosa de ser sustentada. O seu silêncio anterior em manifestações oficiais era claramente correlato com a extensão e importância que tal instituição possuía até fins da década de 1860. O pronunciamento ainda causava desconforto dentro das tribunas governamentais, gerando críticas sobre o equilíbrio entre poderes (NEEDELL, 2006). Contudo, as deliberações acerca dos escravos foram postergadas sob o jugo que, devido à Guerra do Paraguai, não se teria auxílio militar suficiente caso ocorresse insurreições escravas decorrentes da possível lei. O fim da escravidão era percebido como inevitável, mas segundo os homens do governo, sempre necessitava de maior preparação, segurança e escrutínio. A abolição sem essas deliberações resultaria em um golpe irreparável para a sociedade, de acordo com homens que eram em sua grande maioria escravocratas.

<sup>35</sup> De acordo com Needell, antes da possibilidade de um novo “gunboat diplomacy” por parte dos britânicos, o Imperador estava preocupado com a reputação brasileira entre as nações consideradas civilizadas, principalmente após a emancipação dos escravos nos Estados Unidos. Contudo, o autor cita instruções do Imperador ao primeiro ministro Zacarias, em 14 de janeiro de 1864, onde aquele adverte que: “Events in the American Union require us to think about the future of slavery in Brazil, so that what occurred in respect to the slave trade does not happen to us again” (NEEDELL, 2006, p.233-34).

O debate não se limitava às salas do governo e começava a permear a sociedade marginalmente, através dos ainda inexpressivos grupos abolicionistas e daqueles que consideram o projeto de inspiração comunista.<sup>36</sup> Segundo Costa (2008, p.52), “os mais arraigados defensores da escravidão consideravam o projeto uma intromissão indébita do governo na atividade privada. Argumentavam que o projeto ameaçava o direito de propriedade garantido pela Constituição.” Com a previsão que a lei causaria grande agitação entre os escravos, o posicionamento político era que os escravizados precisavam ser “preparados para a liberdade.”<sup>37</sup> Esse posicionamento era defendido também por abolicionistas, como o romancista José de Alencar.

Mesmo dentro da câmara, contrário a interpretações como de Costa (1997), as deliberações não se situavam entre um grupo retrógrado, arraigado a uma instituição colonial e outro grupo supostamente progressista.<sup>38</sup> O posicionamento dos envolvidos era muito mais entrelaçado e ambos os grupos políticos que discutiram o projeto tinham o objetivo comum de não aprovar algo que pudesse resultar em prejuízo para os escravocratas, sob a bandeira de garantir os direitos da propriedade privada. O debate não se relacionava diretamente aos escravos ou questões morais acerca da escravidão. De acordo com Needell (2006, p.277-78), “the debate of 1871 was most fundamentally about the resolution of a political contradiction clear since the Majority of 1840. It has to do with the nature of legitimate political authority [...]”

A preocupação em manter a ordem e não desestabilizar o regime escravista levou a inclusão de uma taxação na posse de escravos, imposto que seria destinado para financiar o futuro fundo de emancipação. A Lei do Ventre Livre não resultava em liberdade no curto prazo, pois as crianças ficariam em posse dos senhores até os oito anos, quando este poderia entregá-las ao Estado recebendo indenização ou mantê-la até os 21 anos, o que resultava na manutenção da escravidão até a década de 1890 (COSTA, 2008). Esse prolongamento legal,

---

<sup>36</sup> Segundo Donald (1976, p.182), apesar da agitação na década de 1870, até 1884 a campanha abolicionista ainda era moderada. Para Graham (1966), a influência britânica seria a grande responsável pela lei do ventre livre justamente porque “neither the coffee planters of Sao Paulo nor the new urban groups had yet emerged to exert political influence in this direction”.

<sup>37</sup> Esta era uma ideia recorrente no século XIX. Segundo Benjamin Constant: “Antes de libertar os escravos cumpria torná-los capazes de liberdade. Como a espada, a liberdade é coisa excelente. Arma-se porém d’espada qualquer braço?” (MANIFESTO...; 1884, p.6-7).

<sup>38</sup> Needell (2006, p.308) cita o discurso de um representante da bancada opositora ao projeto: “No one here supports the perpetuity of slavery. (*Applause.*) I already stated on another occasion and I repeat: In this enlightened century, for men who profess the law of the Gospel, the cause of slavery is condemned and for all time.”

aliado ao grande movimento interprovincial de escravos durante a década de 1870, resultou no último estoque de trabalhadores não livres para as regiões do café.

Em relação ao nordeste, a utilização de trabalhadores livres e escravos na mesma plantação ocorreu em uma série de atividades, como o plantio do fumo e na produção do açúcar (BAUD; KOONINGS, 1999). O declínio de algumas regiões produtoras de açúcar, como o Recôncavo Baiano, a partir de 1860, reforçou a presença de trabalhadores livres vivendo da pequena produção.<sup>39</sup> A existência de revoltas contra novos impostos comerciais, como foi o caso da revolta de Quebra Quilo em 1874, demonstra que pequenos comerciantes existiam em número suficiente para participarem de dinâmicas econômicas que em nada se relacionavam com a escravidão (BARMAN, 1977). A realidade nacional começava a se fragmentar em relação a uma instituição que havia recebido seu ultimato com a lei do ventre livre.

Apesar do grande número de trabalhadores livres, segundo um autor contemporâneo à década de 1870, ainda era comum ler em jornais estrangeiros que o setor agrícola no Brasil estava completamente dominado pelo trabalho servil. Devido a essa percepção, a existência da escravidão criava dificuldades à imigração, pois levantava temores que os migrantes seriam transformados em “escravos brancos”, onde sofreriam tratamentos piores que os cativos por representarem um investimento de menor custo. Refutando essa visão, o autor apresenta estatísticas de algumas províncias com as principais culturas e o tipo de trabalho utilizado, segundo o relatório do Ministério de Agricultura e Comércio brasileiro de 1875 (MARCHESINI, 1877).

Percebe-se que o surgimento de movimentos abolicionistas em 1879 deu-se em um momento onde já existia uma série de processos de alforria no país e cujo número de trabalhadores escravizados em relação à população nacional era reduzido (LUNA; KLEIN, 2010). Além disso, pela tabela 3.4 nota-se que províncias que aboliram seus escravos no início da década de 1880, como o Ceará, possuíam uma pequena população cativa uma década antes.

---

<sup>39</sup> Outra “lavoura dos pobres” que gerava rendas para a região norte devido à exportação era o plantio do algodão, que teve dois surtos de demanda nas décadas de 1860 e 1870 (BARMAN, 1977, p.410).

**Tabela 3.2: Trabalhadores Livres e Escravos nas Principais Culturas em 1875**

Província	Produtos	Trabalhadores livres	Escravos
São Paulo	Café (40.672.339 kg)	254.552	70.647
Pernambuco	Algodão (17.000.338 kg)	180.769	38.714
	Algodão (12.299.184 kg) Açúcar (80.683.280 kg)		
Bahia	Destilados (1.834.991 litros)	368.251	85.954
	Algodão (1.574.410 kg) Açúcar (29.314.778 kg) Tabaco (11.736.947 kg)		
Ceará	Algodão (4.878.044 kg) Açúcar (2.082.601 kg)	178.478	7.335
	Café (967.158 kg)		
Alagoas	Algodão (5.943.778 kg) Açúcar (14.920.181 kg)	76.615	11.628

Fonte: Marchesini, 1877, p.74.

A predominância do trabalho livre nas principais culturas durante a década de 1870 aumentava a expectativa do término da escravidão, o que contribuiu também para o estancamento do tráfico interno de cativos. Segundo Mello (1999, p.44), a oposição ao tráfico “nada teve a ver com a alegada preferência da lavoura paulista, especialmente a das terras novas do oeste paulista, pelo trabalho livre, particularmente sob a forma de imigração europeia.” Para o autor, os defensores da legislação contra o tráfico interprovincial eram fazendeiros que já dispunham de uma força de trabalho adequada. Com a escassez dos escravos e o aumento nos preços, a expectativa era que a abolição traria um grande retorno financeiro através das indenizações.

A década de 1880, portanto, apresentou vários episódios que demonstraram que a lei que aboliu a escravidão no Brasil, em maio de 1888, foi apenas uma formalidade para a maioria das províncias brasileiras. A abolição era uma questão muito regionalizada, que era pautada pelo grau de necessidade do trabalho escravo (COLSON, 1981). Segundo o Barão de Cotegipe, a extinção imediata da escravidão era “nada mais que o reconhecimento de um fato já existente” (TOPLIN, 1969, p.655). O Brasil não era mais um país totalmente vinculado à escravidão, tendo o Ceará e Amazonas libertado seus cativos em 1884, Rio Grande do Sul, Piauí, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso em 1885 e a cidade de Santos, em uma província ainda vinculada fortemente à escravidão, em 1886. Para Einsenberg (1977), a abolição não foi uma grande mudança institucional em províncias como o Ceará, Amazonas e Pernambuco, porque não era mais lucrativa desde o início da década de 1880.

Após 1883 várias cortes efetuaram ganho de causa aos escravos que provaram que seus pais tinham entrado no Brasil após 1831 e, portanto, foram escravizados ilegalmente. A possibilidade de execução de uma lei que tinha sido renegada por aproximadamente cinco décadas demonstrava a mudança no clima político em relação à escravidão. Em 1886, revoltas escravas começaram a ocorrer com maior frequência, gerando fugas em massa das plantações. Nos primeiros meses de 1888, fazendeiros começaram a libertar seus escravos para que estes não abandonassem completamente as fazendas (GRAHAM, 1966).

O alto custo de manter os escravos retirou as últimas barreiras políticas contrárias à escravidão. Antônio Prado, escravista e ministro da agricultura durante o ministério Cotegipe, foi exemplo dessa mudança. Com a expansão da produção de café em São Paulo, a expectativa em torno da abolição representou sérios problemas para o planejamento da lavoura. Buscando fontes alternativas de mão de obra desde a década de 1870, Prado lutou contra o abolicionismo até 1887. Apesar do fracasso inicial com a mão de obra europeia através do sistema de parceria, durante a década de 1880 o problema da falta de trabalhadores em São Paulo tinha sido resolvido com novas políticas para atrair imigrantes. Com isso, o abandono das fazendas por parte dos escravos, atividade incitada pelos abolicionistas, afetava desnecessariamente a estabilidade na produção do café. Como a atividade cafeeira não dependia mais do trabalho escravo, Prado rapidamente “se converteu” ao movimento abolicionista no final de 1887 (NEEDELL, 2010).

Também em 1887, o Clube Militar de São Paulo efetuou uma demanda ao governo para que o exército não fosse mais utilizado para perseguir fugitivos (KRAAY, 1996). Dado que durante os anos de 1884 e 1885, o Marechal Hermes da Fonseca ainda defendia abertamente que o procedimento de capturar os escravos e retorná-los a seus donos deveria ser mantido, o posicionamento de 1887 demonstra que a recusa era também uma forma de deslegitimar o governo, que estava claramente desgastado com a situação. A relação entre o exército e o ministério Cotegipe era conhecidamente conflituosa (TOPLIN, 1969).

### **3.2 Os Abolicionistas**

O movimento abolicionista surgiu em uma década na qual o custo de se defender a extinção da escravidão era reduzido quando comparado a décadas anteriores, porém os benefícios políticos em caso de êxito eram bastante relevantes. O suporte do Imperador ao movimento abolicionista, reforçado com a nomeação de José Antônio de Saraiva a primeiro ministro em 1885, mesmo com sua impopularidade entre o restrito eleitorado (NEEDELL,

2010), reforçava o ganho político com a defesa da abolição.<sup>40</sup> No entanto, o distanciamento do Imperador e de seu gabinete em relação à classe de proprietários – principais representantes do restrito eleitorado – durante a crise de 1871, resultou em uma erosão crescente no suporte ao regime. O início da última década do Império foi marcado pelo crescente cinismo em relação à monarquia e suas instituições (NEEDELL, 2006).

As críticas crescentes em relação ao trabalho escravo na década de 1880 representaram não uma onda que deu fim a escravidão, mas foram resultado de um processo que iniciara muito antes. Desde o aumento no preço dos escravos com o fim do tráfico em 1850, a posse de cativos, antes parte da sociedade, tornou-se privilégio de poucos. A demanda por trabalhadores não livres vinha do café e de outros setores que, apesar de não possuírem o mesmo vigor econômico, mantinham-se relacionados com oligarquias locais e conseguiam sustentar o alto preço da mão de obra cativa. Segundo Barickman (1996), em São Gonçalo (BA), os gastos com escravos superavam em muito o custo com a mão de obra livre já na década de 1870. Ao final do Império, a grande oferta de mão de obra no norte do país foi responsável pela redução substancial nos salários (EISENBERG, 1977), que segundo a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, em conjunto com a falta de recursos da província, era o principal empecilho à imigração estrangeira.

Entre os discursos abolicionistas, o de José do Patrocínio, representante da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, se destacava. O manifesto de 1883 da Confederação tinha como foco a obrigação da declaração de naturalidade dos escravos, o que abria um precedente para a aplicação da lei de 1831, demonstrando que por simples questão de aritmética, quase todos os cativos existentes no Brasil na década de 1880 haviam sido escravizados ilegalmente.

O manifesto não possui um tom de ruptura e se preocupa em discutir a abolição dentro dos parâmetros legais do período. Justifica que a tolerância universal com a escravidão no passado adveio da pobreza populacional da nação, que demandava braços estrangeiros. Contudo, a tolerância generalizada não suprimia o direito imprescritível do homem à liberdade natural, ainda mais quando “esta liberdade é decretada por lei ou por sentença, manda o direito a sua irrevogabilidade” (MANIFESTO..., 1883, p.7). Sendo de conhecimento

---

<sup>40</sup> Mesmo que, segundo Needell (2010), tanto o ministério Saraiva quanto o de Cotegipe era contra o movimento abolicionista representado por figuras como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. O confronto entre os grupos acerca da questão dos escravos indica que o debate era pouco relacionado com os escravizados, e mais sobre o resultado político que a abolição traria.

geral, o governo e o parlamento brasileiro tinham violado abertamente a lei de 1831, e “praticava o crime de pirataria para engrossar a população escrava”. Os abolicionistas calculavam que dos 1.136.648 escravos existentes no país, no mínimo 546.315 foram escravizados ilegalmente (MANIFESTO..., 1883, p.9).

A conclusão de Patrocínio e seus colegas é que a escravidão brasileira em 1883 não teria “origem genuinamente legal” e, portanto, era um atentado à Nação de Direito. Esta ilegalidade na origem criaria uma situação de jurisprudência que obrigaria o poder político “representado na magistratura, a inclinar-se em favor do escravo”. Outro fator que permitia a libertação dos escravos remetia a questões econômicas. Não sendo mais a mão de obra escrava imprescindível para a lavoura, “nenhuma consideração de ordem econômica ou política se opõe a que se tome essa medida” (MANIFESTO..., 1883, p.16).

Manifestos e banquetes organizados por homens críticos à escravidão tornaram-se uma tendência no Brasil na década de 1880. Não ignorando a existência de abolicionistas que lutaram contra a instituição ao longo do século XIX, ao final deste, o discurso organizado em espaços destinados a realçar a “civilidade” dos participantes contra a ignorância e brutalidade de um governo escravista se apresentava como um sinal dos tempos. Esta situação ficava evidente em manifestos como do Clube Amazônia, em 1884, de Belém do Pará. Ao contrário do discurso de José do Patrocínio, que habitava uma cidade com 40.000 escravos, o discurso abolicionista dos paraenses aparentava maior superficialidade. Bradavam por libertação nas palavras de Cícero, “querer bem aos homens pelo simples fato de serem homens” (MANIFESTO..., 1884, p.7), em uma província que quase não possuía mais escravos desde o censo de 1872.

Os paraenses, contudo, tinham pontos em comum com os cariocas. Preferiam a propaganda pacífica, “para que ceda o passo ao direito natural e ao das gentes” e eram contra o fim da escravidão sob os auspícios da lei de 1871, pois “seria abandonar ao trabalho da morte uma solução exigida pela civilização” (MANIFESTO..., 1884, p.7). Também advogavam contra o conhecido discurso no qual era necessário preparar os homens para a liberdade: “Educar homens para a liberdade conservando-os na escravidão, isto é, no estado que torna impossível esta educação, é absurdo que dispensa discussão; é argumento de quem não tem argumento algum” (MANIFESTO..., 1884, p.7).

Alguns meses após o Manifesto, ocorria outro evento social em uma província vizinha. O banquete dado pela Confederação Abolicionista, em homenagem a libertação dos escravos

na província do Amazonas, ocorreu em 19 de agosto de 1884. Devidamente registrado em uma publicação, “gritos de liberdade” proferidos por nomes como Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa se misturavam ao registro da “apreciada música alemã” e a partir da sexta página, ao “*menu du diner*” (BANQUETE..., 1884). Para os senhores do banquete, as festas em honra aos “libertadores de Pátria”, que tinham “coragem de serem abolicionistas em um país inteiramente desorganizado pela escravidão”, eram uma resposta com “flores, música e poesia” às barbáries de uma instituição que não possuía lugar em um novo mundo civilizado.

A defesa da causa da liberdade, de não ter “descanso enquanto se puder dizer que um brasileiro geme nos ferros da escravidão” (BANQUETE..., 1884, p.8), era um discurso que poderia se encaixar em interpretações semelhantes à de Richard Graham sobre o advento da abolição. Atribuindo o fim da escravidão ao surgimento de novos grupos urbanos, “com atitudes divergentes dos latifundiários e céticos aos valores aristocráticos” (GRAHAM, 1966, p.126), o autor relaciona uma mudança institucional a valores de classe. No entanto, conforme explicitado anteriormente, mudanças nos preços relativos entre as formas de trabalho se apresentam como uma causa mais robusta acerca das mudanças institucionais relativas à escravidão. O discurso do movimento abolicionista, evocando o fato que o interesse de milhões de brasileiros poderia contrabalançar o de alguns senhores de escravos, chama atenção para uma mudança estrutural na sociedade brasileira que havia ocorrido ao longo do século: enquanto ao final do século XIX “alguns eram senhores”, em períodos anteriores grande parte da população foi proprietária de escravos.

Nessa nova sociedade, onde aqueles que eram senhores eram minoria e se encontravam em decadência financeira, “individuals could express their abhorrence of slavery at relatively little cost to themselves and at the same time exact a very high price from slave owners” (NORTH, 1990, p.85). Essa mudança reduzia o preço a se pagar pelas convicções ou ideologias do movimento abolicionista, o que também possibilitava o aumento do seu alcance. Aqueles que bradavam contra a escravidão, não tinham mais nada a perder com seu término. Se no início do século XIX pessoas eram executadas por denunciar a brutalidade de se escravizar pessoas, ao final daquele a defesa da abolição rendia banquetes. Os escravocratas haviam perdido grande parte de seu poder político e a sociedade não tinha mais interesse econômico na escravidão.

### 3.3 O Término da Escravidão

A lei de 28 de setembro de 1885, libertando os sexagenários, foi mais um passo relutante rumo à abolição. Em seu artigo 3º§4º, a lei estabelecia que os escravos de 60 anos obtivessem sua liberdade sob a condição de indenização pela sua alforria, devendo prestar serviços a seus antigos senhores pelo espaço de três anos (PEREIRA, 1887). Ao final do Império, a crítica contra abolicionistas residia em grupos que não estavam em “posição econômica para abandonar a escravidão” (NEEDELL, 2010, p.256). Membros do Partido Conservador do Rio de Janeiro e Minas Gerais ainda dependiam do trabalho escravo e não podiam competir com os incentivos oferecidos por São Paulo para atrair imigrantes. A defesa do abolicionismo havia tornado-se um alvo político pelos partidos de oposição.

Mesmo os fazendeiros que utilizavam escravos em São Paulo tornaram-se menos intransigentes quando não se podia mais negar os méritos econômicos do trabalho livre (TOPLIN, 1969). O declínio dos retornos advindos do trabalho escravo somado ao surgimento de banquetes e eventos denunciando grupos políticos pelo seu apoio à escravidão são indícios que maio de 1888 não se relacionou predominantemente com os escravizados. As sociedades abolicionistas, segundo Graham (1966, p.136), “presented a series of lectures, one almost every week, and it became the fashion among would-be modernists to attend.”

O objetivo desse capítulo foi relacionar a decadência do regime de trabalho servil no Brasil ao molde teórico da Nova Economia Institucional, através de como a mudança nos preços relativos transformou os custos envolvendo diferentes formas de trabalho. As ideias e embates envolvendo a mão de obra foram correlacionados à presença declinante do escravo na sociedade. A distância possibilitou a crítica. Tanto a distância física da dicotomia urbano rural, quanto à concentração regional, transformaram a escravidão em barbarismo de outrem. A opinião da sociedade mudou com o preço médio do escravo. As instituições informais moldavam-se lentamente à estrutura de incentivos da população, e apesar de tornarem-se condição necessária, não foram determinantes para colocar um fim à escravidão.

Contudo, o fim da instituição, com a libertação pelos últimos fazendeiros que ainda utilizavam os escravos, deu-se com o uso da violência, fonte de poder político. Toplin (1969, p.639) já havia chamado atenção para o fato que “violence and the threat of violence were important ingredients in the successful effort to end slavery.” A possibilidade do uso da violência, conforme analisado no capítulo referente à Nova Economia Institucional, não é fonte de mudança institucional, mas pode garantir um aumento de poder político no curto

prazo. O apoio da população urbana ao movimento abolicionista e a existência de grande número de negros livres, os quais começaram a auxiliar na fuga de cativos a partir de 1880, foram fatores que favoreceram a ação coletiva dos escravos insurgentes. Segundo Toplin (1969, p.643), por um longo período, “probability of capture and the penalty for escape remained effective deterrents against collective effort.” Dado que, segundo o autor, no período próximo à abolição aproximadamente um terço das fazendas em São Paulo utilizavam fugitivos entre seus trabalhadores, existiam incentivos para que os escravos abandonassem seu cativeiro.

O abandono em massa das fazendas somado a confrontos violentos com seus senhores foram suficientes para tornarem a escravidão não lucrativa até nos setores econômicos de maior lucratividade. De acordo com um fazendeiro contemporâneo aos eventos, “os fazendeiros liberaram seus escravos pela lei da necessidade, não pela lei da humanidade” (TOPLIN, 1969). Após maio de 1888, “os problemas dos libertos foram prontamente esquecidos, mesmo pelos abolicionistas” (SCHULZ, 1996, p.68). Qual foi, portanto, o desenlace desse processo para aqueles sujeitos que foram transformados em objetos durante tanto tempo? O término da escravidão nesses moldes estabeleceu que os escravos tornaram-se livres e sem poder político de fato, o que os impossibilitaria uma maior ascensão na escala social após a abolição.

#### 4 INSTITUIÇÕES INFORMAIS: IDEIAS E DISCRIMINAÇÃO

Desde a sua independência, os governantes brasileiros se preocuparam com quem seriam os brasileiros. Com uma população majoritariamente escrava, portanto negra, após o encerramento de sua situação como colônia, o Brasil, em sua primeira constituição de 1824, circunscreveu ao imperador a formação de projetos imigratórios. O imperador interessou-se “pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não portugueses” (ROCHE, 1969, p.91).

Ao final do século, sem imperador e Republicano, o Brasil ainda procurava uma identidade. O censo nacional de 1890 indicava um aumento na população branca para 44%, enquanto em 1872 era de 38,1%. A população negra, mulata e indígena ainda constituía maioria. Em 1900, antecipando a primeira constituição republicana que viria no ano seguinte, um conjunto de novas leis estabeleceu os padrões de imigração no período pós-monárquico com algumas ideias perenes. O decreto n.528 de 1890 proibia a entrada, nos portos da República, dos “indígenas da Ásia ou da África” (IOTTI, 2001, p.28). A elite brasileira ainda desconhecia o futuro formato da identidade nacional, porém, já sabia a sua cor.

Tais preferências não eram puramente reflexos da escravidão, uma vez que o Brasil desconheceu a posse legal de asiáticos.<sup>41</sup> Certamente também não coadunavam com o discurso oficial personificado pelo propagandista da imagem nacional, Domingos Jaguaribe, o qual afirmava em 1893 que “felizmente não existia preconceito de raça no Brasil” (SKIDMORE, 1974, p.129). A seletividade de estrangeiros era representada pela angústia do senador e Visconde Alfredo Taunay retratado em seu discurso proferido em 1889: “Estamos chegados ao fim do século e precisamos organizar a sociedade brasileira de modo definitivo” (TAUNAY, 1889, p.16).<sup>42</sup> Essa organização definitiva era para Taunay, a imigração branca e europeia, que em seu discurso aparece como fonte da real prosperidade e do engrandecimento das nações desenvolvidas.

O objetivo desse capítulo é esclarecer a base de conhecimento por trás desse discurso, tão frequente no debate brasileiro da época, e relacioná-lo com as políticas migratórias da segunda metade do século XIX. Não apenas circunscrito na esfera nacional, o debate sobre as

<sup>41</sup> Segundo Conrad (1975): “During the colonial period at least some Asians reached Brazil, and a few, it appears, were slaves.” Porém, depois do período colonial, não se tem registro da entrada em quantidade significativa de imigrantes asiáticos em regime de escravidão.

<sup>42</sup> Visconde de Taunay era membro atuante da Sociedade Central de Imigração, cujas diretrizes, em conjunto com a Sociedade Promotora de Imigração, serviriam de guia para as primeiras leis sobre imigração do período republicano.

supostas “diferenças entre as raças” era internacional, sendo discutido por intelectuais reconhecidos e monitorado com atenção pelas elites brasileiras. O entendimento desse pensamento socioeconômico é fundamental para a compreensão das políticas migratórias seletivas, pois se a ciência do século XIX defendia que determinadas pessoas eram inatamente diferentes, a opressão e a discriminação poderiam ser justificadas.<sup>43</sup>

#### 4.1 Teorias Estrangeiras e Adaptações Nacionais

How will we put these people right? [...] What terrible problems the poor African Negro created for us by his unintentional revenge! (Monteiro Lobato, 1908, apud SKIDMORE (1974, p.180)).<sup>44</sup>

A revanche secreta da população negra a que Monteiro Lobato referia-se era a miscigenação. Nessa mesma passagem, o escritor brasileiro exalta a solução norte-americana para o problema, quando estes se protegeram da miscigenação através da barreira do preconceito racial. As leis segregacionistas dos Estados Unidos, que duraram até 1964, supostamente teriam resolvido um problema muito debatido na época de Lobato: o problema da degenerescência racial resultante da miscigenação. O próprio escritor deixa bastante claro a sua opinião em relação à “mistura de raças” mais comum no Brasil, o caboclo, que considerava letárgico, supersticioso e ignorante: “a dark fungus on a rotten tree dozing silently in a valley alcove” (SKIDMORE, 1974, p.181).

Essa não era uma opinião exótica e anacrônica. Lobato estava atualizado com o que era considerada ciência por seus contemporâneos, assim como outros pensadores brasileiros. Euclides da Cunha, em seu clássico *Os Sertões*, também utilizou teorias recorrentes da época, como o conceito de hierarquia de raças.<sup>45</sup> Mesmo não tendo uma definição precisa de raça, Euclides expressava a sua teoria em termos “científicos”. Para ele, a população brasileira havia surgido de três linhagens originais: branco, índio e o negro. Apesar de estar em estágios diferentes de “desenvolvimento”, cada raça, há seu tempo, seria capaz de construir uma

---

<sup>43</sup> Um temor que perdura e que, para muitos, foi responsável pelo surgimento das teorias de “tábula rasa” pela sociologia da segunda metade do século XX. Ver mais em Pinker (2004), especialmente o capítulo 8: O Medo da Desigualdade.

<sup>44</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, 1944.

<sup>45</sup> Esse conceito será analisado posteriormente, porém um exemplo da caracterização das raças é feito por Samuel George Morton, que escreveu em 1849: “the Ethiopian (Negro) is joyous, flexible, and indolent; while the many nations which compose this race present a singular diversity of intellectual character, of which the far extreme is the lowest grade of humanity” MENAND (2002).

sociedade estável. O problema estaria na miscigenação, argumento sustentado por sociólogos europeus como Gumpowicz e Lapouge:<sup>46</sup>

An intermingling of races highly diverse is, in the majority of cases, prejudicial. According to the conclusions of the evolutionist, even when the influence of a superior race has reacted upon the offspring, the latter shows vivid traces of the inferior one. Miscegenation carried to an extreme means retrogression (SKIDMORE, 1974).

Lobato, Euclides da Cunha e a elite política e intelectual brasileira tinham conhecimento sobre as últimas teorias sociais e biológicas, principalmente europeias. Sendo puramente uma questão de “divina providência” em séculos anteriores, o debate começou a se transformar a partir da metade do século XIX, principalmente depois do surgimento da teoria evolucionária de Darwin. Conflitos latentes como a dicotomia entre liberalismo e a escravidão tinham estabelecido incongruências que necessitavam de esclarecimento:

Social and biological evolutionism dominated the intellectual landscape of late nineteenth-century Europe, and gave rise to a form of "scientific" racism which rationalized the "superiority" of white European societies and their domination of the "inferior" non-white peoples in Africa, Asia, and Latin America (EAKIN, 1985, p.151).

Antes do evolucionismo biológico e social, porém, existiam duas correntes predominantes derivadas do criacionismo religioso. Os adeptos do monogenismo defendiam que as pessoas descendiam de uma origem comum, no entanto, as diferenças raciais eram fruto de diferentes níveis de “degeneração” largamente resultante de diferenças climáticas.<sup>47</sup> Corrente diversa, os poligenistas acreditavam que as raças tinham sido criadas separadamente, - como argumentou Euclides da Cunha - e foram dotadas de atributos e aptidões diferenciadas desde o princípio.<sup>48</sup> Segundo Menand (2002, p.111):

Both [theories] assume the existence of deeply ingrained racial differences, and both are hierarchical. But polygenism is the more radical theory, because it supports the contention not just that black people and white people have evolved (or devolved) at different rates, but that they belong to entirely different species.

O principal propagador do poligenismo no século XIX era Samuel George Morton, provavelmente o antropólogo americano mais famoso de seu tempo. Ele ficou conhecido por dois importantes estudos craniométricos, o primeiro publicado em 1839 e o segundo em 1849,

<sup>46</sup> A tese de Gumpowicz era que a disputa entre as raças era a força-motor da história.

<sup>47</sup> O filósofo Charles de Montesquieu, como exemplo, era adepto da degeneração climática.

<sup>48</sup> Para uma discussão com mais detalhes sobre as correntes dentro do monogenismo e do poligenismo, ver: *The Species Problem: Nineteenth-Century Concepts of Racial Inferiority in the Origin of Man Controversy*. John S. Haller (1970).

os quais ranqueavam as raças humanas pela estrutura e dimensão craniana.<sup>49</sup> Morton foi a principal influência intelectual para um dos primeiros acadêmicos a desenvolver estudos raciais no Brasil: Louis Agassiz.

O estudo de Menand cita uma carta que Agassiz enviou à sua mãe em dezembro de 1846, contanto com empolgação a descoberta das teorias de Morton em sua visita aos Estados Unidos e os seus próprios sentimentos sobre os negros:<sup>50</sup>

As much as I try to feel pity at the sight of this degraded and degenerate race, as much as their fate fills me with compassion in thinking of them as really men, it is impossible for me to repress the feeling that they are not of the same blood as us. [...] What unhappiness for the white race to have tied its existence so closely to that of the negroes in certain countries! God protect us from such contact! (MENAND, 2002, p.112)

Defensor do criacionismo e do poligenismo, Agassiz pregava a teoria da degeneração racial e o intervencionismo governamental, "to put every possible obstacle to the crossing of the races, and the increase of half-breed" (MENAND, 2002, p.112). O professor Agassiz foi influente no debate norte-americano sobre a escravidão, sendo favorável à abolição porque advogava a homogeneidade racial como pilar para o desenvolvimento de uma nação. A escravidão tinha que fenecer porque o país precisava "clarear", ou seja, ele era favorável à proposta governamental de emigração coletiva dos negros para outros países.<sup>51</sup> Os defensores da emigração forçada argumentavam que "a felicidade da raça negra dependia de seu enraizamento em seu ambiente natural, isto é, nas áreas de clima quente, pois apenas aí esta poderia prosperar" (MACHADO, 2010, p.66).

Sendo professor da universidade de Harvard, Agassiz tinha grande respeitabilidade em suas teorias. Sua expedição para o Brasil resultou em um livro, "A Journey to Brazil", de 1867, escrito por sua esposa, que fazia parte do grupo. O objetivo da missão era desqualificar as teorias evolucionistas que estavam surgindo, e para isso, Agassiz recolhia obstinadamente uma série de provas para sustentar a teoria da degeneração racial, representada no Brasil pelo "mulatismo", onde "aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raça e são levados por falsa filantropia a romper todas as barreiras colocadas entre elas deveriam vir ao Brasil" (HAAG, 2010).

---

<sup>49</sup> Muito semelhante à frenologia, desenvolvida no final do século XVIII por Franz Joseph Gall, que atribuía ao formato do crânio, o "padrão" intelectual de uma pessoa.

<sup>50</sup> Agassiz era Suíço. Porém após o seu contato com Morton, estabeleceu-se nos Estados Unidos e tornou-se professor da universidade de Harvard.

<sup>51</sup> Vários países foram analisados para destino da população negra, como por exemplo o Haiti. Uma das possibilidades foi estabelecer uma população ribeirinha na Amazônia. Sobre a proposta de colonizar a Amazônia, durante o governo de Abraham Lincoln, ver Sampaio (2005).

A teoria da degeneração era mais conhecida no Brasil através da obra do sociólogo Arthur de Gobineau, que em seu livro “On the Inequality of the Races” de 1853, definiu degeneração como “the inevitable historical process in which pure conquering races, through mixture with pure inferior races, lose their special qualities and energy.” (BORGES, 1993, p.236). A respeitabilidade de Gobineau era reforçada pelas suas conexões brasileiras, onde foi cônsul no Rio de Janeiro entre 1869 e 1870 e, posteriormente, manteve correspondências com Dom Pedro II.<sup>52</sup>

A resistência em relação às ideias de Gobineau e Agassiz por parte da elite nacional devia-se ao futuro sombrio e fatalista que tais versões da teoria da degeneração apresentavam para o Brasil. Sendo adeptos da versão mais extrema da teoria, apregoavam que o mulato deveria ser estéril, pois segundo as leis da zoologia, o cruzamento entre raças diferentes – branco e negro – resultaria em uma prole infértil (SKIDMORE, 1974). A evidência empírica brasileira, no entanto, contrastava frontalmente com essa hipótese. O mulato detinha uma parcela populacional equivalente aos brancos segundo o censo de 1872. Com isso, o confronto da teoria com uma sociedade onde a mistura de raças era uma realidade demandava adaptações.

#### **4.2 Poligenismo e Evolucionismo Social**

A controvérsia entre poligenistas e monogenistas foi um dos maiores debates científicos do século XIX. No entanto, a partir da década de 1870 o debate começou a tomar novos rumos. A notoriedade das teorias evolucionárias de Darwin e o fim da escravidão nos Estados Unidos mudaram o clima político e intelectual envolvendo a questão racial. Com sua obra de 1871, “Descent of Man”, Darwin tinha o objetivo de influenciar o debate político e esperava que a teoria da evolução silenciase tanto monogenistas quanto poligenistas (HALLER, 2010).<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Gobineau possuía uma visão um tanto quanto preconceituosa, mesmo para a época, dos brasileiros: “A wholly half-caste population, with vitiated descent, vitiated intelligence, and fearfully ugly.... No Brazilian is pure-blooded. Mixed marriages between whites, Indians and blacks have so increased that one has every mixture of color and all this produces, from the lowest classes to the highest, a degeneration of the most wretched kind .... The result is deformed physiognomies which, if they are not always repugnant, are always unpleasant to look upon. (Raeders, 1988: 90 apud SANTOS e HALLEWELL, 2002, p.73)”

<sup>53</sup> Mesmo Darwin não escapava de algumas teorias racistas da época. Ele aceitava que as faculdades mentais não eram iguais entre as várias raças humanas. “The American aborigines, Negroes and Europeans,” Darwin wrote, “are as different from each other in mind as any three races that can be named” (Darwin [1871] 1927: 182. apud HALLER, 1972). Porém acreditava que a miscigenação entre elas traria uma convergência das faculdades mentais, ou seja, os europeus poderiam melhorar as populações não brancas.

Apesar da teoria da evolução encontrar grande resistência durante o conflito norte-americano da década de 1860, o clima pós Guerra Civil gerou uma contradição insustentável: “The American school of polygenism was scathingly rebuked and accused of scientific casuistry in making the Negro a separate species to soothe a southern rationale” (HALLER, 1970, p.1323). O monogenismo havia vencido a batalha. Os homens eram fundamentalmente pertencentes à mesma espécie, no entanto, o conceito de raças “superiores e inferiores” permaneceria. Não devido à existência de raças diversas, mas ao estágio evolutivo das mesmas.

Essa é a premissa do Darwinismo Social, a escola de pensamento racista que começou a ganhar respeitabilidade a partir da década de 1870. Sendo desenvolvida por Norte-Americanos e Europeus, essas teorias colocavam suas civilizações no topo da cadeia sócio-evolucionária e delegavam a uma posição retrógrada a sociedades consideradas “menos puras”, ou seja, que não eram brancas. Em relação à influência europeia, essas ideias foram reiteradas no Brasil também devido à grande respeitabilidade que Inglaterra e, principalmente, a França tinham entre a elite nacional, que as consideravam como ideais civilizatórios. As duas principais escolas filosóficas do século XIX, o Positivismo Francês e o Empirismo Britânico produziram os dois principais teóricos do evolucionismo social: Augusto Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903), que popularizou o termo “*survival of the fittest*” (EAKIN, 1985).<sup>54</sup>

Nos debates sobre o problema da mão de obra e a necessidade de uma imigração “seletiva”, Herbert Spencer era frequentemente citado. Entre os principais biólogos do período 1870-1900, Spencer defendia que explicações para o fenômeno social seriam reduzidas ao indivíduo, em seus “termos biológicos”.<sup>55</sup> Possuindo uma concepção Lamarckista da evolução, o ritmo do desenvolvimento socioeconômico seria resultado dos organismos que o compunham, ou seja, a composição da população seria o principal fator para a prosperidade dos povos (HODGSON, 1998).

Dada à importância do desenvolvimento populacional, a “evolução social” dependia muito da estabilidade oferecida por laços familiares, ritos religiosos ou qualquer estrutura que

<sup>54</sup> O termo foi cunhado em seu livro "A Theory of Population" de 1852. Interessante notar que o termo é anterior às ideias de “seleção natural” de Darwin.

<sup>55</sup> O Pensamento de Spencer segundo Perrin (1976, P.1345) não seria racista: “It is change that is more or less organized by stages, hence directional and uniform in large part, and it is unaffected by race. Spencer's view is holistic, that is, it relates social activity, structure, culture, and personality; it is much informed by Spencer's constant awareness of the problem of maintaining social order and control”. No entanto, isso não impedia o uso de suas ideias com um componente racial.

oferecesse “relativa homogeneidade” (PERRIN, 1976, P.1350). Essa premissa era usada para validar a necessidade de se trazer tipos “puros” para o Brasil.<sup>56</sup> A questão da moralidade, estendida a relações econômicas, também era recorrente, como demonstra essa passagem de Herbert Spencer: “A system of keen competition carried on, as it is, without adequate moral restraint, is very much a system of commercial cannibalism” (PERIN, 1976, p.1351). A importância da moralidade advinha da crença de Spencer que a herança de características adquiridas era tanto biológica como cultural. A ponte entre o evolucionismo social e o biológico foi Lamarck. Os darwinistas sociais usavam conceitos Lamarckistas para demonstrar que a estrutura social também afetava a evolução biológica do homem.

Com inteira aplicação a esta tese escreveu o Dr. Letourneau (*Sociologie*): ‘Para crer que em um *tour de main* e recorrendo à força, se pode transformar a moralidade de um povo; é preciso ser missionário. O estado mental de uma raça, seus apetites, suas tendências resumem a vida mesma dessa raça, a série das impressões cerebrais, dos feitos e façanhas de uma cadeia inteira de geração, e para apagar o traço dos séculos, é indispensável uma longa educação, cujo efeito se transmite de pais a filhos (RODRIGUES, 1938, p.48).

Segundo Eakin (1985, p.157): “A society with an impoverished biological heritage could find hope in the power of cultural causation in Lamarckian influenced social evolutionism.” Essas teorias tinham forte apelo entre os intelectuais brasileiros, uma vez que a herança biológica não era mais o fardo determinista que impossibilitaria o desenvolvimento do país. O desafio para o Brasil seria solucionar a complexa equação que as várias teorias apresentavam. O que se apresentava como consenso era a diferença entre etnias, e modernistas como Tavares Bastos defendiam o papel “redentor” da imigração europeia, onde o progresso dependia da renovação total da população (CARVALHO, 1992). Restava, no entanto, a operacionalização da renovação populacional. Estando o Brasil em um estágio evolutivo anterior, como se daria esse aprimoramento cultural? Sendo a raça branca superior, a miscigenação resultaria em um aprimoramento do brasileiro ou o “estigma negro” predominaria?

Um dos primeiros pensadores brasileiros a se envolver nessas questões foi Raimundo Nina Rodriguez (1862 – 1906). Intelectual respeitado, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues escreveu alguns dos primeiros estudos etnográficos modernos sobre o Brasil. Suas principais obras foram “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, de 1894, e “Os Africanos no Brasil”, reunião de textos deixados pelo autor entre 1862 e 1906 e editado após seu falecimento. Estes dois estudos estão inseridos em um darwinismo social

---

<sup>56</sup> Segundo Skidmore (1974, P.52), a teoria da superioridade da raça ariana era largamente aceita como “fato histórico” pela elite brasileira entre 1888 e 1914.

para o Brasil, com referências constantes ao conceito de raças “superiores” e “inferiores”. No entanto, Rodrigues, adepto do pensamento de Agassiz, distanciou-se da corrente predominante no Brasil no que tange a miscigenação<sup>57</sup>. A condição mental supostamente inferior dos mestiços seria resultado da “influência degenerativa do cruzamento entre raças muito dessemelhantes” (RODRIGUES, 1938, p.162).

Em seu livro sobre a responsabilidade penal no Brasil, o objetivo do autor é “o estudo das modificações que as condições de raça imprimem à responsabilidade penal”. Inicialmente, ele propõe-se a discutir as causas da desigualdade entre diferentes povos ao redor do globo, que refletiriam as diferentes fases do “aperfeiçoamento evolutivo” (RODRIGUES, 1938, p.43-44):

Não só, portanto, a evolução mental pressupõe nas diversas fases do desenvolvimento de uma raça uma capacidade cultural muito diferente, embora de perfectibilidade crescente, mas ainda afirma a impossibilidade de suprimir a intervenção do tempo nas suas adaptações e a impossibilidade, portanto, de impor-se, de momento, a um povo, uma civilização incompatível com o grau do seu desenvolvimento intelectual (RODRIGUES, 1938, p.46)

Essa impossibilidade de “um povo selvagem, ou bárbaro transpor, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas durante séculos” (RODRIGUES, 1938, p.47), mantinha a população negra, recém-livre do fardo da escravidão, em um degrau inferior na sociedade. Portanto, o autor mantinha o conceito de disparidade racial: “O estudo das raças inferiores tem fornecido à ciência exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral” (RODRIGUES, 1938, p.51).

O ponto central do livro era a diferença entre a compreensão da ideia “abstrata de justiça” entre as raças. A responsabilidade penal no Brasil sob essa ótica era fundamentada no pressuposto do melhor entendimento sobre justiça pela população branca em relação à negra, devido a seu “aperfeiçoamento social”. A heterogeneidade no desenvolvimento da população inviabilizaria o critério de responsabilidade penal, dado que “raças antropologicamente distintas” corresponderiam a uma criminalidade própria, “em harmonia e de acordo com o grau do seu desenvolvimento intelectual e moral”. Essa diferença novamente é imputada ao processo lento e gradual que os “representantes das fases inferiores da evolução social” deveriam passar até convergirem para o “grau de cultura mental e social das fases superiores” (RODRIGUES, 1938, p.70).

---

<sup>57</sup> Durante a década de 1890, a miscigenação não era mais vista como uma fatalidade para o desenvolvimento da nação. O que era necessário era aumentar o “estoque branco” da população.

Porventura pode-se conceder que a consciência do direito e do dever que têm essas raças inferiores, seja a mesma que possui a raça branca civilizada? — ou que, pela simples convivência e submissão, possam aquelas adquirir, de um momento para outro, essa consciência, a ponto de se adotar para elas conceito de responsabilidade penal idêntico ao dos italianos, a quem fomos copiar o nosso código? (RODRIGUES, 1938, p.145).

Atribuindo uma moralidade limitada aos não brancos, o que resultaria na impossibilidade de consciência pelos próprios atos, Rodrigues adotava um tom paternalista com aqueles que considerava inferiores, posição recorrente no fim do século XIX, em um país que durante séculos subjugou fisicamente e legalmente parte específica da população. “O negro não tem mau caráter, mas somente caráter instável como a criança, e como na criança [...] a sua instabilidade é a consequência de uma cerebração incompleta” (RODRIGUES, 1938, p.162). Mesmo reconhecendo que “alguns negros” eram superiores a “alguns brancos”, nenhuma pessoa “bem esclarecid[a] sobre os fatos, poderá crer que em geral o negro valha tanto quanto o branco e muito menos seja-lhe superior.” (RODRIGUES, 1938, p.154).

A compilação posterior de seus trabalhos que resultou no livro “Os Africanos no Brasil” é muito semelhante em suas premissas - com discussões sobre evolucionismo e Spencer, análises craniométricas e a visão pessimista sobre a miscigenação – porém, Rodrigues analisa temas diferentes, como o papel do negro na sociedade em um contexto pós-abolição.<sup>58</sup>

E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social (RODRIGUES, 1932 p.391).

Outro conhecido expoente do Darwinismo Social no país foi Sílvio Romero (1851-1914), autor de vários livros dentre os quais se destaca “História da Literatura Brasileira”, de 1888. O autor define literatura como “todas as manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciência...” (ROMERO, 1888, p.13). A síntese do trabalho de Romero era que “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias.

---

<sup>58</sup> Rodrigues discute a causalidade entre o suposto cérebro de menor tamanho do negro em relação ao branco: “A ossificação será precoce mas não prematura, pois ocorre em tempo e de harmonia com o reduzido desenvolvimento mental de que os povos negros são dotados”. (RODRIGUES, 1932, p.389). Em um *non sequitur* visível aos dias atuais, o debate encontra-se na questão: O cérebro é menor porque o crânio impede seu desenvolvimento (posição que o autor combate), ou o crânio é reduzido devido ao estágio mental do cérebro?

[...] tudo quanto ha contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado...” (ROMERO, 1888, p.7).

Para Romero, a literatura brasileira, assim como a Latino-Americana, tinha sido um contínuo processo de adaptação de ideias europeias. De um tumultuado “antigo servilismo mental”, o objetivo seria passar a uma “seleção literária e científica”. “A darwinização da critica é uma realidade tão grande quanto o é a da biologia” (ROMERO, 1888, p.15). O Brasil precisava encontrar formas de evoluir e acabar com sua prostração cultural, para produzir grande conhecimento, como o europeu:<sup>59</sup>

Pretendemos escrever um trabalho *naturalista* sobre a historia da litteratura brasileira. Munidos do critério popular e ethnico para explicar o nosso character nacional, não esqueceremos o critério positivo e evolucionista da nova philosophia social, quando tratarmos de notar as relações do Brazil com a humanidade em geral. Nós os brasileiros não pesamos ainda muito, por certo no todo da evolução universal do homem; ainda não demos' um impulso nosso á direcção geral das idéas; mas um povo que se fôrma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Veremos em que consiste nossa pequenez e o que devêramos fazer para ser grandes (ROMERO, 1888, p.10-11).

Dividindo em fases a produção literária nacional, a partir de 1870 ocorreria um amadurecimento intelectual no país devido ao arrefecimento do movimento romântico: “O positivismo filosófico francês, [...] e o transformismo darwiniano começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente” (ROMERO, 1888, p.12). A era do cientificismo tinha chegado ao Brasil e dentre as teorias sobre a evolução social, a de Spencer, mesmo falha, era a que mais se aproximaria da realidade brasileira.<sup>60</sup>

As limitações teóricas, no entanto, não eram exclusividade de Spencer, estando presente na maioria dos escritores estrangeiros, como Henry Thomas Buckle (1821-1862) - autor que nunca visitou o Brasil -, que desconheciam a realidade nacional. Buckle relacionava o atraso do Brasil aos seus empecilhos naturais intransponíveis: “as grandes matas que se não podem transitar, os rios que se não podem passar, as montanhas que se não podem transpor, e

<sup>59</sup> “[...] todo escriptor brasileiro de nossos dias tem a seu cargo um duplo problema e ha de preencher uma dupla função: deve saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquellas nações europeas que immediatamente influenciam a intelligencia nacional, e incumbe-lhe também não perder de mira que escreve para um povo que se fôrma, que tem suas tendências próprias, que pôde tomar uma feição, um ascendente original” (ROMERO, 1888, p.16).

<sup>60</sup> Romero faz um interessante estudo sobre as teorias etnográficas, principalmente portuguesas, que existiam antes da década de 1870. Algumas considerava “puramente litteraria[s]” e não uma adequada “explicação scientifica de nosso desenvolvimento social.” (ROMERO, 1888, p.23).

a abundância de animais os mais ferozes e daninhos...”. Para Romero, o desconhecimento do autor inglês demonstrava as limitações das teorias estrangeiras:

«As montanhas tão altas que se não podem galgar...» E esta? O país é pouco montanhoso e nossos picos mais altos são de quarta ou quinta ordem em face de seus congêneres do velho e novo mundo. Temos poucas serras e que se não distinguem muito por sua altura. Não sei onde estejam o nosso Himalaia, os nossos Andes e os nossos Alpes, que aliás não vedaram, segundo o nosso autor, a civilização das respectivas regiões (ROMERO, 1888, P.47).

Este desconhecimento levou Romero a uma série de críticas ao pensamento sobre determinismo climático e racial. Mantendo o conceito de hierarquia de raças, ele foi contra o reducionismo racial, criticando aqueles que defendiam a fatalidade da miscigenação. Para o autor, os brasileiros faziam parte do elemento português, mas possuíam características que os separaria tanto do ascendente europeu quanto dos povos da América Latina que tiveram colonização espanhola. De uma forma um tanto surpreendente, o elemento diferenciador nacional seria o africano. As Repúblicas hispano-americanas se diferenciavam não somente pela baixa presença de africanos, como também pela vasta população indígena. Sendo adepto do poligenismo, Romero defendia que o crescimento da parcela populacional dos mestiços iria reduzir o número de negros e índios “puros”, até estes serem “consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento.” Sendo assim, o mestiço, genuína formação histórica brasileira, ficaria apenas diante da população branca que, inevitavelmente, iria absorvê-lo:

Não é fantasia: calculavam-se em milhões os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do Brasil. Computavam-se também em milhões os negros arrancados d'África pela cobiça dos brancos, e hoje não excedem eles por certo a dois milhões (ROMERO, 1888, p.66).

No entanto, uma questão permanece. Por que o Brasil seria diferente, com a população branca absorvendo as demais, enquanto em vários países da América Latina acontecia o contrário? A resposta estaria na interpretação de Silvio Romero do resultado da seleção natural com o cruzamento de raças: “Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido [...] a branca” (ROMERO, 1888, p.67). Do iminente desequilíbrio populacional, decorria a conclusão que em “três ou quatro séculos” a fusão étnica estaria completa, pela continua entrada de europeus no país, enquanto outras etnias possuíam populações decrescentes, onde doenças e guerras fizeram aos indígenas o que a escravidão fez aos africanos. O mestiço seria a fusão das raças que resultaria em um novo homem branco, assim como os italianos e franceses eram uma forma de raça ariana. O

empecilho deste projeto estaria apenas na má adaptação climática do branco europeu, que seria resolvida de uma “forma evolucionária” pela absorção da raça negra e indígena, mais aptas aos trópicos.<sup>61</sup>

Segundo Eakin (1985), o pensamento de Romero foi bem recebido porque seu trabalho era uma transição entre teóricos do pessimismo racial e aqueles que glorificavam a herança racial brasileira. O seu trabalho resultava em duas conclusões que convinha a elite brasileira ao fim da Monarquia: o Brasil não deveria contar com índios e negros como elementos de uma civilização futura; e o país precisava de elementos brancos para acelerar o processo de miscigenação. Assim, surgia a versão nacional da teoria do “branqueamento”.<sup>62</sup>

### 4.3 Evolucionismo e Imigração

No Brasil, essa mudança de pensamento aparece primeiramente nos debates acerca da imigração de asiáticos para o país, principalmente chineses. Com o fim do tráfico de escravos para o Brasil em 1850, a preocupação em relação à redução da oferta de mão de obra levou a debates e propostas para resolver o problema que estava surgindo. Em 1870, com o surgimento da Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos e a consequente possibilidade do aumento de imigrantes chineses, os críticos do programa já usavam argumentos “evolucionários” contra a imigração (CONRAD, 1975).

A suposta inferioridade racial e cultural dos chineses quando comparados com os europeus era vista como uma ameaça à nação devido às possibilidades de miscigenação. Esse temor era real, pois o modelo de contrato estabelecido pelo governo em 1870 vetava o direito dos chineses de residir no Brasil sem ter um contrato de trabalho. O medo também era usado pelos oponentes do programa, sendo o termo “mongolização da nação” usado para relacionar a “terrifying image of hordes of Asians swarming into exotic enclaves in every Brazilian city, replete with endemic diseases, opium, pigtailed, and pagan religions” (CONRAD, 1975, p.49).

Segundo Costa (1998), o discurso era polarizado com a utilização de conceitos difusos referente a raças e padrões comportamentais. O povo asiático era visto como possuidor de um caráter intrinsecamente imoral:

---

<sup>61</sup> O capítulo seis de História da Literatura Brasileira (vol.1) se dedica a explicar o que Romero entende por mestiço.

<sup>62</sup> Nina Rodrigues (1938, P.156) cita Romero sobre este ponto: “Se não se conhece, escreveu o Dr. Sylvio Romero (*História da literatura*), um só negro, genuinamente negro, livre de mescla, notável em nossa história, conhecem-se muitos mestiços que figuram entre os nossos primeiros homens.”

O chinês, ‘pior que o negro’, caracterizava-se pelo seu atraso intelectual e pouco amor ao trabalho, povo estacionário, avaro, preferindo voltar à sua terra vivo ou morto a permanecer nos países onde imigrava; era ainda viciado, dado a ‘aberrações espantosas’, ‘infanticida por convicção’, ‘ladrão por instinto’. Para outros, era a salvação da lavoura cafeeira (COSTA, 1998, p.184).

Joaquim Nabuco, conhecido por sua campanha abolicionista na década de 1880, também era adepto dessa visão sobre o “perigo amarelo”. Em seu discurso à Câmara dos Deputados de 1879, ele se opôs à imigração de chineses, pois iria causar conflitos raciais e a degeneração da população Brasileira. Nabuco era adepto da teoria da degeneração racial, mas acreditava que não era o nível de inteligência ou civilidade que perpetuava as raças, e sim sua habilidade de subsistência e propagação (COSTA, 1998). O seu discurso é coerente com sua defesa pela abolição da escravidão durante a década de 1880. A campanha abolicionista era repleta de referências em acelerar a “evolução” nacional promovendo a imigração Europeia. Nabuco, em seu O Abolicionismo, justifica o movimento abolicionista nestes termos:

o ideal de Pátria que nós, Abolicionistas, sustentamos: um paiz onde todos sejam livres; onde, attrahida pela franquesa das nossas instituições e pela liberalidade do nosso regimen, a immigração Européa traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue Caucasico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez d'essa onda Chinezta, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça [...] (NABUCO, 1883, p.252).

Outro evento importante pré-abolição para delinear-se o pensamento da elite brasileira foi o congresso agrícola de 1878, que tinha como figura principal o Ministro da Agricultura João Vieira de Sinimbu, e cujo objetivo era avaliar a situação do futuro da mão de obra na lavoura. O Ministro levantou a possibilidade de imigração asiática, porém essa proposta resultou em um longo debate sobre qual seria a melhor raça de trabalhador para o Brasil. A maioria dos delegados das províncias presentes era a favor da importação somente de Europeus, posicionamento que Sinimbu rebateu afirmando que a experiência e a inteligência do trabalhador europeu viriam a um alto preço (SANTOS; HALLEWELL, 2002).

A tentativa do Ministro fracassou pelo debate sobre raças, mas também por questões políticas envoltas nesse discurso ideológico. Além de pressões externas, devido à interferência da Inglaterra nos negócios entre Brasil e China, a pressão dos abolicionistas, como Nabuco e advogados da imigração europeia, bloquearam o programa de imigração chinês.<sup>63</sup>

The simple result of a large-scale immigration is not enough. If our country needs a foreign population to develop all its industry and especially that of agriculture which

<sup>63</sup> Segundo Conrad (1975, p.44) em 1973, “Britain banned Chinese immigration from Hong Kong (except to her own colonies), and the following year convinced Portugal to end the traffic from Macao. A Inglaterra usava mão de obra chinesa em algumas de suas colônias, logo a entrada brasileira no mercado criaria forte concorrência, devido à alta demanda por trabalhadores.

is our chief economic activity, then it is beyond question that we carefully consider the race, origin, character and customs of the peoples that shall live in the bosom of the Brazilian nation, because above all, we must reinvigorate our energy and stimulate work through morality and freedom. (Congresso Agrícola, 1988: 76, em SANTOS; HALLEWELL, 2002).

Paralelamente a tais declarações, posicionamentos como de Coelho Rodrigues Alves, denunciavam outros interesses: “Quem não sabe que a colonização é desde muito o negócio mais lucrativo e talvez o mais criminoso que há na corte, onde à sua sombra têm tomado proporções colossais algumas fortunas particulares [...]” (MELLO, 1999, p.77). A denúncia de Rodrigues Alves evidencia que o debate sobre a hierarquia das raças não é suficiente para explicar os incentivos à imigração no Brasil durante o século XIX. O discurso sobre a diferença entre as raças era legitimado também pelas oportunidades de negócios que surgiam. Assim como o tráfico negreiro gerava grandes fortunas até metade do século XIX (ALENCASTRO, 2008), a imigração não espontânea também resultava em altos lucros para as companhias subvencionadas pelo Estado.

A criação da Sociedade Promotora de Imigração em 1886 e da Hospedaria de Imigrantes em 1887 foi apenas mais um resultado da pressão por organizações que auxiliassem a vinda de imigrantes para o país. A Sociedade Promotora “was similar in concept to the earlier Association to Aid Colonization: a group of private citizens, funded through contracts with the provincial government” (HOLLOWAY, 1980, p.37). No entanto, figuras proeminentes dentro do governo, como o Visconde de Taunay eram críticos do “sistema de São Paulo”, que não oferecia incentivos para os trabalhadores estrangeiros se fixarem no país após o período de trabalho nas fazendas. O senador Taunay era um entusiasta da imigração e acreditava que o imigrante era necessário não somente para suprir a mão de obra escrava, mas para o desenvolvimento nacional. Em seu discurso à Sociedade Central de Imigração, em 1889, Taunay acentua essa preocupação: “em questão de imigração, a repatriação constitui uma ocorrência da maior gravidade. [...] Cada imigrante que sai é um centro de propaganda contra o país” (TAUNAY, 1889, p.17).

O Brasil deveria adotar práticas de atração de estrangeiros que eram aceitas no “mundo civilizado”. Segundo Taunay, a importância do trabalhador europeu se dava pelo seu papel crucial no desenvolvimento das nações do novo mundo:

Nos Estados Unidos, na Republica Argentina, pôde a política ir do pior modo possível, a trancos e barrancos; marchando, porém, mais ou menos regularmente os negócios atinentes a esse grande ramo de serviço, esses países, por isso, e muitas vezes contra os esforços até dos que os dirigem, não param em sua expansão natural. Quereis, Sr. presidente, melhor prova deste acerto, do que no estado quase normal

da Republica do Uruguai? [...] Entretanto, haverá duvida, de que essa pequena nação caminhe cada vez mais acentuadamente e patentes sinais de real prosperidade e engrandecimento? Donde provém eles? Do imenso fator fornecido pela imigração europeia (TAUNAY, 1889, p.8).<sup>64</sup>

A situação na qual o país não apresentava incentivos suficientes para trazer imigrantes de qualidade era o pior dos mundos para Visconde, pois os homens de qualidade saiam do país para “enriquecer os vizinhos” como a Argentina e o Uruguai. O Brasil só conseguiria trazer o imigrante mais pobre, que aceitasse o duro trabalho nas fazendas de café: “Com essa imigração de pobres, de miseráveis europeus, que o nativismo aceita, desprezando-a, nunca, nunca havemos de congregar os elementos para formar-se uma grande nação” (TAUNAY, 1889, p.27). No discurso de Taunay encontra-se implícito a ideia de hierarquia de raças e a necessidade do trabalhador europeu para a “evolução” do país. Outros discursos oficiais tratavam essas questões de modo ainda mais explícito.

O relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897, no qual seu ministro, Joaquim Murinho, futuro ministro da fazenda, critica a ineficiência das políticas industriais protecionistas nacionais, onde “importamos caro aquilo que podíamos produzir barato e produzimos caro aquilo que podíamos importar barato” (RELATÓRIO, 1897, p.XVI), afirma que o progresso industrial dos Estados Unidos não foi resultado exclusivo de seu protecionismo: “Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da America do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande país” (RELATÓRIO, 1897, p. XVII).<sup>65</sup>

Devido à crise do encilhamento e a resultante situação crítica das finanças públicas, Murinho defende a extinção do serviço de imigração efetuado pela União, uma vez que os sacrifícios impostos à Nação não correspondiam ao povoamento do território (RELATÓRIO, 1897, p.XXIV). A imigração subsidiada não estava trazendo residentes fixos, e isso só seria possível com a imigração espontânea, fruto do desenvolvimento do país. A evolução social não poderia ser soberana às finanças públicas, mesmo que Murinho não diminua a importância dos “atributos morais da raça” (RELATÓRIO, 1897, p.XXV):

precisamos do elemento estrangeiros, para povoar o nosso país, para fecundar as nossas riquezas naturais, melhorando as condições de nossa vida material, mesmo para ceder-nos algumas qualidades morais que não possuímos em quantidade suficiente; mas devemos ter sempre em mente que o nosso poder assimilador é fraco e que, si nosso esforço pelo progresso material não for refletido e moderado, a nossa

<sup>64</sup> O Presidente a quem Taunay se refere é o presidente da sessão, o Visconde de Ouro Preto.

<sup>65</sup> Skidmore (1974, p. 62) também chama atenção para essa declaração de Joaquim Murinho.

nacionalidade sofrerá golpes profundos e irreparáveis. (RELATÓRIO, 1897, p.XXV).

A abolição da escravatura tinha quase uma década e as autoridades nacionais permaneciam tratando parte da população como um “incômodo”. Ainda buscavam organizar a sociedade brasileira de modo definitivo e delegavam ao elemento estrangeiro a sua função de panaceia às questões nacionais. Desde a percepção que a oferta de mão de obra seria permanentemente reduzida com a abolição do tráfico, não foi discutida apenas a necessidade de trabalhadores, mas também quais trabalhadores entrariam no Brasil. A redução da oferta de braços foi o principal motivo dos incentivos à imigração, mas é insuficiente para entender porque foram imigrantes europeus que vieram em larga escala para o país.

A preocupação dos políticos e pensadores brasileiros, diferente dos envolvidos diretamente no setor agrícola, era considerada de longo prazo. Enquanto os homens envolvidos com o café, buscavam suprir rapidamente os escravos com equivalentes assalariados, os intelectuais que supostamente estavam preocupados com o futuro da nação, focaram suas atenções no impacto que “raças inferiores” teriam na formação brasileira.

## 5 IMIGRAÇÃO E PODER POLÍTICO

Em um artigo de 1958, Bertram Hutchinson levanta uma questão fundamental para a história da imigração europeia no Novo Mundo: “Can it be shown that immigrants as a whole are significantly different from the domestic population in the ambition they feel, and in their success in achieving it?” Em um debate mais recente, trabalhos como Glaeser et al. (2004) e Rocha, Ferraz e Soares (2010), reformulam esse questionamento, explicitando que capital humano foi o fator mais importante que imigrantes trouxeram ao novo mundo.

A principal dificuldade para se analisar o impacto institucional é, portanto, conseguir controlar diferenças em capital humano. A hipótese central desse capítulo é que transferências governamentais tiveram um papel fundamental no desempenho econômico dos imigrantes no país, principalmente durante o período Imperial. Como afirma Hutchinson (1958), analisar a maior mobilidade social entre imigrantes possui um valor limitado se diferenças em relação as oportunidades de cada grupo social são ignoradas. Como argumenta Frankema (2009), para a América Latina a desigualdade de renda durante o século XIX foi estreitamente relacionada com o mercado de trabalho e a posse desigual da terra, enquanto diferenças subsequentes de capital humano foram mais importantes no século XX. Para a imigração do sul do país, acesso a propriedade privada foi claramente um fator que favoreceu os estrangeiros. Em relação à imigração para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fatores relacionados ao mercado de trabalho tiveram maior impacto.

Entre 1851 e 1920, mais de 3.5 milhões de imigrantes entraram no Brasil. Destes, 39% eram italianos e 29,6% portugueses (SANCHEZ-ALONSO, 2008). Portanto, em relação à política econômica das migrações internacionais, duas questões iniciais são necessárias: (1) Quem ganha e quem perde com a migração? (2) Quem está em uma posição para conseguir influenciá-la? (FOREMAN-PECK, 1992). A resposta a primeira questão, praticamente atemporal, refere-se normalmente a mão de obra não qualificada. No Brasil, isso ocorreu principalmente com a forte entrada de imigrantes que vieram a partir da década de 1880. Além de ocuparem o emprego na lavoura, até a década de 1920, “imigrantes e seus descendentes representavam a maior parte da classe operária em São Paulo e Santos, e uma grande porcentagem dela no Rio de Janeiro” (TRENTO, 1989, p.134). O fato de muitos empresários serem de origem estrangeira era um fator que auxiliava o emprego em certos setores.

É importante separar os diferentes tipos de imigrantes. A existência de empresas com proprietários de origem estrangeira no início do século XX, principalmente em São Paulo, levou à interpretação do imigrante de origem modesta e trabalhadora transpondo o marasmo da economia nacional e atingindo alta mobilidade social. Ideia defendida, por exemplo, por Caio Prado em *História Econômica do Brasil* e refutada posteriormente por Warren Dean, o qual demonstrou que imigrantes donos de indústrias não se confundiam com a grande massa de estrangeiros pobres (SILVA, 1976). A existência de estrangeiros que vieram ao Brasil para investir era um fenômeno generalizado, mesmo em províncias sem grande presença de imigrantes. Durante o século XIX, algumas das maiores casas exportadoras de Salvador eram de propriedade de estrangeiros: “The European importers depended on the Bahian exporters for access to the much valued Bahian tobacco, and the regional tobacco elite successfully defended their position until the First World War” (BAUD; KOONINGS, 1999, p.327).

A divisão entre imigrantes pobres e homens de negócio não implica na ausência de mobilidade social entre os primeiros. Segundo Hutchinson (1958), a mobilidade social para os imigrantes que chegaram a partir da década de 1890 em São Paulo foi maior que a população nacional. Contudo essa análise é limitada porque ignora o conjunto de oportunidades disponíveis entre os grupos. A maioria dos imigrantes de baixa renda não teria conseguido obter mobilidade social se não existissem novas oportunidades criadas pelo crescimento econômico da cidade decorrente das rendas do café. Os brasileiros não descendentes de estrangeiros também obtiveram ascensão social decorrente desse *boom* exportador, e de acordo com Hutchinson (1959, p.117), “higher mobility rate among the immigrant groups was almost entirely supported by the emergence of new positions.”

Essa mobilidade era o objetivo principal do grande fluxo de migrantes durante o século XIX. Imigrantes de baixa renda deixaram países com oferta de trabalho limitada e baixos níveis de renda e foram para países com escassez de trabalhadores e melhor padrão de vida. No entanto, taxas de emigração não eram maiores nos países mais pobres, onde a população teria maiores incentivos para emigrar. Segundo Hatton e Williamson (1994, p.535): “emigration responded systematically to real wage gaps between home and broad and that these effects were sometimes offset and sometimes reinforced by direct demographic influences and, more weakly, by the changing level of industrialization.”

A população de países com níveis de renda muito baixos normalmente encontravam-se em uma “armadilha da pobreza”, não tendo recursos para emigrar. Com o início da

industrialização em países periféricos da Europa, a restrição orçamentária foi reduzida, gerando um aumento nas taxas de emigração. A medida que os salários nos países de origem continuavam a crescer, o impulso inicial na exportação de trabalhadores ia enfraquecendo. As diferentes nacionalidades que migraram para o Brasil se relacionam diretamente a questões de oferta. Enquanto as taxas de emigração na Alemanha começaram a cair a partir de 1880, devido ao aumento da renda nacional, as Italianas aumentaram nesse período e se mantiveram elevadas até a 1ª guerra mundial (HATTON, 2010).

Com o objetivo de trazer estrangeiros que não teriam escolha senão trabalhar na lavoura, o governo brasileiro pode ter trazido os mais pobres entre aqueles que tinham condições para emigrar. Além disso, Sanches-Alonso (2008, p.408) argumenta que “[...] Argentine immigration officials frequently complained of the low quality and extreme backwardness of European immigrants reemigrating to Buenos Aires from Brazilian ports.” Andrews (1988) cita cafeicultores da região de São Paulo nos primeiros anos da República afirmando que imigrantes com dinheiro não eram desejados. Portanto, caracterizações como esta normalmente remetem a pessoas pobres e com baixos níveis educacionais.

Segundo Stolz e Baten (2011), a seleção positiva ou negativa de imigrantes dependia do prêmio que o país destino oferecia em termos de habilidades e o nível de desigualdade do país que ofertava e o que recebia o trabalhador. A literatura sobre migrações argumenta que a maioria dos imigrantes seria selecionada positivamente, por ter maior propensão a riscos, espírito empresarial e motivação (HATTON, 2010). O fato que a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil durante 1850 e 1914 necessitou de auxílio governamental, levanta algumas questões sobre se tal assertiva teria sido válida. Stolz, Baten e Botelho (2011) apresentam evidência que, exceto pelos Libaneses, todos os grupos de imigrantes que vieram para o Brasil apresentaram índices maiores de alfabetização que a população nacional.<sup>66</sup> Alguns grupos, como os Italianos, vieram de regiões com maiores taxas de alfabetização e industrialização, enquanto os emigrantes da região sul foram predominantemente para os Estados Unidos (HATTON, 2010). Leff (1971), no entanto, argumenta que apesar dos imigrantes provavelmente terem maiores índices de alfabetização, isto não foi um fator crucial para o papel que estes tiveram para o desenvolvimento das regiões brasileiras. Vindo da parte sul da Europa, e não de países Europeus mais avançados tecnologicamente, a imigração para o Brasil não teria contribuído como nos Estados Unidos para o aumento do estoque de capital

---

<sup>66</sup> Os autores usam uma *proxy* para capital humano conhecida como *numeracy*. Ver mais em A’Hearn, Baten, Crayen, (2010).

humano. Segundo o autor, o maior efeito sobre a imigração em larga escala foi a pressão para a redução nos salários.

Outro fator que criava incentivos para a emigração era o estoque de conterrâneos no país de destino. Com o aumento desse estoque, as limitações financeiras para migrar eram reduzidas pelas redes de contato que se formavam. Hatton e Williamson (1994) demonstram que para a Europa durante o período de 1850 até a primeira Guerra Mundial, apesar de a grande maioria de migrantes serem de indivíduos solteiros, sem qualificação e que não receberam auxílios governamentais para cruzar o Atlântico, muitos foram auxiliados por amigos e familiares que estavam residindo no país de destino. Outros estudos, como de Hatton e Leigh (2007) também argumentam que imigrantes se inserem em uma sociedade como parte de uma comunidade, não somente como indivíduos. Portanto, resultados econômicos para imigrantes dependem não apenas de suas características, mas também das redes sociais e econômicas de seus conterrâneos.

Em relação ao Brasil, o maior poder de atração de mão de obra por outros países resultou em políticas com o objetivo explícito de criar incentivos para a atração de trabalhadores europeus. Segundo a Gazeta de Campinas, de 20 de fevereiro de 1870, o Brasil "possui o melhor clima do mundo, quase todos os minerais preciosos, e um solo de prodigiosa fecundidade, mas não tem população e por isso é pobre" (HALL; STOLCKE, 1983, p.103). Essa visão era disseminada na sociedade brasileira, sendo encontrada frequentemente em relatórios do Império e das províncias que receberam estrangeiros, e levou a uma série de projetos com o objetivo de apresentar o Brasil como um país que oferecia oportunidades aos Europeus.

### **5.1 Leis, Poder Político e Imigrantes**

Até 1850, a ausência de meios legais que garantissem títulos de propriedade privada gerava uma série de problemas para a monarquia brasileira. Não possuindo legislação definida sobre a ocupação de terras públicas, a ocupação por posse criava tensões que diminuía a autoridade do governo. Outra razão que gerava demandas por uma lei de terras eram os projetos iniciais de transporte de imigrantes para trabalharem nas fazendas do Vale do Paraíba. Com a pressão britânica pelo fim do tráfico atingindo contornos bélicos, a redução na oferta de trabalhadores era um assunto recorrente no Império. Com isso, fazendeiros e o poder público eram favoráveis ao fim das ocupações de terras públicas: "any immigration scheme

must force the Europeans to contract their labor to them rather than expend it on their own land in the West” (DEAN, 1971, p.613).

Como o objetivo era ter uma oferta de trabalhadores que ficassem presos às plantações através de um sistema próximo a vassalagem, as terras da coroa só poderiam ser alienadas mediante pagamento. Os imigrantes não teriam acesso à compra de terras devido ao seu alto custo. O primeiro projeto remetendo essas questões foi analisado em 1843, quando a lei foi submetida ao Senado. No entanto, devido à sucessão de governos liberais que eram contra o projeto, a lei de terras retornou para análise somente ao final de 1849 (DEAN, 1971). A lei de 1850, com a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, previa que as receitas das vendas e das taxas de registro seriam empregadas na demarcação das terras públicas e na importação de “colonos livres” (COSTA, 1998).

Com o discurso que a imigração europeia seria a salvação na redução na mão de obra, onde os Estados Unidos deveriam ser tomados como modelo à atração de imigrantes, a primeira tentativa de aumentar a oferta de trabalhadores foi com o chamado sistema de parceria, onde diferente dos núcleos de colonização no sul do país, visava à substituição da mão de obra escrava.<sup>67</sup> Capitaneado pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, ao longo da década de 1840, ocorreram vários projetos envolvendo o custeio do transporte de trabalhadores europeus, sempre recebendo apoio financeiro de alguma esfera do governo imperial. Os custos, dos portos europeus até as fazendas, eram parte de um adiantamento que deveria ser pago com juros pelos imigrantes através do cultivo do café (DEAN, 1976). Tal modelo de contrato era apresentado aos fazendeiros como a forma mais apropriada para substituir o trabalho escravo, devido ao menor custo em comparação com o trabalho assalariado (HALL; STOLCKE, 1983).

O descontentamento com o sistema não tardou a se manifestar, não somente por parte dos contratados como também pelos contratantes. O motivo, contudo, era semelhante; os imigrantes não queriam ser apenas a substituição da mão de obra escrava, ou seja, não queriam ser assalariados escravizados dentro de um novo sistema. Para os fazendeiros, os estrangeiros eram indisciplinados, desordeiros e avessos ao trabalho. Os imigrantes, por sua

---

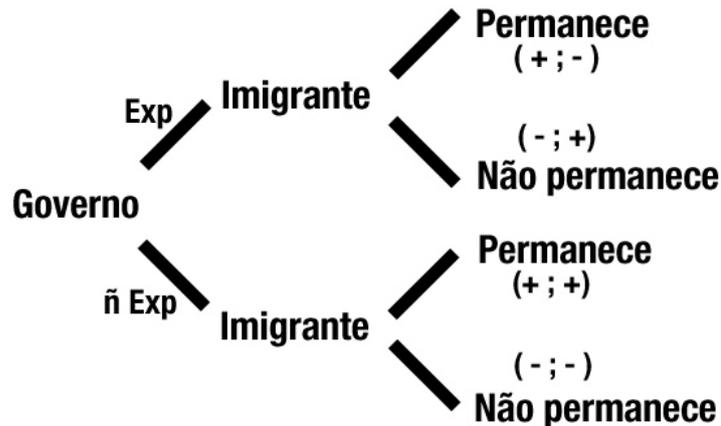
<sup>67</sup> É necessário esclarecer que o primeiro transporte de imigrantes, envolvendo portugueses em 1841, não era chamado de sistema de parceria. Esta experiência foi um fracasso, onde das setenta famílias que foram transportadas para fazendas de café apenas sete permaneciam em 1847 (DEAN, 1976, p.90). O sistema de parceria foi utilizado com a vinda de alemães em 1847, com o formato do contrato alterado para oferecer melhores incentivos aos estrangeiros.

vez, queixavam-se das dívidas impagáveis a que eram submetidos e a ausência de meios legais para que pudessem se defender dos abusos sofridos, deixando como única opção o abandono das fazendas (COSTA, 1997).

Após greves e revoltas em 1856 e 1857, o sistema foi sepultado. O conflito em algumas fazendas teve que ser mediado através dos consulados presentes no país, que começaram a efetuar investigações sobre as condições dos trabalhadores estrangeiros. O comissário suíço J. C. Heusser foi enviado ao Brasil nesse período, e seu relatório provocou reação imediata nos países europeus, que procuraram barrar o recrutamento da sua população pelo governo brasileiro (DEAN, 1974). Segundo relatório do Ministério da Agricultura, “a ruína do sistema de parceria levantou na Europa, principalmente na Suíça, uma cruzada contra a colonização no Brasil” (AGRICULTURA, 1861, p.21). A crítica em relação às condições as quais os imigrantes eram submetidos também repercutiu em Portugal, e houve uma queda na estrada de Portugueses a partir de 1860. Segundo Hall e Stolcke (1983, p.83), os fazendeiros cometeram um sério equívoco: “Eles não contavam com os meios empregados pelos imigrantes para resistir contra o que consideravam imposições e condições contratuais injustas.”

O reconhecimento da necessidade de formas alternativas de prover de braços a grande lavoura, tornava urgente a regularização do sistema de pequena propriedade, onde os colonos trabalhariam nas fazendas com a expectativa de reunir capital suficiente para dedicar-se ao próprio serviço. Foram criadas 43 colônias sob o sistema de parceria na província São Paulo entre 1846 e 1860, onde 39 foram extintas e quatro permaneceram após a suspensão do sistema, adotando o regime de salário fixo (GROSSI, 1914). Apesar da tentativa de alguns fazendeiros de transformar os imigrantes em “escravos assalariados”, estes tinham algo que os escravizados de fato não tinham: poder político. A possibilidade de recorrer à ajuda externa, através de consulados ou contato com a terra natal que criasse pressão política sobre o governo brasileiro, estabeleceu os limites do sistema de parceria e delineou as possibilidades de futuros contratos com trabalhadores estrangeiros. Conforme o diagrama a seguir, a relação entre o governo - aqui tendo objetivo igual aos fazendeiros de café - e os imigrantes era decorrente de expectativas de tratamento e a reação por parte dos estrangeiros.

Quadro 5.1 Sistema de Incentivos em Relação à Imigração



Fonte: Elaborado pelo autor.

O retorno (*payoff*) máximo do governo viria com a exploração dos trabalhadores estrangeiros (Exp). Isso possibilitaria a maior produção com o menor custo em mão de obra. Se o governo explorasse e os imigrantes permanecessem no trabalho, o retorno do governo seria máximo e dos imigrantes mínimo. No entanto, diferentemente da mão de obra nacional – livre e escrava – existiam dois fatores que impediam uma exploração contínua dos imigrantes. A existência de destinos alternativos ao Brasil, como Argentina, Austrália e Estados Unidos, e a intervenção dos países de origem dos trabalhadores.

Em vários momentos ao longo da segunda metade do século XIX países europeus tentaram barrar a migração de sua população para o Brasil, não somente devido às condições oferecidas aos trabalhadores como também a questões geopolíticas. Como exemplo, o governo brasileiro citou que, em 1861, a Áustria fazia esforços para povoar e colonizar a Hungria, realizando investimentos em indústria e vias férreas para atrair trabalhadores com salários superiores aos da lavoura (AGRICULTURA..., 1861, p.22). Diante destes fatos, o governo teria que oferecer incentivos para atrair mão de obra, pois se decidisse explorar os imigrantes, estes não iriam permanecer. A não permanência dos imigrantes nas fazendas teria um retorno positivo para os mesmos, pois assim não seriam explorados. No entanto, o *payoff* máximo para os imigrantes, dado o seu objetivo, era permanecer nas fazendas e não serem explorados. A existência de fatores exógenos que delegavam certo poder político aos imigrantes limitou à ação do governo. Com isso, a melhor opção de longo prazo ajustou-se em não explorar os estrangeiros para que estes permanecessem.

Conforme explicitado anteriormente, a necessidade de oferecer incentivos aos imigrantes também ocorria pela competição internacional pela mão de obra europeia. Existia

o reconhecimento do próprio governo que o país não podia competir com o poder de atração da Argentina e Estados Unidos. Além disso, a política de terras desses países era pontuada como um importante fator de atração de estrangeiros:

Se os Estados Unidos, apesar de não terem concorrência, e de serem favorecidos por muitas, e extraordinárias circunstâncias, que não vos são desconhecidas, só viram avultar o número de seus emigrantes dezenas de anos depois de decretada a sua lei de medição, demarcação e venda de terras, e depois de feitos contratos onerosos com algumas companhias; não se deve estranhar que seja ainda tão fraca a emigração a o nosso país, quando são apenas decorridos sete anos depois de posta em execução a nossa lei de terras [...] (AGRICULTURA, 1861, p.17).

Apesar do número de imigrantes ter aumentado nos EUA após a sua lei de terras, o relatório do Ministério da Agricultura omite a informação que a imigração para a América do Norte era muito superior a qualquer outra nação em décadas anteriores. A tabela 5.1 demonstra a média anual de entrada de imigrantes durante três décadas para o Brasil e os Estados Unidos. Percebe-se que Brasil recebeu apenas um pequeno número de imigrantes antes da década de 1850, com maior número durante a década de 1820, decorrente da vinda da Família Real para o país e de alguns programas de formação de colônias.

**Tabela 5.1 Entrada de Imigrantes no Brasil e nos Estados Unidos. 1820 – 1850 (Médias Anuais)**

Anos	Brasil	EUA
1820 – 1829	911	12.850
1830 – 1839	257	53.838
1840 – 1849	499	142.734

Fonte: Willcox; Ferenczi (1929).

O fluxo populacional para os Estados Unidos foi tão intenso que no início da década de 1850 ocorriam protestos por parte da população nativa resultante da concorrência no mercado de trabalho por parte dos imigrantes. A redução nos salários e aumentos no preço das moradias gerava confrontos também no mercado de mão de obra qualificada, como mecânicos e donos de pequenos negócios. Resultado esperado do aumento da oferta de trabalho, reclamações sobre a “baixa qualidade dos imigrantes” vinham acompanhados de discursos sobre limitar a entrada de estrangeiros no país. Surtos de doenças, como a epidemia de cólera entre 1848 e 1850, que foi transportada por imigrantes alemães, reforçavam a demanda pelo controle migratório (FOGEL, 1989).

As tentativas de expansão territorial para o oeste norte-americano levaram ao primeiro projeto da lei de terras por parte do partido democrata em 1854, que acabou sendo barrado no Senado. A oposição vinha de estados nortistas como a Nova Inglaterra, Nova York e

Pensilvânia, sob o pressuposto que projetos que oferecessem terra barata iriam prejudicar os interesses manufatureiros, comerciais e de proprietários de terras no norte do país (FOGEL, 1989).<sup>68</sup> No entanto, como os imigrantes se estabeleciam majoritariamente em estados não escravocratas, sindicatos de trabalhadores e boa parte dos jornais nesses estados eram a favor de políticas que oferecessem terras gratuitas a colonizadores, o que gerou uma pressão pública para o *Homestead Act* de 1864.<sup>69</sup>

Devido à esta competição, a Lei de Terras brasileira de 1850 continha uma série de incentivos à atração de imigrantes que não existiam no projeto de 1843. Além de reduzir substancialmente o lance mínimo dos leilões das terras públicas, estabelecia vantagens para a pequena propriedade e colonização por europeus, incluindo um fundo de 200.000\$000 mil-réis para subsidiar a imigração. Ao final do Império, a Coroa tinha distribuído grandes áreas nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para as companhias colonizadoras (DEAN, 1971). Com a garantia dos títulos de propriedade, as companhias colonizadoras contribuíram para o rápido aumento na entrada de imigrantes a partir de 1850, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

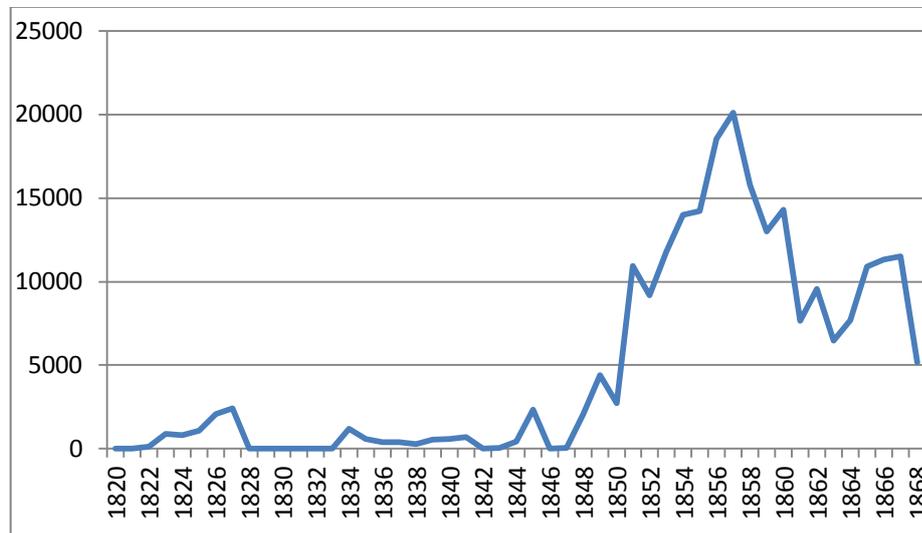


Gráfico 5.1: Imigração para o Brasil: 1822 a 1870.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Willcox; Ferenczi (1929)

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura de 1861, a lei de terras era reconhecida como uma medida de atração de europeus, decorrente não somente da forte concorrência global por mão de obra como também das frequentes críticas às condições que os estrangeiros encontravam no país:

<sup>68</sup> A oposição veio por parte dos Whigs, que posteriormente foram incorporados ao partido Republicano.

<sup>69</sup> O *Homestead Act* de 1862 doava terra a todos os que desejassem nela se instalar (COSTA, 1998, p.183).

[...] contrariado tem sido o Brasil por concorrentes tão fortes, como a Inglaterra, que emprega grossos cabedais no transporte de europeus para suas colônias da Austrália; como a França, que não poupa sacrifícios e esforços para povoar as suas possessões na Argélia; como os próprios Estados Unidos, cujos armadores têm lançado na Alemanha, e em outros países, vasta rede para apreender, e ali introduzir novos hospedes. [...] tratam de persuadi-los a emigrar para qualquer país novo, que não o Brasil, que figuram como inóspito, e habitado por bárbaros desmoralizados (AGRICULTURA, 1861, p.17).

O investimento na prosperidade das colônias era fundamental para a comunicação de seus habitantes para parentes e amigos residentes na Europa. A preocupação com a imagem no Brasil ficava evidente quando ocorriam episódios em que os colonos abandonavam os lotes, muitas vezes devido à pressão dos consulados: eram realizadas investigações para averiguar quebra de contrato por parte do contratante (AGRICULTURA, 1961, ANEXO D, p.33). O sistema da pequena propriedade seria a única forma de atrair para o Brasil uma quantidade satisfatória de imigrantes, limitada somente pela oferta de lotes para a agricultura: “As colônias existentes, que se acham a cargo do governo, pretende-se dar o maior desenvolvimento compatível com os recursos que facultardes, tornando-se assim poderosos centros de atração de braços laboriosos e de capitais” (AGRICULTURA, 1861, p.19).

No entanto, sem o acesso a terra por meio das colônias, o governo brasileiro não oferecia terras públicas em pequenos lotes e com termos creditícios favoráveis para pequenos proprietários, o que criava uma política claramente contrária à população nacional sem recursos.<sup>70</sup> O debate governamental entre aqueles que defendiam políticas imigratórias com o objetivo de povoar o país e os que necessitavam de mão de obra para substituir os escravos fica evidente na distribuição regional das colônias. Até a década de 1860, em áreas como a da zona cafeeira, fazendeiros discutiam a reposição da mão de obra em termos de transporte de estrangeiros sob um sistema que prendia o trabalhador as plantações. A grande oferta de escravos até essa década impossibilitava a troca da força de trabalho devido ao custo salarial superior dos imigrantes (LEFF, 1972).

Apesar das reclamações por parte do governo sobre a qualidade dos imigrantes, alguns fatores impossibilitavam a atração às terras nacionais apenas via salário. Mesmo o poder de atração de outros países serem citados como fatores que criavam a necessidade de políticas que subsidiassem a vinda dos imigrantes (HOLLOWAY, 1980; STOLZ, BATEN, BOTELHO, 2011), o Gráfico 5.2 demonstra que a maior parte dos migrantes para o Brasil na década de 1850 eram portugueses, que segundo os dados de Willcox e Ferenczi (1929), não emigraram em grande número para outros países. Os alemães, no entanto, segunda etnia em

<sup>70</sup> Existiam brasileiros em algumas colônias, mas os estrangeiros eram maioria.

número de entrantes, tinham grande presença nos Estados Unidos e estavam submetidos a fatores de competição.

Mesmo com essas diferenças regionais, diferenças salariais demonstram a dificuldade de o Brasil atrair trabalhadores apenas via salário. De acordo com os dados de Maddison (2003), o PIB per capita dos dois países com maior participação de imigrantes durante o período, Alemanha e Portugal, era de \$1428 e \$923 respectivamente, enquanto o brasileiro era de apenas \$686.<sup>71</sup> Os EUA, país com maior atração demográfica, tinha o PIB per capita de \$1820.

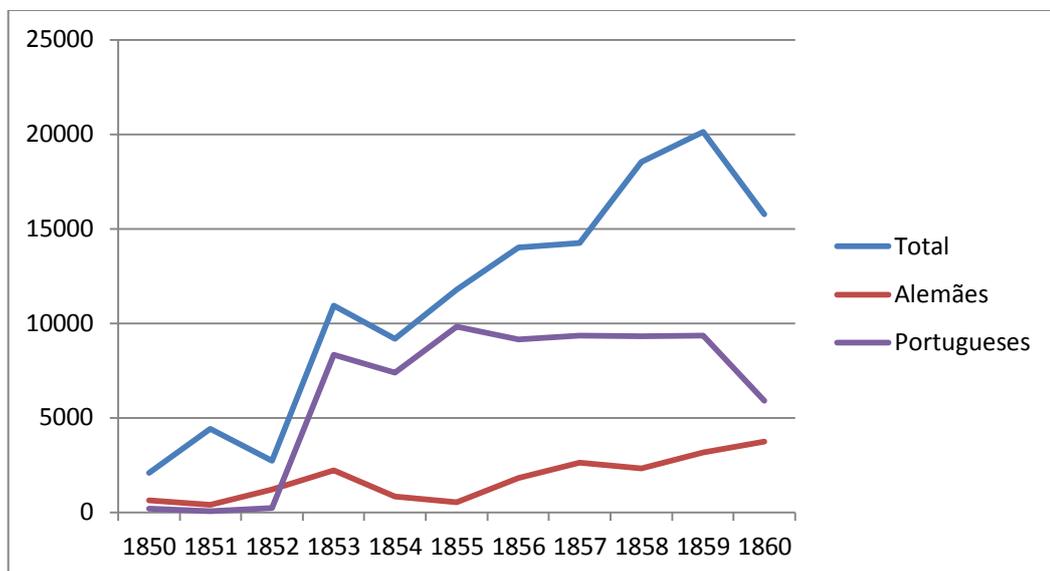


Gráfico 5.2: Imigração no Brasil durante a década de 1850.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Willcox; Ferenczi (1929)

O declínio do sistema de parceria ao final da década de 1850 e os debates sobre a lei do Ventre Livre estabeleceram novas regras para a imigração, que teve seu marco em 1864 com a Agência Oficial de Colonização. Com o estabelecimento de algumas colônias no sul do país, em 1867 aproximadamente 130.000 alemães e descendentes moravam no país, principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (MOREIRA, 1875). De acordo com os dados de Willcox (1929), 210.056 imigrantes alemães tinham registrado entrada nos portos nacionais entre 1820 e 1867. No entanto, em 1870 o Brasil possuía 9.797.000 pessoas (Maddison, 2008), portanto, os alemães representavam apenas 1,32% da população brasileira.

O crescente interesse do governo em atrair estrangeiros levou à criação de documentos com informações para imigrantes. Entre estes, encontra-se uma publicação de 1872, chamada “Indicações Agrícolas para os Emigrantes que se dirigirem ao Brasil.” Nele, o seu autor, Dr.

<sup>71</sup> Os dados de Maddison são em dólares Geary-Khamis de 1990.

Nicolau Joaquim Moreira, médico e político entusiasta da imigração europeia, que iria participar do movimento abolicionista ao lado de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco (LIMA, 2005, p.42), defende a política de governo da fundação de grandes núcleos coloniais no interior das províncias e de pequenas culturas próximas às áreas urbanas. O documento ressalta a escassa e esparsa população nacional, a falta de capitais disponíveis ao comércio, ausência de instrução profissional aos trabalhadores, dificuldade de comunicação e as grandes somas de extensões de terras não cultivadas como uma trava ao progresso nacional. Como forma de solucionar estas questões, caberia à iniciativa privada em conjunto com o governo promover a introdução de imigrantes “amigos do trabalho” para que fosse possível a “mais profunda reforma do nosso antigo sistema agrícola e manufatureiro” (MOREIRA, 1875, p.7-9).

O debate referia-se ao regulamento para as colônias no Império, aprovado pelo decreto n.3784 de 19 de Janeiro de 1867.<sup>72</sup> Esse decreto era uma atualização da lei de 1854, que determinava o tamanho e preços dos lotes rurais e urbanos. O pagamento poderia ser efetuado em cinco prestações, a partir do fim do segundo ano de estabelecimento. Os colonos que efetuassem o pagamento parcelado só recebiam o título definitivo de propriedade ao final do pagamento. Além disso, segundo o artigo 12, passado os dois anos de prazo à primeira parcela, aqueles que não tivessem estabelecido “moradia habitual” e cultura efetiva perderiam o direito ao lote, que seria vendido em leilão público.

Devido à diferença dos custos do transporte marítimo, o governo brasileiro pagava a diferença entre o preço da passagem para os Estados Unidos e oferecia habitação até o estabelecimento permanente dos estrangeiros (DADOS...,1875). Ao receber seu lote, o imigrante também recebia sementes para as primeiras plantações e o auxílio gratuito de 20\$000, com donativo de igual quantia por pessoa entre 10 e 50 anos (Art. 30).<sup>73</sup> Somente quando as colônias tivessem mais de 500 habitantes era aplicado um imposto de até 5% nos salários dos colonos empregados em obras locais (Art. 35). Eles também podiam enviar qualquer quantia para fora do país, sem despesas adicionais.

De acordo com outro documento do período, do Ministério dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, de 1875, com esclarecimentos para

---

<sup>72</sup> O texto completo do Decreto encontra-se em IOTTI (2001, p.297-303).

<sup>73</sup> Em outro documento para imigrantes, a quantia de 20\$000, assim como sementes, instrumentos e casa provisória constam como adiantamentos que seriam inscritos na caderneta do colono para serem pagos posteriormente (DADOS..., 1875, p.111).

estrangeiros por parte da província do Paraná, o salário de um trabalhador rural na zona marítima e no planalto de Curitiba, áreas onde o salário era mais alto, era de 1\$300 a 2\$000 por dia, com o desconto de 300 a 400 Réis quando recebiam alimentação (DADOS..., 1875). Efetuando-se um cálculo simples do custo para um trabalhador sem família e sem nenhum recurso inicial, tendo que financiar em parcelas um terreno pequeno, com o valor máximo de oito réis por braça quadrada e recebendo o salário mínimo, ou seja, a situação mais custosa para um pequeno lote. Com o adicional de 20% resultante do pagamento parcelado, o terreno rural pequeno custava 300\$000, com a primeira parcela após dois anos. Recebendo 1\$300 ao dia e pagando 400 Réis para alimentação, seriam necessários 333 dias para o pagamento do terreno. Com cinco dias de descanso ao mês, em pouco mais de 1 ano o colono teria recursos para pagar o terreno, ou seja, antes da primeira parcela.

**Tabela 5.2: Colônias Existentes no Brasil em 1875**

Província	Colônias do Governo	Colônias das Províncias	Colônias de Particulares	Total	População
Pará	1	1	1	3	237
Bahia	1	2	-	3	1.941
Paraná	1	4	3	8	3.138
Espírito Santo	3	-	1	4	7.297
Minas Gerais	1	-	1	2	2.020
Rio de Janeiro	1	-	-	1	409
Sta. Catarina	2	1	1	4	19.856
Pernambuco	-	2	-	2	900
Amazonas	-	2	-	2	?
São Paulo	-	-	1	1	2.142
R.G. do Sul	1	5	4	10	10.552
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>52</b>	<b>48.483</b>

Fonte: Grossi, 1914, p.187.

Sobre as colônias financiadas pelo governo Imperial, as maiores eram Santa Maria da Soledade (RS), com 2.187 habitantes de diversas nacionalidades, S. Leopoldina (ES) com 5.000 habitantes alemães e Itajaí, Blumenau e Dona Francisca em Santa Catarina, respectivamente com 2.871, 7.621 e 7.860 habitantes de nacionalidade alemã. Entre 1820 e 1875, várias formas de contrato agrário foram realizadas além do malfadado sistema de parceria, como contratos de locação, acordos baseados somente em salários e o sistema colonial de pequena propriedade. Exemplo de contrato de locação refere-se ao da Companhia Brazilian-Coffee-States, de 1872, que se responsabilizou em introduzir 5000 imigrantes em um prazo de quatro anos. A companhia deveria conceder a cada família gratuitamente por quadro anos uma casa de 31,62 metros quadrados, quatro acres de terra (16,184 m<sup>2</sup>), uma plantação de café ou algodão cuja colheita deveria ser vendida à empresa por um preço fixado

pelo governo. Depois de quatro anos cada família deveria pagar um aluguel com preço máximo de 100\$000 ao ano. Também existia a possibilidade dos imigrantes comprarem o terreno, junto com a casa e plantações por um preço máximo de 600\$000 (MARCHESINI, 1877).

Outro exemplo refere-se à colônia Nova Louzã na província de São Paulo, de propriedade do Senhor Carvalho Montenegro no município de Mogi Mirim. Esta tinha 100 habitantes portugueses, que cultivavam café e cereais sob um contrato de salário fixo. Homens recebiam no primeiro ano 14\$000 mil-réis mensais com alimentação e habitação e 18\$000 a partir do segundo. Para as mulheres o salário era de 8\$000 mensais.<sup>74</sup> Segundo fontes oficiais, entre 1867 e 1875, os imigrantes haviam enviado a Portugal aproximadamente 14.788\$732 mil-réis (MARCHESINI, 1877).

Dentro os modelos, as colônias patrocinadas pelo Estado foram mais bem sucedidas que as organizadas pelas províncias e pela iniciativa privada. O Estado entre 1820 e 1875 criou 31 colônias, com o registro de 62.375 habitantes, onde dez se emanciparam, nove se extinguíram e 12 permaneceram. Dentre as colônias emancipadas, São Leopoldo (RS) tinha a maior população, com 22.729 habitantes. As províncias patrocinaram vinte colônias totalizando 15.629 habitantes, ocorrendo quatro emancipações e apenas uma se extinguiu. Em relação a projetos particulares, foram criadas 93 colônias com 22.998 habitantes, onde uma foi emancipada e 67 fracassaram (GROSSI, 1914).

Em relação às colônias particulares, os projetos geravam grande retorno financeiro devido aos incentivos oferecidos pelo governo. O objetivo do governo era trazer a maior quantidade de trabalhadores “laboriosos e moralizados” e oferecia contratos aos empresários com um valor determinado por uma quantidade fixa de imigrantes. A preferência por determinados tipos de colonos devia-se à maior probabilidade de êxito da colônia se fossem selecionados estrangeiros que tivessem conhecimento de atividades rurais, viessem em núcleos familiares e tivessem alguma renda. Pessoas que morassem em áreas urbanas nos países europeus provavelmente não se estabeleceriam nas colônias e iriam para as cidades, assim como pessoas sem família, que poderiam abandonar os núcleos coloniais com maior facilidade. Em relação à renda, os imigrantes alemães eram utilizados como exemplo, pois a

---

<sup>74</sup> Os valores em Liras eram: 51 liras e 12 centésimos; 39 liras e 76 centésimos; 22 liras e 72 centésimos; 42.000 francos. Após 1865, o valor da Lira se igualou ao Franco Francês, Belga e Suíço devido à União Monetária Latina. A taxa utilizada foi de 2.84 francos por 1\$000 mil-réis (MARCHESINI, 1875, p.38).

maioria chegou ao país com algum capital, o que aumentava a probabilidade de maior investimento nas colônias e de menor custo para os cofres públicos.

Os agentes que recrutavam pessoas na Europa tinham uma cota de imigrantes e um valor fixo a receber. A seleção de imigrantes dentro dos padrões solicitados pelo governo envolvia custos que diminuïram o lucro do agente, dado que quanto menor o tempo recrutando a quantidade fixada de imigrantes, maior quantidade de contratos seria possível. O governo reconhecia que era “difícil, senão impossível, a fiscalização” (AGRICULTURA, 1877, p. 406), o que oferecia incentivos para não selecionar da melhor forma os imigrantes, havendo registros de reclamações por estrangeiros que foram enganados pelos agentes com falsas promessas (GROSSI, 1915). Sendo um sistema ineficiente, o alto custo aos cofres do governo determinou o enfraquecimento dos projetos de colônias organizadas por particulares.

Uma interessante análise contemporânea acerca das colônias no Brasil se encontra no livro do italiano G. B. Marchesini, “O Brasil e suas Colônias Agrícolas” de 1877. Para o autor, “homens migravam para fugir da miséria”, e maior atenção a aspectos econômicos eram necessários para se evitarem juïzos inexatos acerca dos fatores que impulsionavam as migrações. As primeiras colônias brasileiras eram usadas como exemplo de prática a ser evitada: por serem muito dispersas, impossibilitavam um maior convívio social. A distância dificultava o acesso a mercados e resultava em prejuízo para o colono tanto como produtor como consumidor. As colônias pós-lei de 1867 teriam resolvido parcialmente este problema com melhorias nos meios de comunicação, devido à fundação de colônias próximas as ferrovias e rios navegáveis (MARCHESINI, 1877).

Segundo Marchesini, a ausência de vida independente do governo era o maior defeito das colônias brasileiras. Os imigrantes, recebendo uma série de incentivos do Estado, “precisavam de tudo”, e na ausência da ajuda, “*tutto andrebbe a rovina*”. A caracterização dos imigrantes como pouco dispostos ao trabalho era uma reclamação recorrente nos relatórios ministeriais da década de 1870. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura de 1876, apesar da colonização ser um “fato social complexo”, o projeto de atração de mão de obra europeia não deveria se tornar em um sistema de providências sem limites por parte do governo:

[...] a começar pelo pagamento da passagem do imigrante, dele se apodera, estabelece-o em terras que lhe franqueia o título de venda, quase nominal, atentas a modicidade do preço e prazos concedidos, alimenta-o, fornece-lhe casa para habitação, dá-lhe instrumentos aratórios, sementes, etc.; de tal sorte

que anula de todo a energia individual do colono, assim convertido em verdadeiro pensionista do Estado (AGRICULTURA, 1877, p.406).

As críticas aos gastos excessivos com imigrantes era reforçada pelo período de depressão econômica durante a segunda metade da década de 1870, principalmente nas províncias do nordeste (GOLDSMITH, 1986). Tendo financiado déficits recorrentes das províncias do sul até o final da década de 1860, a região nordeste do Brasil não conseguiu manter sua posição fiscal na década seguinte, sendo atingida pela baixa no preço do algodão. Os programas de imigração eram uma das principais causas dos déficits nas províncias do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio grande do Sul e a depressão econômica que se iniciou em 1873, em conjunto com a grande seca de 1877-79, “lançou a pá de cal nas finanças provinciais” (MELLO, 1999, p 251-54).

## **5.2 O Custo das Colônias no Sul do Brasil**

Diferente dos projetos de atração de estrangeiros para a região do café, o objetivo por parte do governo para a formação de colônias no sul do país era ocupar áreas com potencial para a agricultura. No caso do Rio Grande do Sul, segundo o Relatório Provincial de 1854, o motivo da existência de terras não ocupadas era claro:

Por que, porém, jazem a maior parte dessas terras incultas, e sem vida os rios que as regam? Porque havia na Província uma indústria mais fácil em seu custeio e mais rica em seus lucros, que absorvia todas as forças da população, essa indústria era a criação do gado [...] Com a redução da indústria pastoril e o aumento do valor dos produtos da terra a profissão agrícola abre-se com uma perspectiva de um futuro brilhante (RELATÓRIO..., 1854, p.24).

O sistema de imigração utilizado nas regiões centrais do país não era necessário no Rio Grande do Sul porque a indústria pastoril não demandava grande número de trabalhadores. Com terras disponíveis e não ocorrendo a possibilidade do principal setor da província atrair os trabalhadores europeus, o estabelecimento de colônias agrícolas serviria para aumentar a renda da província através do imposto de exportação dos produtos agrícolas. Essa realidade era muito semelhante ao argumento de Engerman e Sokoloff (2008), no qual as elites oferecem incentivos econômicos e abertura política quando é necessário atrair um fator escasso como o trabalho. Com a decadência anunciada da indústria do charque, que por ser um alimento de baixa qualidade tinha “pouca extensão do consumo” (RELATÓRIO... 1864, p.62), existia a necessidade de diversificar a produção e conseqüentemente, as fontes de renda. Criar incentivos para a vinda de imigrantes através de colônias agrícolas era considerada a melhor forma de aumentar a população livre no curto prazo. Segundo o

governo, para seu sucesso, as colônias deveriam reunir terras de boa produção, custos de transporte reduzidos e acesso a mercados (RELATÓRIO..., 6 Out. 1853).

Essas lições foram adquiridas com a primeira experiência envolvendo o desenvolvimento colonial. São Leopoldo, fundada em 1824, era a colônia mais bem sucedida do Império durante a década de 1850. Com a quarta maior população da província, a colônia possuía em 1851 10.273 colonos alemães, 4.000 brasileiros e 288 escravos, escolas particulares em quantidades muito superiores a média da região e diversas indústrias de curtume e processamento de tabaco e algodão. O valor de suas exportações, que incluía arreios exportados para os Estados Unidos, chegava a 400.000\$000 réis, sendo que a exportação de charque, principal produto da província, era de 2.176.312\$000 (Relatório... 1854, p.48). São Leopoldo reunia todos os ingredientes da visão que a colonização europeia era o passo para o progresso da província e do país. Em 1853, um relator da Associação Central de Berlim, após uma visita à colônia, afirmou que a o local só prosperava pelos esforços dos colonos e que nada deviam ao governo, gerando revolta por parte do setor público brasileiro, que havia oferecido auxílios financeiros substanciais aos colonos (RELATÓRIO..., 6 Out. 1853).

A variável omitida referente ao sucesso de São Leopoldo, portanto, era seu custo aos cofres públicos ao longo dos anos. Desde a sua fundação até 1850, a colônia tinha custado ao governo 500.000\$000 réis, valores que não incluíam o preço dos terrenos, oferecido gratuitamente aos colonos que se estabeleceram até 1854, quando entrou em vigor a Lei de Terras (AGRICULTURA, 1861, p.54). A título de comparação, segundo o Relatório do Ministério da Fazenda, a renda estimada da província do Rio Grande do Sul em 1850 tinha sido de 837.726\$768 réis (FAZENDA, 1857, p.S1-41).

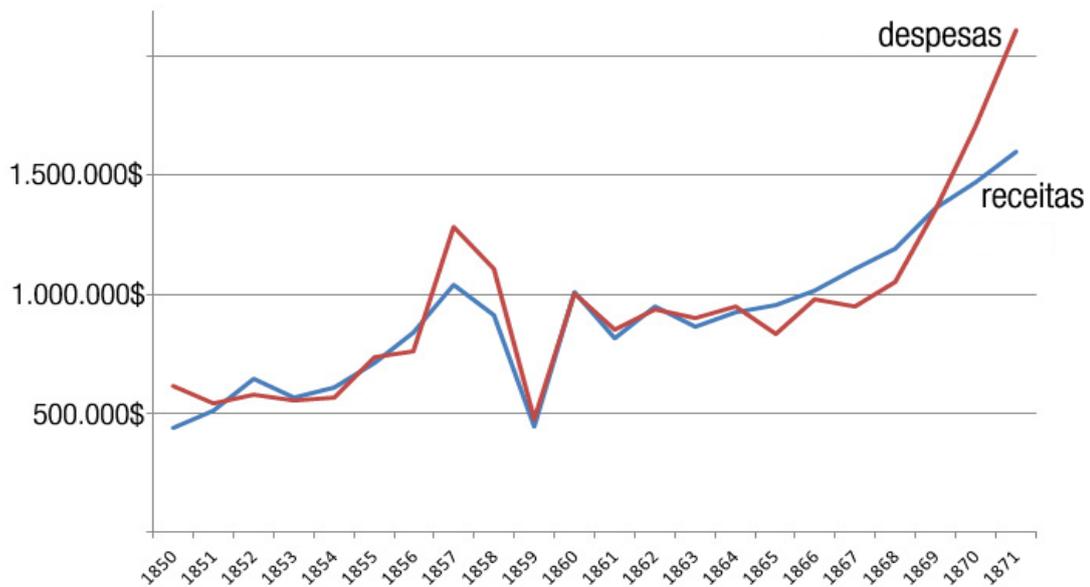


Gráfico 5.3: Orçamento da Província do Rio Grande do Sul: 1850 a 1872.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados dos Relatórios da Província do Rio Grande do Sul (1850 – 1874)

Devido aos custos, não existiam dúvidas por parte do governo que a imigração espontânea era a melhor forma de colonização. A colonização até a metade do século XIX tinha sido realizada exclusivamente a custa dos cofres públicos, com o pagamento de passagens, estabelecimento e manutenção das famílias nos primeiros anos e, “embora houvesse a cláusula do reembolso destes avanços, tal cláusula [era] de difícil execução” (RELATÓRIO... 1 Out. 1850, p.23). Segundo o presidente da província em 1850, Pimenta Bueno, não seria possível manter um sistema tão dispendioso, principalmente com o número crescente de colônias.<sup>75</sup> A preocupação com o orçamento era constante através dos relatórios anuais da província. A colônia de Santa Cruz, fundada em 1849, em seu quinto ano de existência tinha gerado uma despesa de 91.688\$122 réis, com uma população de apenas 891 pessoas. Exemplos como este eram a prova do “quanto é oneroso nos cofres públicos o sistema por conta do Governo, e quanto deve por isso mesmo ser moroso o seu progresso e desenvolvimento” (RELATORIO... 2 Out. 1854, p.25).<sup>76</sup> Com uma população colonial estimada em 20,493 pessoas (7,25% da população) em 1859, a próxima tabela apresenta dados sobre as despesas coloniais realizadas pela província.

<sup>75</sup> Para uma lista de todas as colônias no Rio Grande do Sul até 1918, ver Carvalho Filho e Monasterio (2011).

<sup>76</sup> A Receita total da Província no ano de 1854 foi de 605.743\$023.

**Tabela 5.3: Gastos com Imigrantes nas Colônias**

	1854 - 1857	1858
Pedro II	800\$000	-
Monte Bonito	2.000\$000	-
São Leopoldo (1824)	11.191\$346	192\$068
Nova Petrópolis (1858)	-	20.794\$203
Santa Cruz (1849)	54.476\$933	20.137\$170
Santo Ângelo (1857)	15.315\$027	45.109\$858
Despesas diversas.	184.024\$914	31.819\$914
<b>Gasto Total</b>		<b>385.816\$625</b>

Fonte: Relatório, 5 Nov 1959, p.37.

A partir dos dados do orçamento utilizados no Gráfico 5.3, os gastos com colonização representavam para o período entre 1850 e 1870 a terceira maior despesa da província. O maior gasto era com educação pública (média de 16%), seguido pela manutenção da força policial (7%). No entanto, os valores referentes à colonização não incluíam as despesas com o financiamento dos lotes de terras para os colonos. Gastos com colonização, principalmente após 1854, deveriam ser apenas adiantamentos financeiros, e existia a expectativa que os colonos pagariam suas dívidas após o prazo de estabelecimento de cinco anos. A próxima tabela, que marca o término do prazo para as colônias provinciais, demonstra que o governo se equivocou em suas expectativas.

**Tabela 5.4: Débito dos colonos com o Governo Provincial - 1847 – 1862.**

Colônias	Residentes com dívidas.	Total Dívida	Pagamentos
São Leopoldo (1824)	1573	30.391,637	
Santa Cruz (1849)	2148 (57%)	56.055,594	1.964,373
Santo Angelo (1857)	657 (98%)	35.626,328	182,400
Nova Petropolis (1858)	819 (98%)	26.453,661	160,200
Colônias Não Provinciais	384	2.502,288	
<b>Total</b>	<b>5581</b>	<b>156.905,492</b>	<b>2.306,933</b>

Fonte: Relatório 1862, Mapa 1.

Em 1862, os moradores das principais colônias, Santa Cruz, Santo Ângelo e Nova Petrópolis, tinham pagado somente 1,47% de suas dívidas. Estas não incluíam acomodação, alimentação e transporte para os imigrantes que chegaram entre 30 de novembro de 1854 e 17 de dezembro de 1857, devido à lei provincial n.304 de 1854 que os isentava de tais despesas (IOTTI, 2001). O documento de 1862 com o registro dos débitos dos colonos ainda especifica uma dívida adicional de 10.034\$670 réis resultante de gastos gerais com as colônias.

Mesmo com esses valores, a maior dívida permanecia referente ao financiamento das terras. Utilizando dados do relatório provincial de 1862 pode-se estimar qual era o valor da

dívida dos colonos referente à compra dos terrenos. Santa Cruz, Santo Ângelo e Nova Petrópolis tinham uma população de 4887 colonos em 1862, enquanto a província possuía 268.506 homens livres e 76.721 escravos (RELATÓRIO..., 1862, p.41). Neste mesmo ano, Santa Cruz tinha 690 lotes agrícolas, Santo Ângelo 126 e Nova Petrópolis 186, financiados a preço mínimo de 300\$000 réis. Utilizando as mesmas proporções do número de residentes com dívidas da tabela 5.4, a dívida total dos colonos pela compra de lotes era aproximadamente 211.500\$000 réis. Sendo somente 1,8% da população do Rio Grande do Sul e possuindo uma dívida de 327.327\$610 réis, era evidente que essa soma era impagável.

Uma das críticas ao excesso de gastos fundava-se no pressuposto de que as empresas governamentais eram mal dirigidas, e caberia à iniciativa privada resolver a questão imigratória. No entanto, o governo reconhecia que existiam diversos empecilhos para o sucesso de companhias privadas de colonização, como encontrar pessoas que tivessem o capital necessário e redes de contato na Europa para o recrutamento dos estrangeiros. Outra dificuldade era a inexistência da regulamentação para ocupação de terras públicas, que foi resolvida com a Lei Provincial n.304 de 1854.<sup>77</sup>

Com a regulamentação para a venda de terras públicas a iniciativa privada, no mesmo ano o Governo Imperial estabeleceu a venda de terras para a empresa do Conde de Montravel, que desenvolveria o primeiro projeto privado na Província, a colônia Santa Maria da Soledade. O projeto não envolvia somente capitais privados e o governo subvencionou a empresa com a quantia de 15\$000 por cada colono adulto e 10\$000 por crianças entre cinco e dez anos. No ano de 1856, após a demarcação das terras, mais dois sócios foram integrados e formou-se a sociedade Montravel, Silveiro & Companhia (RELATORIO..., 15 Dez, 1856, p.95).

**Tabela 5.5: Contabilidade Montravel Silveiro & Cia (1858 – 1870).**

	Média (n=349)	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Dívida	1.288\$477	628.019	122\$851	4.020\$375
Pagamentos	45\$133	116.273	0\$000	1.000\$000
Balanço	1.152\$103	595.562	19\$655	4.020\$375

Fonte: Dados do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

A tabela anterior não apresenta uma realidade diversa das colônias financiadas pelo governo e, em 1867, os relatórios provinciais acusavam a situação de insolvência da Montravel & Cia devido ao não pagamento das dívidas por parte dos colonos (Falla... 16 set.

<sup>77</sup> Segundo os Relatório da Província, a ideia da lei provincial de 1854 era adotar o sistema de colonização Australiano, conhecido como Wakefield.

1867, p.S9-13). A companhia pediu falência no final de 1870 e o governo assumiu as obrigações da empresa, pagando a considerável quantia de 309.289\$130 réis como forma de dirimir os prejuízos do Conde Montravel e seus sócios. Além do benefício aos empresários, o governo ofereceu aos colonos mais tempo para saldar suas dívidas. Muitos anos após a “estatização” da Montravel, o relatório provincial de 1880 reportava que funcionários da tesouraria da fazenda foram enviados para efetuarem novas cobranças referentes às obrigações dos residentes de Soledade (RELATÓRIO..., 1880, p.36).

Ao final de 1864, com as dívidas das colônias provinciais em 169.247\$012 réis, o governo tentou mudar os planos de povoação, fixando em locais centrais dos assentamentos as dívidas discriminadas por colono (RELATÓRIO..., 4 Agos, 1865, p.33). As reestruturações das dívidas e na regulamentação dos lotes eram frequentes, o que gerava confusão também por parte dos moradores sobre os valores devidos. Algumas colônias tinham passado por uma série de leis que regulamentavam de forma diferente os preços e prazos dos terrenos, sendo a maior importante a lei de 1854, em que as demarcações e concessões dos títulos somente eram efetuadas após o pagamento dos terrenos. Como os pagamentos não estavam ocorrendo, o aumento populacional gerou alguns conflitos entre os colonos, principalmente em São Leopoldo, que não sabiam ao certo os limites das suas propriedades.

A situação piorou quando Mr. Von Eichmann, ministro plenipotenciário da Prússia, veio ao Rio Grande do Sul em 1863 para examinar a condição das colônias de imigrantes alemães. O ministro criticou o governo brasileiro pela falta de proteção aos direitos de propriedade e com isso, foi estabelecido um comitê especial para lidar com a demarcação das terras nas colônias, como forma de não prejudicar o plano de longo prazo de criar um fluxo de imigrantes espontâneos (RELATÓRIO..., 10 Abril, 1864, p.82). O governo do Rio Grande do Sul também era prejudicado pela propaganda negativa no exterior decorrente do sistema de parceira em São Paulo. O incidente com o governo suíço, apresentado anteriormente, era visto pelos governantes do Rio Grande do Sul com uma dificuldade adicional para o sucesso das colônias (RELATÓRIO..., 31 Out. 1866, p.S4-18).

Como resposta à crítica estrangeira, o governo tentou providenciar a legalização dos lotes coloniais. A grande dificuldade, no entanto, continuava sendo o custo de regulamentação e demarcação das terras, que deveria ser efetuado com o pagamento dos lotes. Para criar novos incentivos ao pagamento das obrigações dos colonos, o governo criou um projeto em 1866 que estendia os prazos dos terrenos e reduzia todas as outras dívidas em 50%

(RELATÓRIO..., 1866, S4-48). No entanto, os pagamentos não aumentaram de forma significativa e em 1867, Nova Petrópolis tinha dívidas de aproximadamente 90.000\$000 réis (FALA... 16 Set. 1867, p.S9-39) enquanto Santo Ângelo em 1876, devia 100.000\$000 réis tendo apenas 2048 habitantes.

Ao longo dos anos, com dívidas crescendo e não havendo expropriações, segundo os relatórios da província, houve a percepção por parte dos colonos que o governo não iria confiscar terras não pagas porque causaria mais repercussões negativas e diminuiria o fluxo de imigrantes. O último relatório da província, de 1889, demonstra que as colônias italianas de Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel, estabelecidas durante a década de 1880, tinham obrigações de 2.118.564\$294 réis, e os colonos, “debitados de subsídios e outros auxílios, nutrem esperança de que se lhes relevará tudo quanto não se refere ao valor das terras” (FALA... Mar, 1. 1889, p.30).

Os valores apresentados demonstram a dimensão das transferências sociais que os estrangeiros estabelecidos nas colônias receberam durante o Império. No entanto, os imigrantes tiveram acesso à outra forma de auxílio governamental, relacionado ao ensino. De acordo com Mariscal e Sokoloff (2008), o impacto da imigração sobre índices educacionais durante o século XIX ocorreu não apenas porque estrangeiros eram mais letrados que a população nativa, mas também pela demanda por maior acesso à educação e a preocupação do governo local em incorporá-los a sociedade.

A existência de um grande número de escolas particulares nas colônias normalmente é atribuída como uma resposta dos estrangeiros a insuficiência da oferta de educação pública. Como exemplo, para São Leopoldo, em 1867, 13% da população frequentavam as escolas, enquanto a média da província era apenas 1,7% (RELATÓRIO..., 1867, p.128). No entanto, a dificuldade que os colonos tiveram para o pagamento das dívidas com o governo levanta dúvidas sobre sua capacidade financeira para contratar tutores para educar seus filhos. Segundo o relatório do governo provincial de 1866, em Santa Cruz, estabelecida há quase dezessete anos, a maioria dos residentes não tinha condições de pagar por professores particulares (RELATÓRIO..., 1967, p.128).

O relatório provincial de 1867, que apresenta um estudo sobre a situação da educação na província, demonstra que o governo do Rio Grande do Sul utilizou a educação como uma forma de assimilação, de acordo com parte do argumento de Mariscal e Sokoloff (2008). A existência de muitas escolas públicas com vagas disponíveis nas colônias, antes de causar

perplexidade, possuía uma explicação conhecida pelos governantes. Sendo a maioria dos colonos de origem alemã, as crianças não entendiam o idioma dos professores, que por sua vez não falavam alemão. O custo e tempo envolvido na formação de professores para atenderem esta necessidade levou a solução pública de curto prazo: contratar professores particulares.

Assim que as colônias cresciam e sua população aumentava a renda, a existência de escolas particulares não vinculadas ao governo cresceu. A tabela a seguir apresenta níveis educacionais para diferentes regiões do país, incluindo algumas colônias. Apesar do Rio Grande do Sul não ter uma quantidade relativa de estudantes acima da média brasileira, cidades como Porto Alegre tinham taxas educacionais semelhantes às colônias, o que limita a explicação da oferta educacional vinculada somente à presença de imigrantes.

**Tabela 5.6: Relação entre População Livre e Estudantes no Brasil - 1859**

	População Livre/Estudantes	População Livre
Rio Grande do Sul (1859)	94,7	390.000
Rio de Janeiro (1859)	111,8	640.000
Bahia (1859)	93,3	800.000
Pernambuco (1859)	156,1	620.000
Minas Gerais (1859)	95,5	1.300.000
São Paulo (1859)	71,7	410.000
Paraná (1859)	58,2	80.000
Santa Catarina (1859)	67,6	105.000
Porto Alegre (1859)	30,31	20.341
São Leopoldo (1851)	11,79	10.253
Santa Cruz (1859)	16,83	1.798

Fonte: Relatório da Província do Rio Grande do Sul, 1859, p.24.

A oferta educacional pública nas colônias, além do objetivo de assimilação cultural, estava de acordo com o objetivo do governo provincial de “difundir a instrução entre o povo, [...] afim de que as classes menos favorecidas pudessem dar a sua prole ao menos a educação elementar, tão necessária a todos” (RELATÓRIO..., 1866, p.69). Declarações como estas eram recorrentes e os relatórios apresentam evidências que aumentar o nível educacional da população era um objetivo concreto do governo. Apesar de no caso das colônias, isso estar vinculado ao aumento da produtividade e conseqüentemente a receita com o imposto de exportação, o maior investimento educacional beneficiava de forma crescente a população. Em 1877, enquanto a média para o Brasil da população juvenil na escola era de 17%, no Rio Grande do Sul era de 28% (RELATÓRIO..., 1877, p.909-S1-3).

O investimento educacional, principalmente com projetos de escolas agrícolas, era uma das respostas por parte dos governantes à baixa produtividade observada nas colônias, como consta no relatório de 1861:

Era de crer que a imigração europeia trouxesse consigo os sistemas aperfeiçoados de cultura que conseguem no velho mundo de terras pouco férteis, e já exauridas, tirar resultados magníficos; mas assim não foi: os contratos celebrados pelo governo, e pelos particulares, ou mesmo as circunstâncias do país, não atraíram ao Brasil homens práticos e adestrados nesta espécie de trabalho. Os indivíduos que vinham, estranhos aos misteres da agricultura, imitaram os nacionais (RELATÓRIO... 17 Out, 1861, p.48).

No entanto, existia o reconhecimento que a melhoria nas práticas agrícolas não era simplesmente decorrente da ignorância dos colonos, mas da falta de capitais: “Só a grande propriedade, dispondo de consideráveis recursos, pode tentar as experiências caras e aventuradas, donde surgem as descobertas” (RELATÓRIO..., 1861, p.48). Em relação às colônias, investimentos que requeriam mais capitais ocorreram através de transferências governamentais, como o transporte de doze moinhos de ferro importados dos Estados Unidos e distribuídos entre os colonos (RELATÓRIO..., 1861, p.49). Em 1863, aproveitando o mercado internacional, o governo distribuiu sementes de algodão utilizadas nos Estados Unidos e Espanha, para que fosse possível verificar qual tipo se adequaria melhor as condições locais. Também houve o transporte de máquinas para triturar cana e aumentar a produção (RELATÓRIO..., 1 Mar. 1863, p.60). Para os governantes da província, era um erro esperar que as colônias se desenvolvessem apenas com seus próprios recursos (RELATÓRIO..., 1870, p.S4-1), pois seu sucesso era a chave para o aumento da imigração não subvencionada:

É hoje fato verificado pela experiência que o melhor meio de atrair uma numerosa imigração espontânea, e outra não nos serve, consiste no cuidado do Governo de fazer com que os colonos já estabelecidos no país, com a maior brevidade possível cheguem a um grão de independência de bem estar tal, que não só fiquem animados a convidar seus parentes, vizinho e amigos a seguirem seu exemplo, mas que cedo alcancem os meios de facilitarem eles próprios a vinda dos seus – por adiantamento em dinheiro (RELATÓRIO..., 1870, p.125).

Sem a existência de capitais para financiar a diversificação de produtos agrícolas, o sucesso das colônias teria sido bastante improvável. Enquanto regiões como Caxias e São Leopoldo, que receberam investimentos governamentais massivos, conseguiram se desenvolver, outras áreas ficaram estagnadas no tempo. Em um estudo realizado na década de 1950, Waibel (1959) critica a visão benéfica sobre os métodos agrícolas dos imigrantes europeus no sul do país. O autor se diz chocado com a descoberta que a maioria dos colonos continuava usando o mais primitivo dos sistemas de cultivo, que haviam adotado dos índios.

O baixo retorno financeiro da maioria dos estabelecimentos agrícolas inviabilizou o plano de imigração espontânea no sul do Brasil. O transporte de imigrantes com menor custo só ocorreu com as rendas do café a partir do final da década de 1880. Sistemas de transportes mais modernos, que reduziam o preço e tempo da viagem, possibilitaram a grande imigração no início da República, onde muitos trabalhadores retornavam a sua terra após a época de colheita nos cafezais.

### **5.3 Estrangeiros e o Início da República**

Os déficits na balança comercial estabeleceram uma mudança em relação às políticas migratórias no início da década de 1880. O decreto n.7570 de 20 de dezembro de 1879 suspendeu a regulamentação de formação de colônias de 1867, pela impossibilidade de “ocorrer a todas as despesas necessárias ao serviço de colonização” (IOTTI, 2001, p.422). Em abril de 1880, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas estabeleceu que nenhum outro favor seria concedido aos imigrantes, exceto hospedagem temporária e transporte até os locais escolhidos para sua colocação. A mudança de horizontes referente à política de imigração é explicitada em um guia para imigrantes da Inspeção Geral das Terras e Colonização, de 1884, onde fica evidente o descontentamento entre o custo benefício das colônias até aquele momento. O Governo Imperial tinha empregado somas consideráveis até 1878 com projetos coloniais cujos resultados não correspondiam aos “grandes sacrifícios feitos pelo Estado” (VASCONCELLOS, 1884, p.14). Apesar do custo, algumas colônias tinham se transformado em “prosperas e florescentes povoações do Império”, o que legitimava o incentivo à imigração, porém em molde diverso.

Apesar de o governo estar inclinado a reduzir as despesas em núcleos coloniais, o fluxo migratório para o Brasil estava apenas iniciando. Com uma média anual de 12.000 estrangeiros entrando pelos portos nacionais no decênio anterior, em 1876, 30.747 imigrantes chegaram ao Brasil, principalmente portugueses e italianos. Dos 21.410 que entraram pelo porto do Rio de Janeiro, 10.747 se dirigiram as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e São Paulo.<sup>78</sup> A importância que a imigração italiana teria a partir dessa data fica evidente no gráfico a seguir.

---

<sup>78</sup> Dados do Relatório do Ministério da Agricultura de 1876.

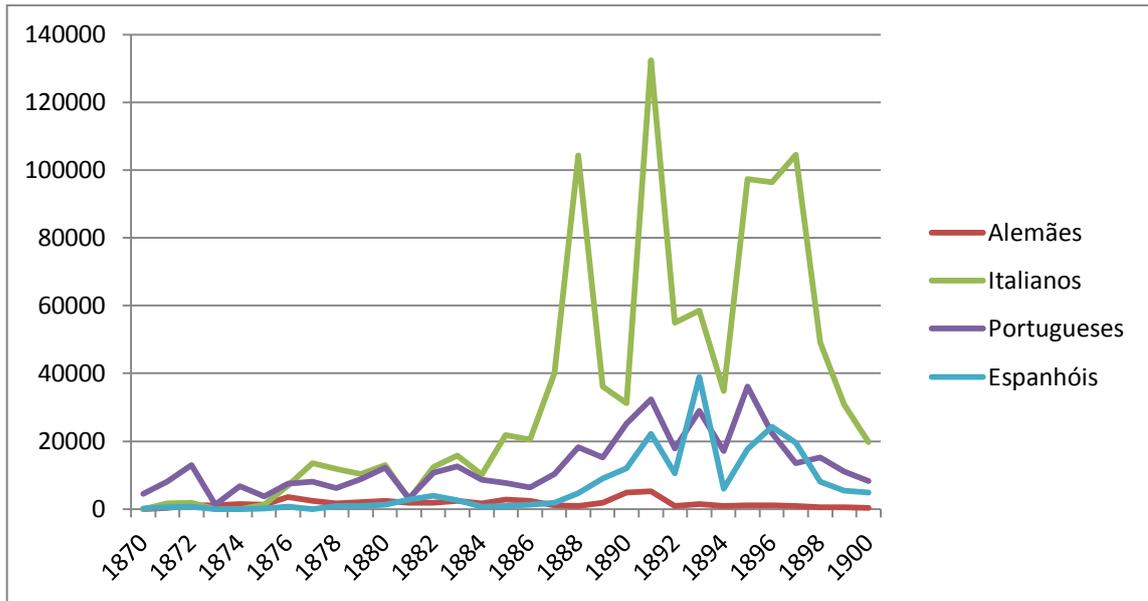


Gráfico 5.4: Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades: 1870 a 1900  
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Willcox e Ferenczi (1929).

A recuperação econômica na década de 1880, decorrente das receitas do café, foi uma das responsáveis pelo grande impulso migratório para o Brasil. Entre 1850 e 1887, entraram aproximadamente 665.451 estrangeiros no país, uma média de 17.512 por ano. Com o fim da escravidão em 1888 e o advento da República no ano seguinte, o número de estrangeiros atingiu 1.449.875 (média de 111.529 ao ano) até 1900, sendo quase 60% italianos. A importância da imigração italiana no Brasil fica evidente quando ao final do século XX, o país tinha o maior número de descendentes de italianos no mundo. Segundo dados do Ministério do Exterior Italiano, em 1994, dos 58.5 milhões de descendentes no mundo, 38.9% estavam no Brasil. (GOLINI; AMATO, 2001).

Os italianos tornaram-se líderes no fluxo de migrantes europeus a partir de 1890. Entre 1871 e 1914, 14 milhões de pessoas deixaram a Itália, sendo a maioria homens, solteiros, sem qualificação e com idades entre 15 e 34 anos, solteiros, sem qualificação e com idades entre 15 e 34 (HATTON, WILLIAMSON, 1998). No entanto, o perfil para o Brasil era diferente dos outros países destino para os italianos, como a Argentina e os Estados Unidos. As informações da Sociedade Promotora de Imigração, criada pela província de São Paulo em 1886 para atrair braços para os cafezais, deixava claro sua predileção pelo transporte de famílias, menos propensas a efetuarem migrações temporárias (HOLLOWAY, 1980).

Assim como ocorreu com outras nacionalidades, os italianos também emigraram para o Brasil devido a transformações econômicas e demográficas em seu país. A unificação política e o desenvolvimento industrial durante a década de 1860 aumentaram a demanda por

trabalhadores ao mesmo tempo em que reduziram as restrições econômicas que impossibilitavam movimentos migratórios. Durante essa década, líderes políticos italianos começaram a demonstrar descontentamento, assim como ocorria na Alemanha e na Suécia, com a fuga de braços para outros países. Tentativas não sucedidas de barrar a emigração em 1868 e 1873 levaram a formulação de uma lei em 1888 que sancionava completamente o movimento dos cidadãos italianos (HATTON; WILLIAMSON, 1998). Essa reforma era “destinada a modernização da maquina diplomática e a promoção ostensiva da ação e do prestígio italiano no exterior” (CERVO, 1992, p.2). Em 1901, outra mudança política levou a maior centralização sobre questões migratórias na Itália. O Ministro das Relações Exteriores recebeu plenos poderes para banir seletivamente a emigração para qualquer país, poder que foi utilizado contra o Brasil em 1902 seguido de acusações sobre as condições aos quais os italianos eram submetidos.

A pressão política decorrente das nações de origem estabelecia os limites da atuação do Estado Brasileiro em relação aos imigrantes. Como demonstrado anteriormente, esse foi um fator que permeou a imigração europeia para o Brasil durante todo o período da primeira globalização. Esta proteção, no entanto, tanto para italianos quanto para outros imigrantes europeus, não resultava simplesmente de uma preocupação das Nações de origem com o bem estar de seus cidadãos. Como afirma Trento (1989, p.163), “é sabido que o governo italiano nunca demonstrou um grande interesse por seus cidadãos”, e ações que tentavam barrar a emigração muitas vezes eram simplesmente “mercadoria de troca para obter vantagens comerciais.” Contudo, independente de seus motivos, as pressões geraram uma série de respostas por parte do governo brasileiro para proteger os direitos dos estrangeiros, como a criação em 1906 da Agência de Colonização e do Trabalho (LOVE, 1980).

O aumento do poder político dos estrangeiros no período inicial da República também foi resultado da crescente importância econômica destes na vida nacional. Diferente do movimento migratório durante o Império, os estrangeiros na República, além de monopolizarem os contratos de colonato nas fazendas de café (HOLLOWAY, 1980), tinham forte participação urbana e acesso a empregos com maior remuneração. Em 1899, dados das fazendas de São Carlos (SP) registravam dois terços dos trabalhadores como italianos (MONSMA, 2006). Na cidade de São Paulo a maioria dos líderes sindicais também veio da Itália (TRENTO, 1989), e em 1920, estrangeiros representavam 52% da força de trabalho industrial na cidade (LOVE, 1980).

O Brasil não conheceu uma segregação racial legal no mercado de trabalho como ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul (ANDREWS, 1988). O Brasil não era uma sociedade segregada por lei, porém, de acordo com Monsma (2006, p.1123): “Italians and people of color lived in the same neighborhoods, worked, drank [...] and formed interracial couples. Yet it was no egalitarian and color-blind racial democracy either.” Apesar da existência do sentimento de superioridade étnica e racial por parte dos imigrantes, Monsma defende que devido a grande oferta de empregos em algumas regiões de São Paulo, especialmente após os anos de crescimento na primeira década da República, a competição étnica por trabalhos e potenciais conflitos, eram restritos.

Regiões com maior crescimento nesse período, como São Paulo, aparentam uma realidade próxima a que Higgs (1971) encontrou para os Estados Unidos, onde oferta abundante de empregos reduzem substancialmente preferências étnicas pelos trabalhadores. Monsma (2006, p.1127), afirma que a população negra participava do sistema de colonato e não trabalhava nas fazendas apenas como “camaradas”: “there was no strict occupational segregation.” Esse trabalho não se propõe a responder a questão de por que a população nacional não conseguiu maior acesso ao mercado de trabalho após 1888, mas algumas hipóteses podem ser efetuadas.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil a partir da década de 1890 pertenciam a diversos estratos sociais. Holloway (1980) encontra um número significativo de pequenas e médias propriedades no estado de São Paulo que foram adquiridas por imigrantes de primeira geração, indicando que muitos estrangeiros vieram com uma condição financeira favorável para o Brasil. O trabalho nas fazendas de café, de menor remuneração, foi ocupado por imigrantes de maior mobilidade, que frequentemente retornavam à Europa após o período de colheita. Isso sugere uma seleção positiva entre os imigrantes em relação à renda.

O mercado de trabalho provavelmente não foi preenchido por indivíduos muito pobres, sujeitos a uma situação de “armadilha da pobreza” (BANERJEE; DUFLO, 2011). Como demonstra o trabalho de Hatton e Williamson (1999), europeus que se encontravam nessa situação não conseguiam emigrar, estabelecendo uma condição econômica mínima para aquelas que vieram para o Brasil. O próximo capítulo demonstra que, mesmo entre o estrato mais pobre da população, os negros estavam em uma situação socioeconômica significativamente pior que os imigrantes, o que pode ter criado barreiras por parte da oferta de mão de obra.

## 6 DESIGUALDADE NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O que aconteceu com a população negra no Brasil após a abolição da escravidão, em 1888? Apesar da visão por parte de alguns abolicionistas de que a libertação dos escravos terminaria com a desigualdade entre brancos e negros, segundo Costa (2008, p.138), “nos anos que se seguiram à abolição, os sonhos de liberdade dos libertos converteram-se muitas vezes em pesadelo em virtude das condições adversas que tiveram de enfrentar.”

Mesmo com flagrante desigualdade, poucos são os estudos que analisam a condição dos libertos após a emancipação. Para o início do século XX, o foco normalmente recai sobre os imigrantes e sua participação no mercado de trabalho: “in the cities immigrants enjoyed the same preference in hiring that they experienced in the countryside” (ANDREWS, 1988, p. 503). Como demonstrado anteriormente, estudos sobre desigualdade ao acesso no mercado de trabalho normalmente focam em diferenças no nível de capital humano entre a população brasileira e os imigrantes. No entanto, outros fatores que podem ter reforçado os mecanismos de desigualdade permanecem negligenciados.

Segundo North (1995, p.20), “An institutional story of long-run economic change begins by examining the changing initial conditions confronting diverse groups of individuals”. O objetivo desse capítulo é analisar como a falta de poder político da população negra durante a Primeira República reforçou os mecanismos de desigualdade. Nesse capítulo, falta de poder político é relacionada à não obtenção de bens públicos, principalmente infraestrutura sanitária. Para isso, utilizam-se taxas de mortalidade relacionadas a doenças que decorrem da ausência de tratamento de água ou envolvendo condições insalubres. Como forma de controlar possíveis diferenças entre capital humano, também são incluídas doenças cujas causas não eram devidamente compreendidas pela população no início do século XX.

Existe uma ampla literatura que sugere que taxas de mortalidade possuem uma alta correlação com variáveis socioeconômicas como renda, educação, ocupação e etnicidade (STECKEL, 1988). Tais variáveis são especialmente relevantes para estudos históricos, que normalmente possuem disponibilidade limitada de dados.<sup>79</sup> Informações sobre mortalidade auxiliam na compreensão não apenas de desigualdades sociais mais amplas, como também incluem disparidades raciais e de gênero (SEN, 1998).

---

<sup>79</sup> Estudos como o de Adams et al (2003) demonstram que a relação entre condições socioeconômicas e mortalidade foi perdendo poder explicativo ao longo do tempo, e que tal correlação é fraca para dados contemporâneos em países desenvolvidos quando comparado ao período aqui analisado.

O uso de variáveis que envolvem diferenças fisiológicas entre a população, no entanto, não servem apenas para substituir a eventual ausência de dados discriminados de renda. A incidência de certas doenças, especialmente durante a infância, é altamente relacionada com o desempenho em avaliações cognitivas ao longo da vida. Tais penalizações cognitivas não se restringem ao indivíduo, gerando repercussões de longo prazo entre gerações: “Health and nutrition of one generation contributes, through mothers and through infant and childhood experience, to the strength, health and longevity of the next generation” (FOGEL et al., 2011).

Dada a importância dos dados sobre mortalidade, são utilizados os Anuários de Estatística Demográfico Sanitária do Rio de Janeiro, para o período entre 1907 e 1916, em conjunto com o recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906, para demonstrar como a desigualdade na capital brasileira do período não foi apenas resultado de diferentes níveis de capital humano. Habitando em áreas não cobertas pelas reformas urbanas efetuadas no início do século XX, a população negra foi penalizada por não possuir acesso a saneamento adequado, residindo em regiões onde doenças proliferavam com maior facilidade e ceifavam oportunidades.

O governo tinha incentivos para investir em infraestrutura nos bairros habitados por imigrantes, pois a experiência da imigração subsidiada demonstrou que o Brasil não tinha o mesmo poder de atração para trabalhadores estrangeiros que países vizinhos, como a Argentina. Além disso, a população emancipada era vista como um problema sem solução, e deveria ser abandonada à própria sorte.

### **6.1 Doenças, Nutrição e Desenvolvimento**

A relação entre saneamento e doenças permeou o debate acerca da melhoria de vida nas grandes cidades durante o século XIX. Tendo como figura inicial o inglês Edwin Chadwick, que em 1842 publicou o famoso relatório “*The Sanitary Conditions of the Labouring Population*”, o debate permitiu a compreensão do fato que condições insalubres e a poluição da água estavam relacionadas a uma série de moléstias, mesmo não se compreendendo quais eram os mecanismos que resultavam nas mortes e epidemias. Pessoas que moravam em grandes cidades durante o final do século XIX tinham uma maior probabilidade de serem vitimadas por uma série de doenças, tanto infecciosas como respiratórias e parasitárias (COSTA, 2003; KESZTENBAUM; ROSENTHAL, 2011).

O desenvolvimento da teoria microbiana das doenças (*germ theory*), no início do século XX, serviu não apenas para esclarecer as conexões entre insalubridade e mortalidade, como também para reforçar o argumento em favor dos benefícios oferecidos pelo investimento em serviços de tratamento de água e esgoto (ROTELLA; CAIN, 2008). O maior investimento em infraestrutura durante o período gerou resultados substanciais. Segundo Szreter e Mooney (1998), a melhoria das condições sanitárias na Inglaterra foi a principal responsável pela queda nas taxas de mortalidade entre 1870 e 1914. Esses resultados positivos geravam um efeito demonstração que auxiliava no combate contra epidemias que se alastravam em outras cidades do globo, como técnicas de filtragem da água, que já existiam desde a década de 1850, e a outros melhoramentos sanitários que começaram a ser difundidos durante as últimas décadas do século XIX.

No entanto, apesar da relação entre insalubridade e mortalidade, os efeitos entre ambientes de pobreza, doenças e seus resultantes só foram mais bem compreendidos após muitos anos. Percebidos como decorrentes de vícios e outras “características” da população desprovida de recursos, a penalização que grande parte dos indivíduos sofreu decorrente da subnutrição, e altas taxas de mortalidade urbana, resultam em um fotograma da desigualdade no início do século XX. A relação entre incidência de determinadas doenças, nutrição e taxas de mortalidade é central para a compreensão do quadro de pobreza absoluta: “An absolute standard means one defined by reference to the actual needs of the poor and not by reference to expenditure of those who are not poor. A family is poor if it cannot afford to eat” (LISTER, 1999, p.21). Restrições alimentares decorrentes de um nível de pobreza absoluta resultam em uma situação difícil de ser ultrapassada porque uma nutrição deficiente afeta a produtividade do trabalho e limita capacidades cognitivas:

[...] changes in health, in the composition of diet, and in clothing and shelter can significantly affect the efficiency with which ingested energy is converted into work output. Reductions in the incidence of infectious diseases increase the proportion of ingested energy that is available for work, both because of savings in the energy required to mobilize the immune system and because the capacity of the gut to absorb nutrients is improved, especially as a consequence of a reduction in diarrheal diseases (FOGEL et al., 2011, p.129).

Existe uma série de evidências que demonstram como a subnutrição durante a infância resulta em uma maior suscetibilidade a doenças infecciosas, comprometendo o sistema imunológico ao longo da vida. Subnutrição e doenças infecciosas formam um ciclo vicioso, pois a própria infecção contribui para piorar a absorção de nutrientes, enfraquecendo o sistema imunológico e deixando o indivíduo mais propenso a novas doenças (SCHAIBLE;

KAUFMANN, 2007).<sup>80</sup> Exemplo da maior incidência de doenças resultante de um quadro de subnutrição refere-se à tuberculose. Um importante estudo sobre o tema demonstra a morbidade resultante da tuberculose em campos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Os prisioneiros compartilhavam a mesma dieta na prisão, no entanto, os britânicos recebiam da Cruz Vermelha suplementos alimentares no montante de 30 gramas de proteína e 1000 Kcal por dia.

In a subsequent radiographic survey, the tuberculosis rate among the British was only 1.2% and their plasma proteins were higher than in the Russians, who had a tuberculosis rate of 15–19%. Both groups shared the same living and working conditions and chance for infection. In the malnourished prisoners, tuberculosis was more severe, the onset was more rapid, and patients died rapidly with large pulmonary cavities and massive tissue breakdown (CEGIELSKI; McMURRAY, 2004, p.288).

A tuberculose era altamente correlacionada com variáveis socioeconômicas pela insalubridade das habitações e nível nutricional da população de baixa renda. No entanto, várias outras doenças afetavam desproporcionalmente a população pobre, como as transmitidas através da água contaminada (*waterborne diseases*).<sup>81</sup> Dentre essas, a diarreia e a disenteria eram as principais causas de mortalidade infantil durante o início do século XX. Portanto, a mortalidade infantil é considerada um indicador adequado do ambiente epidemiológico e socioeconômico predominante porque essa faixa etária é mais vulnerável a infecções e condições sanitárias precárias (FOGEL et al., 2011). Concomitantemente, a mortalidade infantil também é relacionada a outras variáveis importantes para se medir a incidência de pobreza, como a ocupação e educação dos pais, renda familiar e etnia (HAINES, 2011).

Outra doença que era transmitida através da água contaminada, mas, entretanto, não constava dentre as principais causas de mortalidade infantil era a febre tifoide. Não somente nos dados aqui utilizados para o Rio de Janeiro, como outros estudos demonstram que a febre tifoide raramente era diagnosticada em crianças com menos de cinco anos (TROESKEN, 2004). Isto resultava do entendimento limitado sobre a doença, que só teve um desenvolvimento adequado no tratamento clínico durante a década de 1940, e não da sua inexistência como causa de mortalidade infantil. A febre tifoide era frequentemente diagnosticada erroneamente como malária, denominada no Brasil como paludismo.

---

<sup>80</sup> A suscetibilidade a infecções resultantes da subnutrição é conhecida como *nutritionally acquired immunodeficiency syndrome*.

<sup>81</sup> Segundo Troesken (2004, p.154): “[...] revealing indicators of discrimination might be death rates from diseases that are likely to respond to public health measures, such as tuberculosis and typhoid fever.”

Apesar do baixo índice de mortalidade da doença, matando em média não mais que 10% de suas vítimas, a febre tifoide tinha um grande impacto na saúde da população e em sua longevidade na virada do século. A exposição a doenças como a diarreia e a febre tifoide em estágios iniciais da vida resultava em aumento da probabilidade de problemas cardíacos, respiratórios e neurológicos em anos subsequentes (TROESKEN, 2004, p.20).

Esta relação entre os efeitos da febre tifoide na incidência de outras doenças é conhecida como o fenômeno Mills-Reincke.<sup>82</sup> Esse efeito sugere que epidemias de febre tifoide no ano  $t$  resultava em maiores taxas de mortalidade em doenças como pneumonia, febre e tuberculose no ano  $t + 1$ , devido ao fato que vítimas sobrevivente de febre tifoide estariam mais vulneráveis a infecções subsequentes. Esse erro no diagnóstico também era encontrado em relação à malária (FERRIE; TROESKEN, 2008).

## 6.2 Mortalidade e Reformas Urbanas

O Rio de Janeiro era a maior cidade do Brasil no início do século XX. Com uma população de 502.673 pessoas no início da República (1889), já contava com mais de 824.000 no ano de 1907, número muito superior a segunda e terceira maiores cidades do país, São Paulo, com 300.000 habitantes, e Salvador, com 265.000 (Anuário..., 1907, p.25-37). Esse crescimento, acima do vegetativo, foi resultado da grande entrada de imigrantes na cidade após a proclamação da República, principalmente portugueses, e da população proveniente das zonas rurais que buscava maiores salários (LOBO, 2002). O Rio de Janeiro estava entre as cidades mais populosas do globo, com uma população equivalente a de Hamburgo, que tinha 844.579 habitantes, e a Buenos Aires, com 1.129.286 habitantes em 1907.<sup>83</sup>

O rápido crescimento urbano aliado a oportunidades econômicas limitadas era um caldeirão que já precipitava o declínio da Monarquia e o iminente advento da República. O sinal de preocupação política com as insatisfações da população foi acionado com a Revolta do Vintém em 1880, tida como a primeira revolta popular de uma série que ocorreriam no final do século. Trabalhadores pobres, que viviam em situação precária, se revoltaram e protestaram contra o Governo Imperial devido ao aumento de impostos que atingiam

---

<sup>82</sup> O Anexo A apresenta uma análise do fenômeno para a cidade do Rio de Janeiro durante o período de 1869 até 1916.

<sup>83</sup> As cidades com maior população durante esse período são: Londres – 4.758.218; Nova York – 4.285.435; Paris – 2.735.165. Importante salientar que apenas cidades do chamado “mundo ocidental” estão citadas nos anuários.

diretamente a população, simbolizado pelo imposto de 20 réis (vintém) sobre a passagem dos bondes (SANTUCCI, 2008).

A revolta chamou principalmente a atenção do governo em relação à quantidade de cortiços e outras habitações precárias que se multiplicavam na região central da cidade. Esses locais eram densamente habitados por negros libertos, imigrantes portugueses e italianos, além de escravos de ganho.<sup>84</sup> Essa concentração era percebida como uma visível ameaça por parte dos residentes de classes privilegiadas em relação a ordem e saúde pública (GRAHAM, 1980, p.434). Segundo o censo de 1890, existiam no Distrito Federal, 1449 habitações coletivas nas quais estavam presentes 18.338 famílias, cerca de um quarto do número de famílias recenseadas (71.807) (IBGE, 1953, p.10).<sup>85</sup>

A aglomeração e a insalubridade eram focos que intensificavam as “periódicas epidemias de cólera, varíola e febre amarela [que] atingiam a cidade” (VAZ, 1994, p.583). Tais epidemias começaram a se intensificar a partir de 1850, com o primeiro caso de surto de febre amarela, quando quase um terço da cidade contraiu a doença (CHALHOUB, 1993). No entanto, apesar do debate médico entre os que defendiam que a doença era transmitida através do contágio e os que advogavam que a causa era devido a infecções resultantes de miasmas, o não entendimento das causas da febre amarela e outras doenças não permitia uma atuação por parte da população e do governo para resolver essas questões.<sup>86</sup>

Após nova epidemia em 1873, os oficiais da saúde já atribuíam os surtos às condições sanitárias da cidade. Pereira Rego, presidente da Comissão de Saúde do Rio de Janeiro, defendia que as primeiras incidências de febre amarela tinham ocorrido em áreas onde as condições habitacionais eram piores, e desse foco, a doença tinha se espalhado para outras áreas da cidade, especialmente o porto (CHALHOUB, 1993).

---

<sup>84</sup> Sobre os escravos de ganho, estes trabalhavam em diversos ofícios mediante pagamento pré-estabelecido ao seu proprietário. Como podiam transitar livremente pela cidade, era necessário portar um documento que identificasse o proprietário, concedido pela Câmara Municipal através de pagamento anual (SOARES, 1988, p.110-111).

<sup>85</sup> Existem alguns conflitos entre os dados da população que morava em habitações coletivas (que incluíam as “insalubres e as “higienizadas”): 11,72% em 1888 (estatísticas higienistas); cerca de 17% em 1890 (estimativa da construção civil); cerca de 20% em 1891 (estimativa higienista); aproximadamente 25% em 1890 (estudos posteriores) (VAZ, 1994, p.588).

<sup>86</sup> Miasma era uma emanção a que se atribuía, antes das descobertas da microbiologia, a contaminação das doenças infecciosas e epidêmicas. As doenças seriam causadas por odores advindos de localidades insalubres.

Apesar do fato do Rio de Janeiro ser dotado de uma rede de esgotos desde a década de 1860, esta só atingia alguns bairros nobres como o Catete e Glória<sup>87</sup>. A maioria da cidade não possuía nenhum tipo de infraestrutura sanitária, e os dejetos da população eram lançados ao mar, sendo efetuado nas residências com algum poder aquisitivo por escravos de ganho, conhecidos como “tigres” (SOARES, 1988, p.126).

Dada esta situação, aliado ao fato que médicos higienistas e engenheiros sanitaristas condenavam as habitações coletivas populares, o Estado imperial ofereceu concessões para a construção de casas “higiênicas” e de baixo custo para os trabalhadores, principalmente aos operários da indústria. As primeiras concessões surgiram em 1882, quando o governo garantiu uma série de benefícios aos construtores por um período de até 20 anos (CROCITTI, 1997). Percebendo a potencialidade do acordo com o governo, os construtores amplificavam o discurso temeroso em relação à proliferação de doenças advindas das habitações coletivas e com isso garantiam novos contratos (VAZ, 1994).

Contudo, mesmo com o subsídio governamental, o alto custo de novas moradias populares expulsou boa parte da população pobre. Soma-se a isto o fato que a maioria das novas habitações coletivas, como as vilas operárias, situava-se longe das zonas centrais. O desaparecimento das habitações coletivas na “cidade velha” (chamados cabeças de porco e cortiços) em conjunto com os altos custos das novas habitações e sua localização, levou à intensificação da ocupação dos morros que se situavam próximos às zonas centrais, dada a proximidade dos mercados de trabalho (IBGE, 1953, p.7).<sup>88</sup>

Essa intensificação ocorreu porque os morros eram ocupados anteriormente. Como demonstrado, algumas estimativas apontavam que 25% da população residia em habitações coletivas, com a proporção de pessoas pobres sendo muito superior. Portanto, a ocupação dos morros se dava por escravos fugitivos e pela população pobre que não tinha condições de morar nos cortiços, se aglomerando em regiões de difícil acesso e estabelecendo-se em quilombos para proteção mútua. Outro fator que aumentou a ocupação dos morros foi durante o início da República, quando praças que retornaram da campanha de Canudos, não tendo

---

<sup>87</sup> “A empresa ‘The Rio de Janeiro City Improvements’, a quem havia sido outorgada, em 1862, a concessão para a construção de esgotos na cidade, suspendeu suas obras entre 1890 e 1900, sob a alegação de estar atravessando dificuldades financeiras” (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p.151).

<sup>88</sup> “O Cabeça-de-Porco, um dos maiores cortiços do Rio antigo, arrasado em circunstâncias espetaculares pelo poder público foi consagrado como símbolo das habitações coletivas insalubres do século XIX. O nome Cabeça-de-Porco se incorporou ao nosso vocabulário como sinônimo depreciativo de habitação coletiva popular e insalubre” (VAZ, p.584,1994).

habitação, receberam autorização provisória para ocuparem os morros da Providência e de Santo Antônio, mas acabaram permanecendo nestes locais (CAMPOS, 2007).

A ocupação dos morros aumentou consideravelmente em um curto período de tempo. O Morro da Providência, situado na circunscrição da Gamboa, possuía 839 domicílios segundo o recenseamento de 1920 (IBGE, 1953, p.7). Em relação ao morro do Santo Antônio, em uma ocupação próxima a um quartel localizado entre as ruas Evaristo da Veiga e Levradio, havia 41 barracos em 1897, aumentando para 150 com mais de 600 moradores em 1901, e mais de 1000 habitantes em 1314 habitações em 1910 (VAZ, 1994).

As ocupações nos morros não interferiam diretamente com a dinâmica da cidade, porém as habitações coletivas ainda representavam o foco do problema referente à insalubridade da capital. Sendo essas habitações povoadas por uma população pobre, classificados como “desordeiros”, surge a primeira tentativa de higienizar a cidade, com o Código de Posturas Municipais em 1890, o qual, fazendo uso do positivismo como véu tecnocrático, propunha resolver o problema de forma autoritária. Entre suas determinações, o código regulava as casas de aluguel e estabelecia não somente normas como “caiar as paredes duas vezes por ano, azulejar cozinhas e banheiros, arejar quartos com aparelhos de ventilação [e] limitar o número de hóspedes”, como também exigia o registro de todos os hóspedes, cujas listas deviam ser entregues à polícia todas as manhãs (CARVALHO, 1985, p.132). Contudo, devido à irrealidade de suas propostas, o código foi suspenso pouco tempo depois de ser promulgado.

O aumento populacional e a permanência da precariedade da situação habitacional, em conjunto com o aumento dos surtos epidêmicos, adentraram a República brasileira e posicionaram como de primeira ordem o debate sobre a insalubridade da capital na virada do século. O porto do Rio de Janeiro, devido aos surtos epidêmicos, restringia a imigração europeia e o afluxo de capital estrangeiro, duas das maiores demandas dos governantes brasileiros durante o período (PECHMAN; FRITSCH, 1985). Tais preocupações foram externadas pelo presidente Rodrigues Alves, que durante sua candidatura em 1901, colocava o saneamento como “problema da maior relevância na ordem administrativa e do mais elevado alcance para os grandes interesses morais e materiais de nossa pátria (...)” (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p.154).

O grande passo em direção à melhoria do saneamento na cidade foi, após a vitória presidencial de Rodrigues Alves, a reforma efetuada pelo novo prefeito Pereira Passos. Tendo

estudado e trabalhado em Paris durante os primeiros anos após a reforma da cidade efetuada por Haussman, Passos foi certamente influenciado pelo ideal parisiense acerca do que se caracterizava uma “capital moderna”. Com isso, a reformulação da capital brasileira tinha como ponto principal a construção de uma larga avenida, que abriria passagem através do “caos insalubre” gerado pelos cortiços da cidade velha, como era chamada a região central da capital (NEEDELL, 1983).

Começando no final de 1902, a reforma gerou grandes mudanças estruturais no Rio de Janeiro, como a drenagem das áreas de charco, a construção de canais e muros para proteger a cidade de enchentes e a construção de importantes símbolos da capital, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Academia Brasileira de Letras, entre outros. No entanto, foi o alargamento das vias, com a destruição de antigas residências, que gerou resistência por parte da população. Em menos de um ano, 590 habitações foram demolidas, repetindo uma história já conhecida pelos habitantes pobres da cidade e criando grande insatisfação. A maioria das residências destruídas eram cortiços e seus moradores não receberam novas habitações (MEADE, 1986).

Apesar de Pereira Passos defender o papel ativo do Estado em oferecer serviços à população e seu plano possuir a edificação de 120 casas “higiênicas” para operários, o déficit habitacional claramente iria aumentar com a grande quantidade de pessoas removidas (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p.155). Tal resultado foi verificado pela comissão montada por Rodrigues Alves em 1905 para avaliar o problema habitacional. Segundo a comissão, mais de 14.000 pessoas foram desalojadas com a reforma de Pereira Passos, pela condição de habitarem em moradias precárias (CROCITTI, 1997).

Porém, a reforma urbana era apenas parte do grande plano de Rodrigues Alves para “civilizar” o Rio de Janeiro. Medidas mais diretas para combater a proliferação de doenças também foram tomadas, sob o comando do médico sanitário Oswaldo Cruz. O plano consistia em duas fases, primeiro combater a febre amarela e a peste, que requeriam desinfecção das moradias, pois se sabia que mosquitos e ratos eram vetores de propagação. A segunda parte envolvia o combate à varíola, que necessitava a vacinação da população.

Apesar do objetivo do plano de Oswaldo Cruz ser percebido como benéfico, o método causava consternação por parte da população:

It involved [...] unannounced visits to buildings to ensure that the residents maintained the required conditions and [...] registered the diseased. In both cases,

then, the poor were physically forced to stand aside while the public physicians, sanitary police, and public health officials entered and ransacked their homes, designating some for destruction and reserving the rest for periodic invasions, threats, and meddling (NEEDELL, 1987, p244).

A fase subsequente foi ainda mais dramática, pois não dependia somente da escolha dos inspetores sobre quais casas seriam desinfetadas ou destruídas. Todos teriam que receber a vacina. A saturação das medidas impositivas comandadas por Rodrigues Alves somou-se ao temor levantado por grupos políticos opositores ao presidente que bradavam aos cidadãos, os quais deveriam “reagir contra a lei que ameaçava sua honra, ao obrigar suas filhas e esposa a desnudar braços e colos aos agentes de saúde” (SANTUCCI, 2008, p.110).

A histeria causada pela oposição chegou ao ponto de se espalhar nas áreas mais pobres a notícia que o governo estaria injetando a população com substâncias maléficas, como denunciou o jornal Gazeta de Notícias em 17 de novembro de 1904: “Se esta cidade não tivesse cheia de analfabetos, ninguém lograria convencer a pobre gente ingênua das estalagens de que o governo queria vaciná-los com caldo de ratos mortos de peste...” (SANTUCCI, 2008, p.128). Outros críticos do programa, porém com discurso mais moderado, levantavam a “santidade dos direitos individuais contra o poder coercivo do estado” como o fator impropriedade do programa de vacinação (NEEDELL, 1987, p244).

No entanto, apesar de todos os temores acoissados sobre a população, a violência urbana que seguiu como resposta ao plano de Oswaldo Cruz em novembro de 1904, conhecida como a Revolta da Vacina, não foi simplesmente uma reação por parte de uma “massa ignorante” aos benefícios da medicina moderna. Segundo Needell (1987), a resistência era também relacionada ao aspecto obrigatório da vacina, que representava mais um episódio para o aumento da frustração em relação a um governo autoritário.

As reformas urbanas, com sua drástica redução na oferta de moradias populares e elevação dos aluguéis, não eram um processo novo no que tange ao aumento do custo de vida na cidade. O forte aumento de preços após o início da República, resultante de uma série de crises financeiras, conhecida como Encilhamento, impactava desproporcionalmente a população pobre, que gastava toda sua renda em habitação e alimentos (SCHULZ, 1996). A violência como resposta tampouco era novidade, tendo o Rio de Janeiro vivenciado uma série de revoltas, como contra a distribuição de carnes apodrecidas à população em 1902, conhecida como a Revolta das Carnes Verdes.

Portanto, segundo Needell (1987), a percepção da população marginalizada da *belle époque* de Rodrigues Alves deve ser compreendida no contexto que as mudanças raramente trouxeram elementos positivos para suas vidas. As explosões constantes de violência, principalmente a partir da Revolta do Vintém, eram antes resultado do aumento do custo de vida e da truculência na implementação dos projetos dos governos Monárquico e Republicano do que simplesmente atribuída à ignorância. O resumo do período é assim caracterizado:

[...] high food prices meant that the poor ate worse and endured the consequences: disease, high infant mortality, mental and physical disabilities. Hunger among the poor became a way of life, as it is still. However, the battle over housing had a more defined outcome, since the struggle that pervaded the capital at the turn of the century was over who was going to live in Rio, where they were going to live, and at what price (MEADE, 1989, p.245).

### 6.3 Desigualdade e Mortalidade

Em meio à situação caótica de uma cidade flagelada por surtos epidêmicos e revoltas contra desalojamentos, quais foram os resultados dos programas de saneamento, construção de casas “higiênicas” e tentativas de erradicação de certas doenças? Em 1906, após todos esses eventos, para quem a cidade do Rio de Janeiro era moderna conforme a caracterização de Pereira Passos?

Diferenças em taxas de mortalidade entre grupos sociais, após períodos onde ocorreram mudanças estruturais significativas, ajudam a revelar informações sobre quem ganhou e quem perdeu com esses processos (BENGTSSON, POPPEL, 2011).<sup>89</sup> Busca-se, portanto, avaliar qual foi o impacto da reforma iniciada em 1902 sobre a população pobre. Tendo a reforma o objetivo de “higienizar” a cidade, a incidência de determinadas doenças após o término da mesma serve como um indicador de pobreza absoluta: “At its most basic, absolute poverty is defined in terms of survival; more commonly it refers to subsistence, linked to a basic standard of physical capacity necessary for production and reproduction” (LISTER, 1999, p.21).

Analisando o Gráfico 6.1, percebe-se uma tendência de queda de mortalidade que não demonstra nenhuma mudança substancial após as reformas de Pereira Passos. A trajetória decrescente nas taxas de mortalidade na cidade seguia uma tendência global anterior ao governo de Rodrigues Alves, resultante do melhor entendimento das causas de diversas

---

<sup>89</sup> No entanto os autores fazem ressalvas sobre a utilização de dados muito agregados: “The contemporary studies of differential mortality often also suffer from methodological shortcomings by using obsolete mortality measures and for having problems in calculating the population at risk, sometimes also the deaths.” (BENGTSSON; POPPEL, 2011, p.2).

doenças, de melhorias no saneamento e do nível alimentar médio da população (PORTER, 2005). Em um nível agregado a mortalidade no Rio de Janeiro, aproximadamente 20 em 1000 habitantes durante o período de 1905-07, não era muito distante de outras grandes cidades como Paris (18,68), Nova York (16,76) e Roma (18,35) (ANUÁRIO... 1908, p.60).<sup>90</sup>

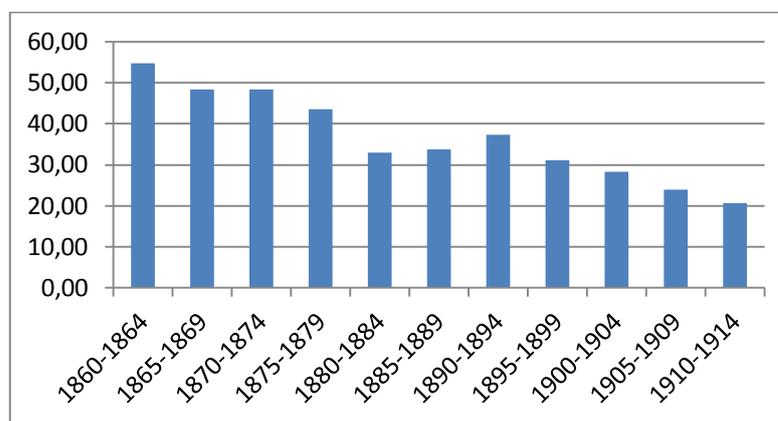


Gráfico 6.1: Mortalidade quinquenal no Rio de Janeiro: 1860 a 1909 (1000 hab)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Estatística Demógrafo-Sanitária, 1915-16.

No entanto, analisando a população do Rio de Janeiro em 1908, que somava 825.812 pessoas, sendo 686.250 brancas, 115.167 pardas e 24.395 negras, os coeficientes mortuários demonstram uma diferença substancial. Em 1000 habitantes classificados como brancos, ocorriam 25 óbitos, para indivíduos de cor, esse número era de 67. Se separarmos os indivíduos classificados como “de cor”, a taxa de mortalidade era de 51 para pardos e 142.6 para os negros (ANUÁRIO..., p.65, 1908).

Segundo os relatores do Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro de 1908, que estavam de acordo com as teorias eugênicas que permeavam o início do século XX, a razão para tal diferença não seria somente consequência da situação socioeconômica, mas também da “degeneração física dos indivíduos de cor.”

[...] são indivíduos fracos, pouco resistentes às moléstias. Demais, eles são na sua quase totalidade indivíduos muito pobres, que vivem em péssimas condições de higiene, indivíduos que se entregam geralmente a vícios perniciosos e que absolutamente não cuidam nem da saúde do corpo, nem tão pouca da do espírito. É, enfim, uma população que o cativo abastardou, tornando-a inferior sob todos os pontos de vista (ANUÁRIO..., p.65, 1908).

Para os relatores, o cativo tinha deixado estigmas intransponíveis à população negra, mas que seriam resolvidos com outro objetivo nacional, o “embranquecimento” da

<sup>90</sup> É importante salientar que estudos como de Bengtsson e Poppel (2011, p.5) ressaltam que comparações transnacionais acerca de tendências de taxas de mortalidade entre grupos sócio-econômicos apresentam várias limitações: “To be able to compare countries, a certain uniformity is necessary in the basic data available, as well as in their social meaning.”

população: “os indivíduos pretos, por falta de importação e devido ao cruzamento, estão desaparecendo e os poucos, que nascem, morrem em grande quantidade devido aos defeitos de criação” (ANUÁRIO..., p.65, 1908).

A culpabilidade daqueles que sofriam as consequências da pobreza não era, contudo, mero preconceito dos elaboradores do relatório. Sabia-se no início do século XX que a insalubridade das residências levava a maior suscetibilidade de doenças, mas somente para algumas delas eram compreendidos quais eram os vetores.<sup>91</sup> A maior causa de mortalidade infantil nessa época, não apenas no Rio de Janeiro como em outras grandes cidades ao redor do globo, era a diarreia, conforme demonstrado no gráfico 6.2.

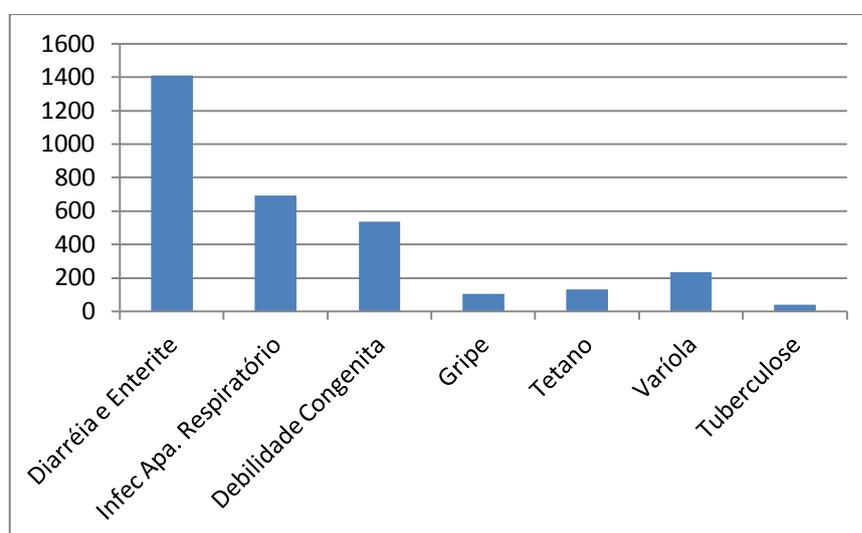


Gráfico 6.2: Principais causas de mortalidade infantil no Rio de Janeiro: 1903 a 1909

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Estatística Demógrafo-Sanitária, 1909

A não compreensão do que causava a diarreia abria a possibilidade para uma série de especulações acerca dos fatores responsáveis. Alguns estudiosos declaravam que a mortalidade infantil era apenas uma “questão de ignorância das mães” sobre os cuidados necessários a criança:<sup>92</sup>

The concept of maternal inefficiency was further promoted by Karl Pearson, who claimed that inefficient mothers were biologically incapable of child-rearing due to a hereditary low intelligence and what he believed to be other inherited traits such as fecklessness and lack of affection for their offspring (PORTER, 2005, p.178).

<sup>91</sup> Outro exemplo da diferença de mortalidade refere-se à tuberculose: “A diversidade das condições de vida dos brancos dos pardos e pretos, estes constituindo o elemento mais pobre da população, mal nutridos, e habitando casas sem higiene, entregues ao alcoolismo e ao abuso do fumo, deve grandemente contribuir, além de outras causas como a falta de cultura do espírito, para a exagerada mortalidade assinalada” (Anuário... 1909, p.122).

<sup>92</sup> Segundo o relatório brasileiro: “É forçoso confessar que a principal causa do avultado número de óbitos de infecções do aparelho digestivo na infância é a falta de cultura das mães, que desconhecendo por completo os mais elementares princípios de higiene infantil, sacrificam com urna alimentação imprópria e intempestiva na vida dos filhos.” (Relatório..., p.61, 1909).

Outras teorias acerca das diferentes causas de mortalidade culpavam as preferências dos vetores das doenças pelas diferenças “raças” que habitavam o Brasil. Segundo um relatório de uma comissão francesa que analisou a febre amarela no país em 1901, a menor incidência da doença entre a população negra não seria resultante da maior resistência dessa população devido à exposição à doença por maior tempo, mas ao fato do mosquito que causava a febre amarela (*Stegomyia fasciata*) possuir “preferências raciais”:

The *Stegomyia* will bite individuals of any race, but manifests in Brazil a preference for the white over the Indian, and the Indian over the negro. **She manifests considerable repugnance to the negro, and bites only after quite prolonged contact.** Among the white races she attacks by preference individuals with a thin skin and a fresh color (The Report... May 27, 1904, p.1021).

Mesmo com especulações, doenças como a varíola, a qual os médicos tinham pleno conhecimento, eram tratadas de outra forma. Apesar de Needell (1987, p.238) mencionar que, devido ao cancelamento do programa de vacinação decorrente da Revolta da Vacina, “smallpox continued to decimate the population during the course of the next few years”, observa-se no gráfico 3 que o projeto de vacinação de Oswaldo Cruz não pode ser considerado um completo fracasso. A varíola, maior causa de mortalidade no ano de 1904, com 4201 óbitos em 7352 casos, teve uma forte redução nos três anos subsequentes. O novo surto verificado em 1908, com 9046 óbitos em 15161 casos, é atribuído justamente a falta de programas de vacinação nos anos anteriores (RELATÓRIO..., p.73, 1914).

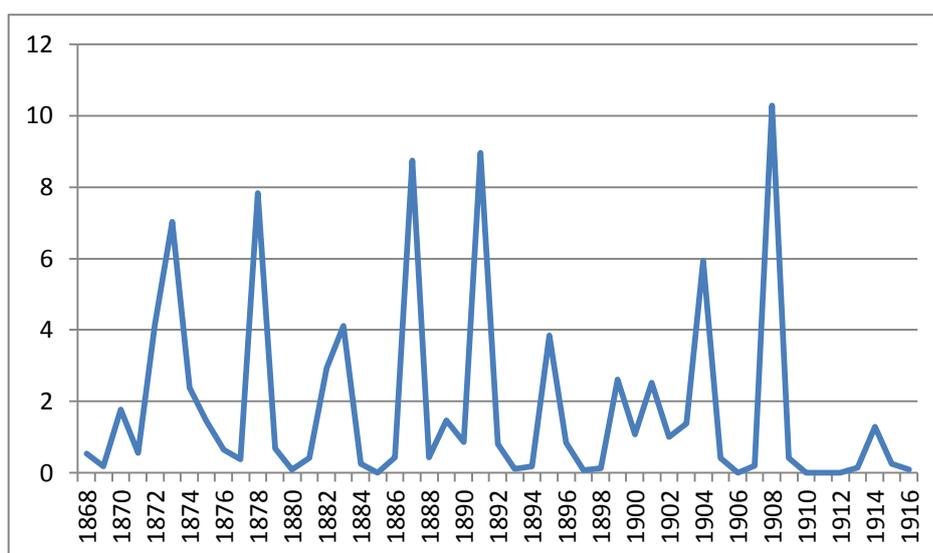


Gráfico 6.3: Mortalidade por varíola no Rio de Janeiro: 1903 a 1916 (1000 hab)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Estatística Demógrafo-Sanitária, 1917

Sendo um dos maiores surtos da doença registrado na cidade, a epidemia de varíola de 1908 não afetou a população de forma homogênea. A tabela 6.1 demonstra a distribuição de

mortalidade entre brancos, pardos e negros, tanto em termos absolutos como em relativos, ou seja, a mortalidade proporcional à população de cada grupo. Percebe-se uma clara diferença de mortalidade entre os grupos, resultado da maior resistência da população pobre à vacinação devido a fatores anteriormente mencionados.

**Tabela 6.1: Mortalidade da Varíola no Rio de Janeiro - 1908 (1000 hab)**

Período	Brancos	Pardos	Negros	Total
1908	6,46	2,85	1,58	10,89
Proporcional				
1908	7,77	20,40	53,45	

Fonte: Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro, 1908

Os relatórios sanitários do Rio de Janeiro atribuem o aumento dos casos de varíola à redução nos programas de vacinação e apresentam uma defesa da ação do poder público no que tange o intuito de reduzir as taxas de mortalidade infantil de doenças as quais se conhecia a cura.

Basta dizer que nos 7 anos decorridos de 1903 a 1909, só de varíola, faleceram 1.646 crianças daquela idade [0 a 1 ano], indivíduos que não deveriam, em um país culto, ter contraído a moléstia se a vacinação obrigatória dos recém nascidos fosse, como é na Alemanha, o complemento do registro de nascimento (RELATÓRIO..., 1914, p.60).

A dimensão dos programas de vacinação contra a varíola é atestado no número de aplicações da vacina no ano de 1914, 157.327, 21,3% da população urbana do Rio de Janeiro. No entanto, com aproximadamente 5192 casos e 1239 óbitos em 1914, o poder público ainda encontrava dificuldade de vacinar parte da população, reminiscência dos fatos ocorridos em 1904:<sup>93</sup>

Já não falando das arruaças de 1904, basta lembrar que por ocasião do surto de 1913, precursor da epidemia de 1914, a vacina, oferecida de casa em casa, era repelida, citando-se o exemplo de ruas em que os moradores de quase todas as casas assinaram o boletim de recusa à vacinação. (RELATÓRIO... 1914, p.73-74).

A dificuldade de se medir o impacto das campanhas de vacinação iniciadas por Oswaldo Cruz reside nas constantes interrupções dos programas que ocorreram a partir da Revolta da Vacina. Utilizando testes de quebra estrutural com os dados de mortalidade da varíola para os anos entre 1880 e 1916, não se verifica uma redução da mortalidade da varíola a partir da campanha de 1904.<sup>94</sup> No entanto, esse resultado deve-se ao fato da não utilização de dados posteriores a 1916. É inegável que o conhecimento da profilaxia da varíola somado

<sup>93</sup> Destes, 603 eram brancos, 292 pardos e 245 negros. (Relatório... 1914, p.84).

<sup>94</sup> Os resultados dos testes se encontram no Anexo.

ao aumento de campanhas de vacinação a partir da década de 1920 foram responsáveis para o recuo da doença no longo prazo.

Além da varíola, o relatório também chama a atenção para doenças que ampliavam sua mortalidade devido à situação precária na oferta de serviços de saúde e como uma maior interferência do Estado resultaria em melhorias para a população, principalmente para aqueles que não tinham condições de acesso a médicos particulares.

Acreditamos que 50% desses óbitos poderiam, talvez, ser evitados se a assistência ao recém nascido e a mulher grávida e em trabalho de parto fosse organizada sob outros moldes. Em uma cidade de cerca de 900.000 habitantes a existência de duas maternidades, apenas, é quase inacreditável. (RELATÓRIO..., p.61, 1909).

A tabela 6.2 apresenta os casos envolvendo óbitos das principais doenças transmissíveis no Rio de Janeiro. Algumas doenças, como a febre amarela, já estavam em queda desde as últimas décadas do século XIX, enquanto doenças como varíola, paludismo e tuberculose ainda assolavam a cidade.<sup>95</sup>

**Tabela 6.2: Mortalidade das principais doenças transmissíveis no Rio de Janeiro: 1903 - 1908**

Doenças	1903	1904	1905	1906	1907	1908	Total
Febre Amarela	584	48	289	42	39	4	1006
Peste	360	275	142	115	73	54	1019
Varíola	1090	4201	205	10	130	9046	<b>14682</b>
Sarampo	86	62	270	22	49	149	638
Difteria	52	55	51	46	39	52	295
Gripe	539	511	648	560	589	597	3414
Febre Tifoide	135	80	58	71	58	58	460
Disenteria	74	78	45	69	77	81	424
Beribéri	120	124	73	77	34	33	431
Lepra	20	24	29	24	35	22	154
Paludismo	1036	674	484	527	554	594	3863
Tuberculose	3321	3075	3164	3140	3098	3616	<b>19414</b>

Fonte: Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro, 1908, p.72.

Em relação à mortalidade total, a maior causa advinha da tuberculose. Justamente esta que, em conjunto com a Febre Tifoide, “agrediam seletivamente, elegendo como seu alvo apenas os organismos debilitados pelas más condições de trabalho e moradia” (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p.142). O Jornal do Brasil, do dia 28 de Junho de 1905, já denunciava essa clara relação onde a população pobre, sem local para morar e sem acesso a alimentos de maior preço como carnes, eram facilmente vitimadas pela tuberculose, anemia e outras moléstias (MEADE, 1986, p.315).

<sup>95</sup> O anexo B apresenta os gráficos com as tendências das doenças.

A alta correlação entre a pobreza e a população negra é evidenciada nos dados em relação à mortalidade da tuberculose apresentados na tabela 6.3. Enquanto a mortalidade da tuberculose em 1000 habitantes para a população branca se aproximava de 2,98 na média para os anos entre 1910 e 1916, a população negra morria a uma taxa quase oito vezes maior.<sup>96</sup>

**Tabela 6.3: Mortalidade da Tuberculose em 1000 habitantes**

Período	Branços	Pardos	Negros	Total
1903 – 1909	2,39	1,02	0,64	4,04
1910 – 1916	2,48	1,06	0,70	4,24
Proporcional				
1903 – 1909	2,87	7,28	<b>21,73</b>	
1910 – 1916	2,98	7,59	<b>23,71</b>	

Fonte: Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro 1915-16 p.199.

Segundo Chalhoub (1993, p.460), “In the city of Rio, tuberculosis killed relentlessly every year and throughout each year [...]. Nevertheless, not a single plan to combat the scourge was ever implemented in the city.” No entanto, a inexistência de uma ação coordenada para o combate à tuberculose nos moldes das campanhas contra a varíola era limitada pela ausência de uma profilaxia específica para a doença. Apesar de haver regras gerais de cunho sanitário baseadas em medidas utilizadas em países como a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, o combate a tuberculose ainda era limitado no início do século XX (RELATÓRIO... 1915-1916, p.107).

Dado que o Brasil tinha o conhecimento que alguns países europeus e os Estados Unidos já possuíam uma melhor infraestrutura sanitária, é importante verificar se os estrangeiros que residiam no Rio de Janeiro tinham taxas de mortalidades semelhantes aos brasileiros. Em relação aos imigrantes, a média de mortalidade destes em 1907 era menor que a média nacional, 15,28% contra 21,31%. O anuário do período ressalta que esse número, contudo, era uma aproximação devido ao grande movimento nos portos e pela dificuldade de saber a nacionalidade daqueles que entravam (ou saíam) do país por outras formas que não o porto, pois não eram “tomados esclarecimentos relativos à nacionalidade” (ANUÁRIO..., 1907, p.77).

A tabela 6.4 apresenta as taxas de mortalidade segundo as nacionalidades. De acordo com o Anuário, parte da diferença entre os brasileiros e os estrangeiros era devido à taxa de

<sup>96</sup> Os dados do Anuário de Estatística Demógrafo Sanitário utilizam a proporção de brancos, pardos e negros do censo de 1906. Essa proporção claramente não se manteve constante ao longo dos anos, mas é útil para se calcular uma aproximação das taxas de mortalidades entre grupos. O censo aponta que aproximadamente 83,1% da população era branca, 13,94% parda e 2,95% negra.

mortalidade das crianças, pois o número de imigrantes menores de idade era reduzido, o que diminuía os índices de mortalidade infantil. Também cabe ressaltar que a taxa de mortalidade dos “africanos” era devido à elevada idade, pois representavam os vestígios da escravidão.

**Tabela 6.4: Mortalidade por nacionalidades no Rio de Janeiro - 1907**

Nacionalidades	População em 1907	Coefficiente por 1000 hab.
Brasileiros	609,881	21,31
Portugueses	130,686	15,99
Italianos	25,243	9,42
Espanhóis	20,333	14,16
Alemães	2,536	9,85
Ingleses	1,651	9,08
Franceses	3,395	17,96
“Africanos”	580	168,96

Fonte: Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro, 1907, p.78.

Mesmo com o aumento na incidência de algumas doenças depois da década de 1880, como o beribéri e o paludismo, devido ao abrupto aumento populacional resultante da imigração, a taxa de mortalidade dos imigrantes convergiu para as taxas locais já no início do século XX. Tal como a população nacional, a probabilidade de morte dos estrangeiros devido a doenças infecciosas estava correlacionada com suas condições de vida. Operários continuavam a morrer mais que trabalhadores do comércio nos portos, independente de sua etnicidade.

Fatos como esses realçam a condição da população não branca na cidade do Rio de Janeiro. Pardos e negros sofriam com doenças relacionadas à falta de infraestrutura de uma forma desproporcional. A diferença na incidência de doenças decorrentes do acesso à água contaminada, como a diarreia, disenteria e febre tifoide, demonstra os limites da reforma de Pereira Passos.

**Tabela 6.5: Taxas de mortalidade no Rio de Janeiro: 1907 – 1916 (médias em 100.000 habitantes)**

Doenças	Brancos	Pardos	Negros
Febre Tifoide	9,40	10,28	38,50
Paludismo (malária)	23,06	40,76	75,95
Disenteria	9,73	17,32	87,38
Diarreia (menores de 2 anos)	208,99	240,14	410,73
Diarreia (maiores de 2 anos)	45,02	71,97	232,12
Debilidade Congênita	59,94	89,93	152,37

Fonte: Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro, vários anos.

A passagem do século XIX para o XX foi um período conturbado na capital brasileira. A forte entrada de imigrantes e o deslocamento da população rural para o Rio de Janeiro em

busca de maiores salários resultou em um grande aumento populacional. A cidade, que já sofria com a oferta limitada de moradias, transformou-se em um caos urbano onde a aglomeração de pessoas que não tinham acesso à infraestrutura sanitária gerava surtos epidêmicos frequentes. O governo Rodrigues Alves, através da reforma da parte central da cidade do Rio de Janeiro e de campanhas de vacinação obrigatória, tentou resolver parcialmente a situação. Contudo, as diferenças em taxas de mortalidade persistiram e demonstravam a desigualdade étnica de oportunidades no período pós-abolição.

## 7 CONCLUSÃO

A era das grandes migrações demonstrou que as pessoas não possuíam direitos na ausência de um Estado para protegê-las. Este trabalho apresenta evidências que o desenvolvimento de direitos políticos para imigrantes no Brasil decorreu da competição internacional por mão de obra. A necessidade de atrair trabalhadores, em uma economia que não podia competir com os altos salários oferecidos nos Estados Unidos, Austrália e Argentina, obrigou o governo brasileiro a oferecer uma série de incentivos aos estrangeiros.

Esta conclusão surge dos significativos recursos utilizados para a formação de colônias durante o Império e da série de respostas por parte dos governantes nacionais às pressões externas que denunciavam maus tratos aos estrangeiros. O projeto inicial do sistema de parceria evidenciou o objetivo de conseguir trabalhadores ao menor custo possível, no entanto, fontes exógenas de poder político limitaram a duração do mesmo. Os Estados europeus protegeram os imigrantes contra abusos, mesmo que decorrente de questões geopolíticas e não de uma preocupação direta com seus cidadãos.

Não conseguindo coagi-los como escravos, o plano governamental com gastos sociais foi o canal que possibilitou o aumento da renda no curto prazo para os imigrantes, condição fundamental para seu ganho de poder político. Em relação à segunda onda de imigração iniciada a partir de 1890, em um mercado de trabalho mais dinâmico decorrente das exportações de café, os estrangeiros conseguiram responder melhor às oportunidades de oferta de trabalho também pela possibilidade de retornarem aos seus países de origem. Com o crescimento econômico dos países europeus ao final do século XIX, trabalhadores estrangeiros tinham sempre a opção de retorno, e o grande movimento de saída dos portos nacionais no período demonstrou possibilidades econômicas não disponíveis à população nacional.

Este trabalho também apresentou um panorama sobre o pensamento socioeconômico do período e como instituições informais reforçaram os limites e incentivos no padrão comportamental da população. A ciência do século XIX sustentava o preconceito como forma de legitimar privilégios. O debate sobre raças buscava explicar a necessidade da escravidão em um primeiro momento e, após a abolição, porque era desnecessário oferecer auxílios à população nacional pobre. No capítulo três, sobre a trajetória rumo à abolição, demonstrou-se o mecanismo que impossibilitou o ganho de poder político por parte da população negra.

No último capítulo deste trabalho buscou-se criar um cenário sobre as diferenças de oportunidades após a abolição. Utilizando dados de mortalidade de doenças relacionadas à falta de infraestrutura, verificou-se a desigualdade entre a população negra nacional e os imigrantes. Com taxas de mortalidade muito superiores, a população negra continuava a sofrer as penalizações da pobreza mesmo após o término da escravidão.

Nestes capítulos, portanto, apresentaram-se mecanismos que possibilitam a compreensão da persistência da desigualdade brasileira durante o século XX. Além disso, este trabalho oferece explicações de como imigrantes pobres conseguiram escapar da armadilha da pobreza através de transferências sociais do governo. Utilizando dois grupos que tiveram um conjunto diverso de incentivos, a diferença de oportunidades econômicas e direitos políticos auxiliam na compreensão de desigualdades que persistem até hoje.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; AUTOR, David. **What Does Human Capital Do? A Review of Goldin and Katz's The Race Between Education and Technology**. NBER Working Paper 17820, 2012b.
- ACEMOGLU, Daron., JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. **Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution**, Quarterly Journal of Economics 117(4): 1231–94, 2002.
- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. **Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth**, in P. Aghion and S. Durlauf (eds) Handbook of Economic Growth, pp. 385–472. Amsterdam: North-Holland, 2005.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Economic Origins of Dictatorship and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Why Nations Fail**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James; JOHNSON, Simon; YARED, Pierre. **Income and Democracy**. American Economic Review, 98:3, 808–842, 2008.
- ADAMS, Peter; HURD, Michael D; McFADDEN, Daniel; MERRILL, Angela; RIBEIRO, Thiago. **Healthy, wealthy, and wise? Tests for direct causal paths between health and socioeconomic status**. Journal of Econometrics 112, 3 – 56, 2003.
- A'HEARN, B., BATEN, J; CRAYEN, D. **Quantifying Quantitative Literacy: Age Heaping and the History of Human Capital**. Journal of Economic History 47(1), 82-99, 2010.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes. Formação Econômica do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. **Distributive Politics and Economic Growth**. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 109, No. 2, pp. 465-490, 1994.
- ALLEN, Robert; MURPHY, Tommy; SCHEIDER, Eric. **The Colonial Origins of the Divergence in the Americas: A Labour Market Approach**. CEPR, NBER e Università Bocconi Working Paper n.402. 5 de julho, 2011.
- ANDREWS, George R. **Black and White Workers: Sao Paulo, Brazil, 1888-1928**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 68, No. 3, pp. 491-524, 1988.
- ANDREWS, George Reid. **Black Political Protest in Sao Paulo, 1888-1988**. Journal of Latin American Studies, Vol. 24, No. 1, pp. 147-171, 1992.
- BANERJEE, Abhijit V; DUFLO, Esther. **Inequality and Growth: What Can the Data Say?** Journal of Economic Growth, Vol. 8, No. 3, pp. 267-299, 2003.

**Banquete dado pela Confederação Abolicionista em homenagem a libertação do Amazonas.** Acervo Brasileira USP. Folheto nº 7. Rio de Janeiro: Typografia Central, 1884.

BARICKMAN, B. J. **Persistence and Decline: Slave Labour and Sugar Production in the Bahian Reconcavo, 1850- 1888.** *Journal of Latin American Studies*, Vol. 28, No. 3, Brazil: History and Society, pp. 581-633, 1996.

BARMAN, Roderick J. **The Brazilian Peasantry Reexamined: The Implications of the Quebra-Quilo Revolt, 1874-1875.** *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 57, No. 3, pp. 401-424, 1977.

BARRO, Robert J. **Inequality and Growth in a Panel of Countries.** *Journal of Economic Growth* 5(1), 5-32, 2000

BAUD, Michiel; KOONINGS, Kees. **A Lavoura dos Pobres: Tobacco Farming and the Development of Commercial Agriculture in Bahia, 1870-1930.** *Journal of Latin American Studies*, Vol. 31, No. 2, pp. 287-329, 1999.

BENGTSSON, Tommy; POPPEL, Frans van. **Socio-economic differences in mortality: From past to present.** *Explorations in Economic History*. doi:10.1016/j.eeh.2011.05.004, 2011

BERGAD, Laird W. **Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006

BERGAD, Laird W. **American Slave Markets During the 1850s: Slave Price Rises in the United States, Cuba, and Brazil in Comparative Perspective.** Em: ELTIS, David; LEWIS, Rank D; SOKOLOFF, Kenneth L. *Slavery in the Development of the Americas.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BÉRTOLA, Luis; WILLAMSON, Jeffrey. **Globalization in Latin America Before 1940.** Em: BULMER-THOMAS, V.; COATSWORTH, J.H; CÓRTEZ CONDE. R. *The Cambridge Economic History of Latin America.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BETHELL, Leslie. **The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and Slave Trade Question 1807 – 1869.** Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BOETTKE, Peter J; COYNE, Christopher J, LEESON, Peter T. **Institutional Stickiness and the New Development Economics.** *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 67, No. 2 April, 2008

BORGES, Dain. **'Puffy, Ugly, Slothful and Inert': Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940.** *Journal of Latin American Studies*, Vol. 25, No. 2 ), pp. 235-256, May, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social.** In: *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: Editora Edusp/Hucitec, 2002.

CAMPOS, Andrelino. **Do Quilombo à Favela. A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Brazil 1870-1914. The Force of Tradition.** Journal of Latin American Studies, Vol. 24, Quincentenary Supplement: The Colonial and Post Colonial Experience. Five Centuries of Spanish and Portuguese America, pp. 145-162. 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República.** . Revista Brasileira de História, v.5 n°8/9 pp.117-138 setembro 1984/abril 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem – Teatro das Sombras.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

CEGIELSKI, JP; McMURRAY, DN. **The relationship between malnutrition and tuberculosis: Evidence from studies in humans and experimental animals.** International Journal of Tuberculosis and Lung Diseases 8: 286–298, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **As Relações Históricas entre O Brasil e a Itália. O papel da diplomacia.** Brasília: Editora UNB, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **The Politics of Disease Control: Yellow Fever and Race in Nineteenth Century Rio de Janeiro.** Journal of Latin American Studies, Vol. 25, No. 3, pp. 441-463, 1993.

COCHRAN, Thomas C. **Economic History, Old and New.** The American Historical Review, Vol. 74, No. 5, pp. 1561-1572, 1969.

COLSON, Frank. **On Expectations. Perspectives on the Crisis of 1889 in Brazil.** Journal of Latin American Studies, Vol. 13, No. 2, pp. 265-292, 1981.

CONRAD, Alfred H; MEYER, John R. **Economic Theory, Statistical Inference, and Economic History.** The Journal of Economic History, Vol. 17, No. 4, pp. 524-544, 1957

CONRAD, Alfred H; MEYER, John R. **The Economies of Slavery in the Ante-Bellum South',** Journal of Political Economy, April, 1958.

CONRAD, Robert. **Neither Slave nor Free: The Emancipados of Brazil, 1818-1868.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 53, No. 1, pp. 50-70, 1973.

CONRAD, Robert. **The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850- 1893.** International Migration Review, Vol. 9, No. 1 pp. 41-55, Spring, 1975.

COSTA, Dora L. **Understanding mid-life and older age mortality declines: evidence from Union Army veterans.** Journal of Econometrics 112, p.175 – 192, 2003.

COSTA Emília Viotti da. **A Abolição.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

- COSTA Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1998b
- CROCITTI, John J. **Social Policy as a Guide to Economic Consciousness: Villas Operárias in Rio de Janeiro, 1890-1910**. Luso-Brazilian Review, Vol. 34, No. 1, pp. 1-15, 1997.
- Dados Estatísticos e esclarecimentos para os Emigrantes**. Província do Paraná. Acervo Brasileira USP. Ministério dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras públicas. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.
- DEAN, Warren. **Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 51, No. 4, pp. 606-625, 1971.
- DEAN, Warren. **Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820 – 1920**. Stanford: Stanford University Press, 1976.
- DELLEPIANE-AVELLANEDA, Sebastian. **From Property Rights and Institutions, to Beliefs and Social Orders: Revisiting Douglass North's Approach to Development**. Institute of Development Policy and Management. Discussion Paper / 2011.10, 2012.
- DONALD jr, Cleveland. **Slave Resistance and Abolitionism in Brazil: The Campista Case, 1879-1888**. Luso-Brazilian Review, Vol. 13, No. 2, pp. 182-193, 1976.
- EAKIN, Marshall C. **Race and Identity: Sílvio Romero, Science, and Social Thought in Late 19th Century Brazil**. Luso-Brazilian Review, Vol. 22, No. 2 (Winter), pp. 151-174, 1985.
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco 1840 – 1910**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- ELTIS, David. **The Economic Impact of the Ending of the African Slave Trade to the Americas**. Social and Economic Studies, Vol. 37, No. 1/2, Caribbean Economic History, pp. 143-172, 1988.
- ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. **History Lessons: Institutions, Factors Endowments, and Paths of Development in the New World**. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 14, No. 3, pp. 217-232, 2000.
- ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. **Institutional and Non-Institutional Explanations of Economic Differences**. . In: MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary. Handbook of New Institutional Economics. Springer, 2008.
- ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. **Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World economies: a view from economic**

**historians of the United States.** In *How Latin America Fell Behind*, ed. S Harber, pp. 260–304. Stanford, CA: Stanford Univ Press, 1997.

ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. **Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies.** NBER Working Paper No. 9259. October 2002.

FERNANDES, Guilherme Vilela. **Tributação e Escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850).** Informes de pesquisa, Almanack Braziliense nº02, novembro, 2005.

FERRIE, Joseph P. TROESKEN, Werner. **Water and Chicago's mortality transition, 1850–1925.** *Explorations in Economic History* 45 1–16, 2008.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. **The Reinterpretation of American Economic History.** New York: Harper & Row. 1971.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. **Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery.** New York: Norton, 1989.

FOGEL, Robert. **Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery.** New York, W.W. Norton, 1989.

FOGEL, Robert. **Railroads and American Economic Growth.** Baltimore: Johns Hopkins Press, 1964.

FOGEL, Robert. **The New Economic History I. Its Findings and Methods.** *The Economic History Review*, New Series, Vol. 19, No. 3, pp. 642-656, 1966.

FOGEL, Robert. **The Reunification of Economic History with Economic Theory.** *The American Economic Review*, Vol. 55, No. 1/2, pp. 92-98, 1965.

FOGEL, Robert . **Historiography and Retrospective Econometrics.** *History and Theory*, Vol. 9, No. 3, pp. 245-264, 1970.

FOGEL, Robert. **The Specification Problem in Economic History.** *The Journal of Economic History*, Vol. 27, No. 3, pp. 283-308, 1967.

FOGEL, Robert; FLOUD, Roderick; HARRIS, Bernard; HONG, Sok Chul; **The Changing Body. Health, Nutrition, and Human Development in the Western World since 1700.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FONSECA, Pedro. **Vargas: O Capitalismo em Construção.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1999.

FOREMAN-PECK, J. **A political economy of international migration, 1815–1914.** *Manchester School* 60: 359–376, 1992.

FRANK, Zephyr L. **Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro**. University of New Mexico Press, 2004.

GLAESER, Edward L; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. **Do Institutions Cause Growth?** Journal of Economic Growth, Vol. 9, No. 3, pp. 271-303, 2004.

GERSCHENKRON, Alexander. **On the Concept of Continuity in History**. Proceedings of the American Philosophical Society, Vol. 106, No. 3, pp.195-209, 1962

GERSCHENKRON, Alexander. 1969. **History of Economic Doctrines and Economic History**. The American Economic Review, Vol. 59, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty first Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 1-17, 1969.

GILMOUR, David. **The Pursuit of Italy. A History of a Land, its Regions and their Peoples**. New York: Penguin books, 2011.

GOLDIN, Ian; CAMERON, Geoffrey; BALARAJAN, Meera. **Exceptional People: How Migration Shaped Our World and Will Define Our Future**. Princeton University Press, 2011.

GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. **Uno Sguardo a un Secolo e Mezzo di Emigrazione Italiana**. Em: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. Storia Dell'Emigrazione Italiana: Partenze. Donzelli Editore, 2001.

GOLDSMITH, Raymond W. **Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação (1850 – 1984)**. São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil, 1986.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 60, No. 3, pp. 431-449, 1980.

GRAHAM, Richard. **Causes for the Abolition of Negro Slavery in Brazil: An Interpretive Essay**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 46, No. 2, pp. 123-137, 1966.

GRAHAM, Richard. **Brazilian Slavery Re-Examined: A Review Article**. Journal of Social History, Vol. 3, No. 4, pp. 431-453, 1970.

GROSSI, Vincenzo. **Storia della Colonizzazione Europea al Brasile e della Emigrazione Italiana nello Stato di São Paulo**. Milano-Roma-Napoli: Società Editrice Dante Alighieri, 1914. Acervo da Brasileira USP.

HAAG, Carlos. **As fotos secretas do professor Agassiz**. Revista Fapesp. Edição Impressa 175 - Setembro 2010.

HAINES, Michael R. **Inequality and infant and childhood mortality in the United States in the twentieth century**. Explorations in Economic History. doi:10.1016/j.eeh.2011.05.009, 2011

HALL, Michael M; STOLCKE, Verena. **A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo**. Revista Brasileira de História. Vol. 03 nº 06. 1983.

HALLER, John S. **The Species Problem: Nineteenth-Century Concepts of Racial Inferiority in the Origin of Man Controversy**. American Anthropologist, New Series, Vol. 72, No. 6, pp. 1319-1329, Dec. 1970.

HARRIS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin M. **New Institutional Economics and Third World Development**. London: Routledge. 1995

HATTON, Timothy J. **The Cliometrics of International Migration: A Survey**. Journal of Economic Surveys Vol. 24, No. 5, pp. 941–969, 2010.

HATTON, Timothy J; LEIGH, Andrew. **Immigrants Assimilate as Communities, Not Just as Individuals**. IZA DP No. 2538, 2007.

HATTON, Timothy J; WILLAMSON, Jeffrey G. **What Drove the Mass Migrations from Europe in the Late Nineteenth Century?** Population and Development Review, Vol. 20, No. 3, pp. 533-559, 1994.

HATTON, Timothy J; WILLIAMSON, Jeffrey G. **The Age of Mass Migration. Causes and Economic Impact**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

HIGGS, Robert. **Racial Wage Differentials in Agriculture: Evidence from North Carolina in 1887**. Agricultural History, Vol. 52, No. 2, pp. 308-311, 1978.

HIGGS, Robert. **Race, Skills, and Earnings: American Immigrants in 1909**. The Journal of Economic History, Vol. 31, No. 2, pp. 420-428, 1971.

HODGSON, Geoffrey. **On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics**. Cambridge Journal of Economics, 22, 415-431. 1998.

HOLLOWAY, Thomas. **Immigrants on the Land. Coffee and Society in São Paulo, 1886 – 1934**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

HUTCHINSON, Bertram. **Structural and Exchange Mobility in the Assimilation of Immigrants to Brazil**. Population Studies, Vol. 12, No. 2, pp. 111-120, 1958

IBGE. **As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950**. Documentos Censitários Série C – Número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização. Legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JUIF, Dácil-Tania; BATEN, Joerg. **On the human capital of Inca Indians before and after the Spanish conquest: Was there a "pre-colonial legacy"?**, University of Tübingen

working papers in economics and finance, No. 27, urn:nbn:de:bsz:21-opus-60289 , <http://hdl.handle.net/10419/55271>, 2012.

KESZTENBAUM, Lionel; ROSENTHAL, Jean-Laurent. **The health cost of living in a city: The case of France at the end of the 19th century**. Explorations in Economic History 48 207–225, 2011.

KLEIN, Herbert S; STOCKLEY, Charles. **History**. In: GELMAN, Andrew; CORTINA, Jeronimo. A Quantitative Tour of the Social Sciences. Cambridge University Press, 2009.

KRAAY, Hendrik. **"The Shelter of the Uniform": The Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888**. Journal of Social History, Vol. 29, No. 3, pp. 637-657, 1996.

KUZNETS, Simon. **Economic Growth and Income Inequality**. The American Economic Review, Vol. 45, No. 1, pp. 1-28, 1955.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editora Presença, 1973.

LEFF, Nathaniel H. **Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil**. The Economic History Review, New Series, Vol. 25, No. 3. pp. 489-507, 1972.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. **Determinismo Biológico e Imigração Chinesa em Nicolau Moreira (1870 – 1890)**. Dissertação de mestrado em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2005.

LISTER, Ruth. **Poverty (Key Concepts)**. Londres: Polity, 2008.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **A Imigração Portuguesa e a Mão-de-Obra do Rio de Janeiro na Primeira República**. São Paulo: Em: Silva, Sérgio; Szmrecsányi, Tamás. História Econômica da Primeira República. Hubitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

LOVE, Joseph. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1971.

LOVE, Joseph. **São Paulo in the Brazilian Federation 1889 – 1937**. Stanford: Stanford University Press, 1980.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX**. Tese inédita apresentada no Concurso de Livre-Docência do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em agosto de 2005

MACHADO, Maria Helena. **O Brasil no Olhar de William James**. São Paulo: Editora EDUSP, 2010

MADDISON, Angus. **The Worlds Economy: A Millennial Perspective**. Development Centre of the OECD, Paris. 2001

**Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta da Tarde, 1883. Acervo da Brasileira USP digital.

**Manifesto do Club Amazonia**. Pará: Typografia do Diario do Gram-Pará, 1884. Acervo da Brasileira USP digital.

MARCHESINI, G. B. **Il Brasile e Le sue Colonie Agricole**. Roma: Tipografia Barbera, 1877. Acervo Brasileira USP digital.

MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. Ribeirão Preto: Editora: FUNPEC, p.232, 2009.

MARISCAL, Elisa; SOKOLOFF, Kenneth L. **Schooling, Suffrage, and the Persistence of Inequality in the Americas, 1800-1945**. Em HABER, Stephen. *Political Institutions and Economic Growth in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 2000.

MEADE, Teresa. **"Civilizing Rio de Janeiro": The Public Health Campaign and the Riot of 1904**. *Journal of Social History*, Vol. 20, No. 2, pp. 301-322, 1986.

MEADE, Teresa **'Living Worse and Costing More': Resistance and Riot in Rio de Janeiro, 1890-1917**. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 21, No. 2, pp. 241-266, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Editora TOPBOOKS, 1999.

MELLO, Pedro Carvalho de. **The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850 – 1888**. University of Chicago Press, 1977.

MENARD, Claude. **Methodological Issues in New Institutional Economics**. *Journal of Economic Methodology*. Vol.8, n.1, 2001.

MENARD, Louis. **Morton, Agassiz, and the Origins of Scientific Racism in the United States**. *The Journal of Blacks in Higher Education*, No. 34 (Winter, 2001-2002), pp. 110-113, 2002.

MONASTERIO, Leonardo. **FHC errou? A Economia da Escravidão no Brasil Meridional**. *História e Economia*. Vol. 1 - n. 1 - 2º semestre 2005

MONSMA, Karl. **Symbolic Conflicts, Deadly Consequences: Fights between Italians and Blacks in Western São Paulo, 1888–1914**. *Journal of Social History*, Volume 39, Number 4, pp. 1123-1152, 2006.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações Agrícolas para os Emigrantes que se dirigirem ao Brazil**. Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro, 1875. Acervo Brasileira USP digital.

MURPHY, George G. S. **On Counterfactual Propositions**. History and Theory, Vol. 9, Beiheft 9: Studies in Quantitative History and the Logic of the Social Sciences, pp. 14-38, 1969.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Acervo Brasileira USP – Digital. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca., 1883.

NABUCO, Joaquim. **Discursos Ministeriais**. Acervo Brasileira USP – Digital. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831 – 1871**. Standord: Stanford University Press, 2006.

NEEDELL, Jeffrey D. **Brazilian Abolitionism, Its Historiography, and the Uses of Political History**. Journal of Latin American Studies. n.42, 241-261, 2010.

NEEDELL, Jeffrey. **Rio de Janeiro at the Turn of the Century: Modernization and the Parisian Ideal**. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 25, No. 1, Feb., pp.83-103, 1983.

NEEDELL, Jeffrey. **The Revolta Contra Vacina of 1904: The Revolt against "Modernization" in Belle-Époque Rio de Janeiro**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 67, No. 2, May, pp. 233-269, 1987.

NOGUERÓL, Luiz Paulo. **Mercado Regional de Escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social**. Ensaios FEE, Poro Alegre, v.23, Número Especial, 2002.

NORTH, Douglass. **The New Institutional Economics and Third World Development**. Em HARRISS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin M. The New Institutional Economics and Third World Development. London, Routledge, 1995.

NORTH, Douglass. **Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850**. The Journal of Political Economy, Vol. 76, No. 5, pp. 953-970, 1968.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. **Institutions**. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 5, No. 1, pp. 97-112, 1991.

NORTH, Douglass. **Beyond the New Economic History**. The Journal of Economic History, Vol. 34, No. 1, The Tasks of Economic History, pp. 1-7, 1974.

NORTH, Douglass. SUMMERHILL, William; WEINGAST, Barry R. **Order, Disorder and Economic Change: Latin America vs. North America**. Em **Governing for Prosperity**. MESQUITA, Bruce Bueno de; ROOT, Hilton. Yale University Press, 2000.

NORTH, Douglass; WALLIS, John; WEINGAST, Barry. **A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. NBER Working Paper 12795. 2006.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert Paul. **The Rise of the Western World: A New Economic History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NUNN, Nathan. **The Importance of History for Economic Development**. *Annu. Rev. Econ.* 1:65–92, 2009.

NYE, John. **Taking Institutions Seriously: The Real Lessons of New Institutional Economics for Development**. Disponível em: <<http://mercatus.org/podcast/2010/12/08/taking-institutions-seriously-real-lessons-new-institutional-economics>>. December 08, 2010.

O'ROURKE, Kevin; JAMES, Harold. **Italy and the First Age of Globalization, 1861-1940**. *Quaderni di Storia Economica (Economic History Working Papers)*, n.16, novembro, 2011.

O'ROURKE, Kevin H; WILLIAMSON, Jeffrey G. **Globalization and History. The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. **A Reforma Urbana e o seu Averso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do Século**. *Revista Brasileira de História*, v.5 n°8/9 pp.139-195 setembro 1984/abril 1985.

PEREIRA, J. Baptista. **Da Condição Actual dos Escravos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Acervo digital da Brasileira USP.

PEREIRA, Thales A. Z; LAUTHARTE, Ildo. **Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884)**. 5tas. Jornadas Uruguaias de História Econômica. Disp. em: <<http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/pereira%20lautharte%20-%20charque%20audhe.pdf>> , 2011.

PERRIN, Robert G. **Herbert Spencer's Four Theories of Social Evolution**. *The American Journal of Sociology*, Vol. 81, No. 6. pp. 1339-1359. May, 1976.

PINKER, Steven. **Tábula Rasa. A Negação Contemporânea da Natureza Humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PORTER, Dorothy. **Health, Civilization and the State. A history of public health from ancient to modern times**. New York: Routledge, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.

REID, Joseph D. **Understanding Political Events in the New Economic History**. *The Journal of Economic History*, Vol. 37, No. 2, pp. 302-328, 1977.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto alegre: Globo, 1962.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Acervo Brasileira UFRJ – 2ª Edição, Companhia Editora Nacional, 1935.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Acervo Brasileira UFRJ - 3ª Edição, Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Sylvio. **História da Litteratura Brasileira. Tomo Primeiro (1500-1830)**. Acervo Brasileira USP – Digital. Rio de Janeiro: Livreiro Editor. 1888

ROTELLA, Elyce; CAIN, Louis. **Epidemics, demonstration effects, and investment in sanitation capital by U.S. cities in the early twentieth century**. In: Rosenbloom, Joshua L. Quantitative Economic History. The Good of Counting. London: Routledge, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos; HALLEWELL, Laurence. **Historical Roots of the "Whitening" of Brazil**. Latin American Perspectives, Vol. 29, No. 1, Brazil: The Hegemonic Process in Political and Cultural Formation, pp. 61-82. Jan., 2002.

SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde. As Revoltas Populares no Rio de Janeiro no Início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHAIBLE, UE; KAUFMANN, SHE **Malnutrition and infection: Complex mechanisms and global impacts**. PLoS Med 4(5): e115. doi:10.1371/ journal.pmed.0040115, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **"Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745"**. Hispanic American Historical Review, 54: 603-35, 1974.

SCHWARTZ, Stuart B. **Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil**. The American Historical Review, Vol. 87, No. 1, pp. 55-86, 1982.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901**. São Paulo: Edusp. Instituto Fernand Braudel, 1996.

SEN, Amartya. **Mortality as an Indicator of Economic Success and Failure**. The Economic Journal, Vol. 108, No. 446, pp. 1-25, 1998.

SHIRLEY, Mary. **Institutions and Development**. In: MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary. Handbook of New Institutional Economics. Springer, 2008.

SILVA, SÉRGIO. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

SOARES, Luiz Carlos. **Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX**. Revista Brasileira de História. V.8 nº16, pp.107-142, março-agosto 1988.

STECKEL, Richard H. **The Health and Mortality of Women and Children, 1850-1860**. The Journal of Economic History, Vol. 48, No. 2, The Tasks of Economic History, 333-345, 1988.

STOLZ, Yvonne; BATEN, Jorg. **Brain drain in the age of mass migration: Does relative inequality explain migrant selectivity?** Explorations in Economic History, 2012, doi:10.1016/j.eeh.2012.01.001

STOLZ, Yvonne; BATEN, Jorg; BOTELHO, Tarcísio. **Growth Effects of 19th Century Mass Migrations: “Fome Zero” for Brazil.** University of Tübingen Working Papers in Economics and Finance. No.20, 2011.

SZRETER, Simon; MOONEY, Graham. **Urbanization, Mortality, and the Standard of Living Debate: New Estimates of the Expectation of Life at Birth in Nineteenth-Century British Cities.** The Economic History Review, New Series, Vol. 51, No. 1, pp. 84-112, 1998.

TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. **Questões de Imigração.** Acervo Brasileira USP – Digital. Rio De Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Rua d’Ouvidor 31, 1889.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **As Soluções Brasileiras na Extinção do Tráfico Negroiro.** Journal of Inter-American Studies, Vol. 9, No. 3, pp. 367-382, 1967.

**The Report of the French Yellow Fever Commission Operating at Rio de Janeiro, Brazil.** Public Health Reports (1896-1970), Vol. 19, No. 22 (May 27, 1904), pp. 1019-1023  
Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4552060>>.

TOPLIN, Robert B. **Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of Sao Paulo.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 49, No. 4, pp. 639-655, 1969.

TRENTO, Angelo. **Do Outro Lado do Atlântico. Um Século de Imigração Italiana no Brasil.** São Paulo: Editora Nobel, 1988.

TROESKEN, Werner. **Water, Race and Disease.** Cambridge: The MIT Press, 2004.

WAIBEL, Leo. **European Colonization in Southern Brazil.** Geographical Review, Vol.40, No.4, Oct, p.529-547, 1959.

WALKER, John. **Migration to Australia and New Zealand.** Em: KLEIN, Sidney. The Economics of Mass Migration in the Twentieth Century. Washington Inst Pr, 1987.

WILLCOX; FERENCZI. Ferenczi (1929)

WILLIAMSON, Oliver. **The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead.** Journal of Economic Literature, Vol. 38, No. 3, pp. 595-613, 2000.

VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. **Guia do Emigrantes para o Império do Brazil.** Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1884. Acervo da Brasileira USP

VARGAS, Jonas. **Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880.** V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na UFRGS, entre os dias 11 e 13 de maio, 2011.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro.** *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, No. 127, Habitação na Cidade Industrial 1870 - 1950, pp. 581-597, 1994.

VERSIANI, Flávio. **Brazilian Slavery: toward an economic analysis.** *Revista Brasileira de Economia*: 48(4): 463-77 Out./Dez. 1994

### **Fontes Primárias.**

Todos os relatórios da província do Rio Grande do Sul utilizados se encontram em < [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)>.

Os relatórios dos ministérios do governo Imperial do Brasil se encontram em < <http://www.crl.edu/brazil>>.

Dados do capítulo seis sobre doenças e mortalidade no Rio de Janeiro estão em Memória Estatística do Brasil < <http://memoria.nemesis.org.br/>>: **Anuario de estatistica demographo-sanitaria.** Rio de Janeiro: Impensa Nacional, 1909-1926. 8 v.

Outros documentos históricos referenciados na bibliografia encontram-se na Brasiliana Digital USP < <http://www.brasiliana.usp.br/>> ou na Brasiliana Eletrônica UFRJ < <http://www.brasiliana.com.br/>>.

Dados do capítulo cinco sobre a companhia Montravel são do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, coletados e cedidos por Juan Luis Martirén.

## ANEXO A – O Efeito Mills-Reincke

Analisando as séries da varíola e da tuberculose, testa-se a hipótese de quebra estrutural no ano de 1904 para a primeira, devido ao programa de vacinação de Oswaldo Cruz, e para o ano de 1902 para a segunda, decorrente da reforma de Pereira Passos. Para nenhuma das séries verifica-se mudança da média após os anos que poderiam ter resultado em uma quebra estrutural da série. Principalmente para o caso da tuberculose, devido a manutenção do adensamento populacional depois da reforma começada em 1902, onde as residências insalubres só mudaram sua posição na cidade, observa-se que a queda na incidência de mortalidade foi resultante de tendências anteriores à reforma.

Teste de Quebra Estrutural (Chow). Varíola AR(2) para o ano de 1904.

F-statistic	2.681798	Probability	0.065241
Log likelihood ratio	8.569689	Probability	0.035595

Teste de Quebra Estrutural (Chow). Tuberculose AR(2) para o ano de 1902.

F-statistic	2.515892	Probability	0.096651
Log likelihood ratio	5.257466	Probability	0.072170

Nota-se também que ocorreu o efeito Mills-Reincke na cidade do Rio de Janeiro durante o período do estudo. Verifica-se a hipótese se um aumento nos casos da febre tifoide resultava em um aumento nos casos de disenteria, paludismo e tuberculose. O modelo utilizado é o seguinte:

$$y_t = \beta + \beta_1 x_{t-k} + \beta_2 y_{t-1} + \beta_3 Ano + \varepsilon_t$$

Onde a variável  $y$  refere-se ao somatório dos casos de disenteria, paludismo e tuberculose,  $x$  é a taxa de mortalidade da febre tifoide e  $Ano$  é a série de tendência. Segundo Troesken (2004, p.21): “the risk of contracting pulmonary complications such as tuberculosis and pneumonia was especially high when typhoid was at its peak, around the second or third week of the illness”. Devido a essa curta resposta temporal de outras doenças resultante da febre tifoide, utiliza-se a variável  $x$  no mesmo período que  $y$ . Os resultados apresentados na tabela 6 demonstram que existiu um efeito, mesmo que pequeno, do fenômeno Mills-Reincke. Na série como um todo, para cada aumento unitário na mortalidade de febre tifoide, registra-se um aumento equivalente no somatório das outras doenças apresentadas no modelo.

**Tabela A1: Febre Tifoide e o efeito Mills-Reincke**

Variáveis	Outras doenças 1869 – 1916	Outras doenças Depois de 1902
Outras doenças (t-1)	0.312* (.139)	.148 (.219)
Febre Tifoide	1.001* (.461)	4.512* (1.389)
Ano	-.096* (.029)	-.093* (.036)
Estatística F	93.50	26.48
N	47	15

Desvio-padrão em parênteses.

\* parâmetros significativos no nível de 5%.

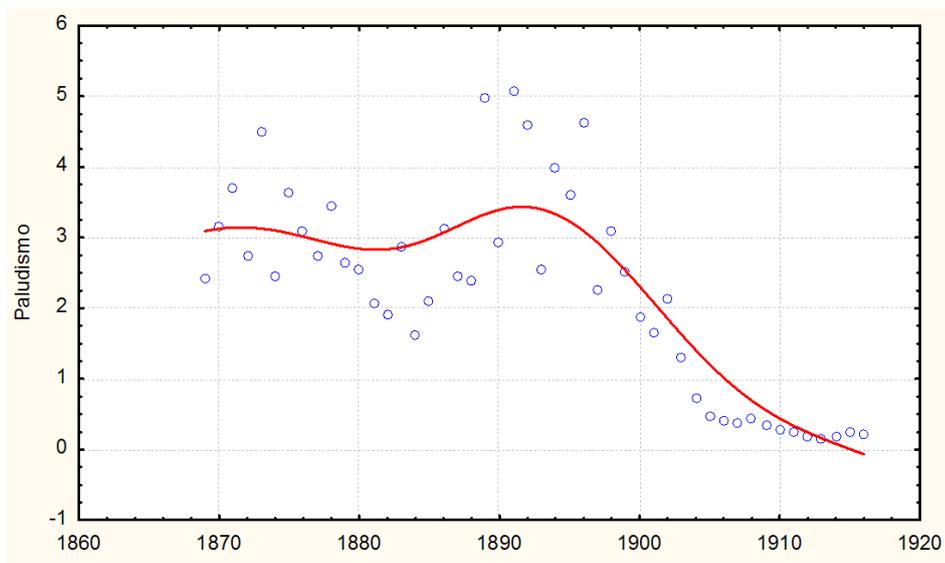
**ANEXO B – Séries de Mortalidade no Rio de Janeiro**

Gráfico B.1: Linha de tendência de mortalidade incidente de Paludismo no Rio de Janeiro – 1868 a 1916.  
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Anuário Demográfico-Sanitário, vários anos.

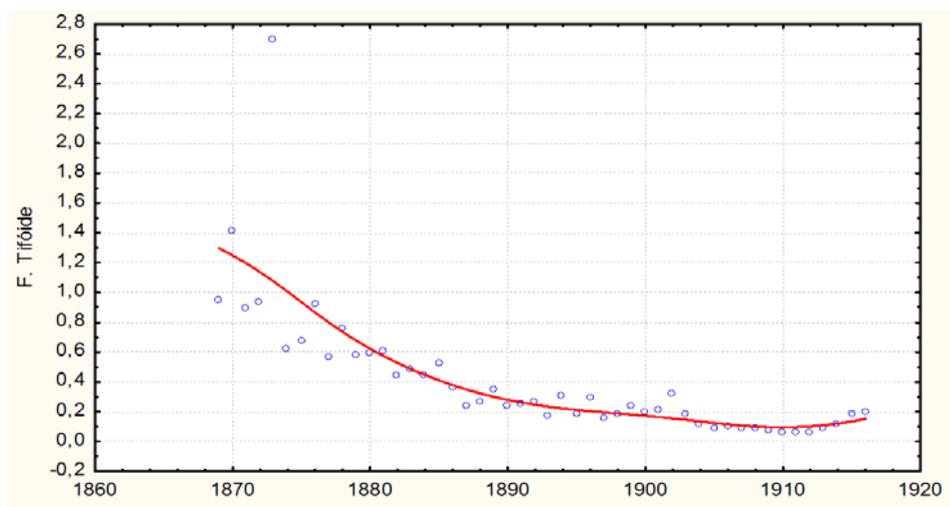


Gráfico B.2: Linha de tendência de mortalidade incidente de Febre Tifoide no Rio de Janeiro – 1868 a 1916.  
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Anuário Demográfico-Sanitário, vários anos.

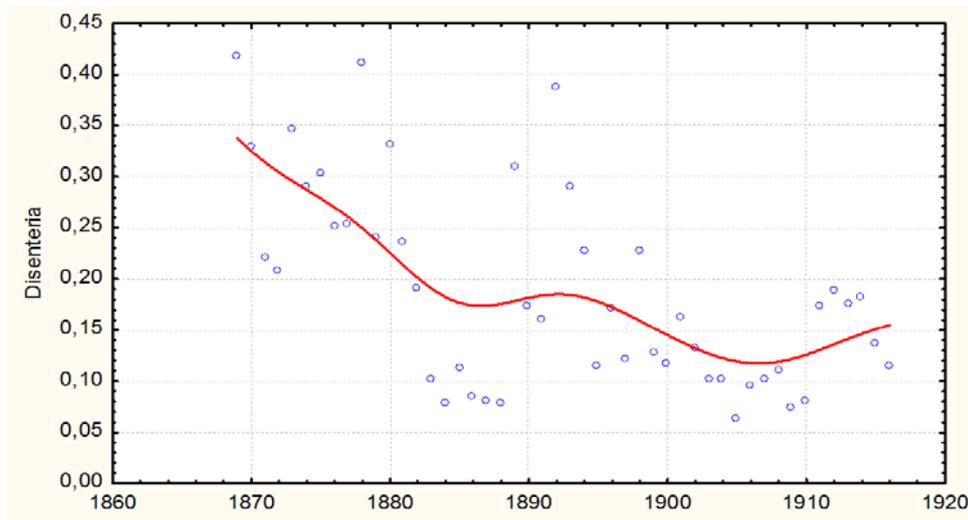


Gráfico B.3: Linha de tendência de mortalidade incidente de Disenteria no Rio de Janeiro – 1868 a 1916.  
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Anuário Demógrafo-Sanitário, vários anos.

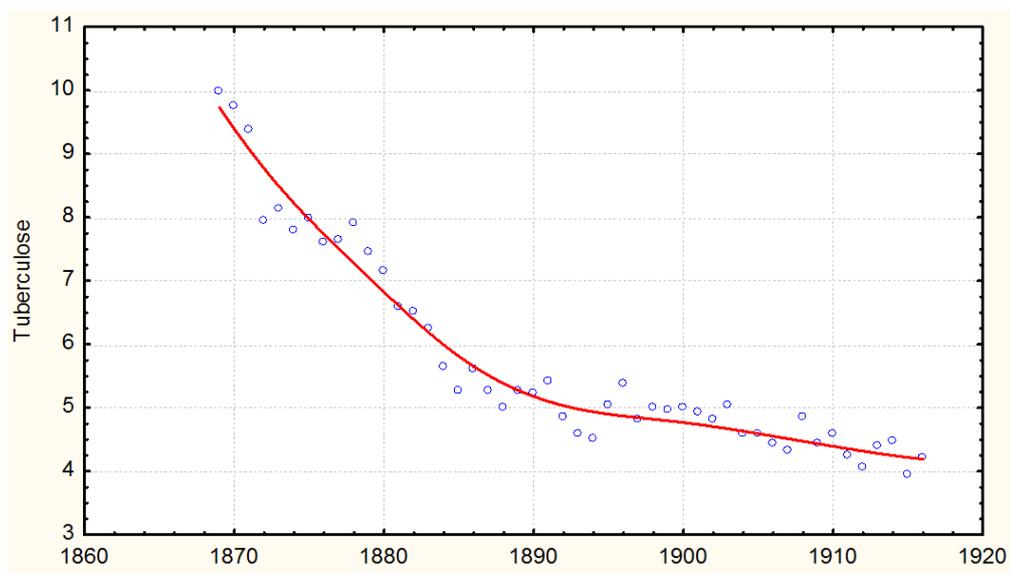


Gráfico B.4: Linha de tendência de mortalidade incidente de Tuberculose no Rio de Janeiro – 1868 a 1916.  
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Anuário Demógrafo-Sanitário, vários anos.